



UNIVERSIDADE  
**NOVA**  
DE LISBOA



GUARDA NACIONAL REPUBLICANA



MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA

Tese conducente à obtenção do grau de Mestre em Direito e Segurança

**A Gestão do Espaço Construído e a Prevenção Criminal:  
O caso da Avenida Luísa Todi em Setúbal.**

Autor: **Adérito Grazina Rodrigues**

Orientador: **Doutor Nuno Miguel Parreira da Silva**

Lisboa, 11 de fevereiro de 2016



UNIVERSIDADE  
**NOVA**  
DE LISBOA



GUARDA NACIONAL REPUBLICANA



MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA

Tese conducente à obtenção do grau de Mestre em Direito e Segurança

**A Gestão do Espaço Construído e a Prevenção Criminal:  
O caso da Avenida Luísa Todi em Setúbal.**

Autor: **Adérito Grazina Rodrigues**

Orientador: **Doutor Nuno Miguel Parreira da Silva**

Lisboa, 11 de fevereiro de 2016

---



## **Declaração de Compromisso de Anti-Plágio**

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as minhas citações estão corretamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.

Lisboa, 11 de fevereiro de 2016

---

Adérito Grazina Rodrigues



## **Dedicatória**

Dedico este trabalho especialmente à minha esposa Rute e aos meus dois filhos, o Afonso e a Matilde, os quais demonstraram muita paciência e consideração pelo esforço e tempo despendido durante os cerca de doze meses em que se realizou o presente estudo, tempo esse que não foi possível dedicar aos mesmos.

Quero também deixar uma palavra muito especial aos meus pais que me apoiaram e incentivaram a realizar a presente dissertação.

## Agradecimentos

Uma dissertação de mestrado não é um trabalho que se consiga realizar com a qualidade que lhe é exigida, sem que exista por parte do investigador espírito de iniciativa, abnegação e entrega, sacrificando muitas vezes o seu tempo pessoal em prol do trabalho que se propôs realizar.

A realização deste trabalho representa mais uma etapa na formação académica do autor, contribuindo para a aquisição de novos conhecimentos numa área ainda pouco desenvolvida em Portugal.

É então chegado o momento de agradecer a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente, na concretização deste trabalho e que me apoiaram ao longo deste último ano, aos quais quero deixar uma palavra de gratidão e apreço.

Ao meu orientador, Tenente-coronel (Doutor) da Guarda Nacional Republicana Nuno Miguel Parreira da Silva, o qual me propôs o presente tema e me deu todo o apoio para a realização do estudo, principalmente quanto à metodologia científica.

À Doutora Carla Silva, que muito gentilmente me cedeu a sua tese de doutoramento e concedeu uma entrevista que se revelou muito enriquecedora para o estudo em apreço.

À Mestre Verónica Neves, pela disponibilidade e conhecimentos transmitidos na entrevista que muito gentilmente me concedeu.

À Câmara Municipal de Setúbal pelo apoio concedido, nas entrevistas e disponibilização de informação deveras importante para a pesquisa que se realizou, nomeadamente através da Divisão de Urbanismo e do Serviço de Proteção Civil.

À Direção de Informações do Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana, em especial ao Tenente-coronel da Guarda Nacional Republicana Joaquim Grenho, que se disponibilizou desde logo em facultar os dados estatísticos, que se mostraram muito importantes para o trabalho de campo.

Ao Coronel (Engenheiro) do Exército Luís Nunes e Engenheira Sónia, da Direção de Comunicações e Sistemas de Informação do Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana, pelo apoio no âmbito da georreferenciação da criminalidade da Avenida Luísa Todi, a qual foi muito importante para a conclusão do trabalho de campo.

Por último, uma palavra de apreço à Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública e aos Oficiais do Comando Distrital de Setúbal pela colaboração prestada.

A todos o meu obrigado e elevada consideração.

## Resumo

A prevenção criminal através do espaço construído assenta na ideia de que através da conceção, utilização e manutenção se poderá reduzir as oportunidades para a ocorrência de crimes e conferir o sentimento de segurança às pessoas. Com base em quatro princípios (vigilância natural, controlo natural de acessos, territorialidade, manutenção e gestão) as estratégias preventivas deverão ser voltadas para o espaço específico que se pretende manipular, tendo em conta o problema criminal, securitário e social do mesmo. O desenho urbano tem influência na criminalidade e que pode auxiliar a reduzir as oportunidades para a ocorrência de crimes.

Foi levado a cabo um estudo de caso na Avenida Luísa Todi, na cidade de Setúbal, a qual sofreu obras de requalificação no ano de 2008, no âmbito do Programa Polis e posteriormente por iniciativa da Câmara Municipal de Setúbal. O objetivo do estudo foi orientado na procura de respostas à questão central, isto é, se a requalificação urbanística da Avenida Luísa Todi, realizada no ano de 2008, teve impacto nos índices de criminalidade de rua.

Com este estudo pretendeu-se contribuir para um melhor conhecimento desta teoria, demonstrando-se o seu efeito na prática, e dar conhecer às diversas entidades com responsabilidades de segurança e administrativas na cidade de Setúbal, as vulnerabilidades existentes na Avenida Luísa Todi.

Nesta investigação adotou-se uma estratégia de investigação qualitativa (Bryman, 2012), materializada a partir de uma pesquisa documental e num inquérito por entrevista, semiestruturada, cujos dados foram objeto de análise de conteúdo (categorial) apoiada em Bardin (2000). Relativamente ao *design* da pesquisa, optámos pelo estudo de caso, pois elaboramos uma análise detalhada e intensiva de um único caso, possibilitando, assim, captar a complexidade e a natureza particular do caso em questão.

Concluiu-se que as obras de requalificação ocorridas em 2008 na Avenida Luísa Todi, tiveram um impacto positivo na redução da criminalidade de rua, pois este fenómeno tem manifestado uma tendência de diminuição, ao contrário do que acontece na cidade de Setúbal. Os princípios da CPTED encontram-se aplicados, mesmo que não tenham sido especificamente considerados no projeto de requalificação.

**PALAVRAS-CHAVE** – Prevenção criminal através do espaço construído, CPTED, segurança urbana, prevenção criminal, estratégias de prevenção criminal.

---

## Abstract

Crime prevention through environmental design it is based on the idea that through the design, use and maintenance of lowering opportunities for the occurrence of crimes and of providing a sense of security to people. Based on four principles (natural surveillance, natural access control, territoriality and maintenance and management) preventive strategies should be geared to the specific space being handled, given the crime problem, insurance and social of it. Urban design influences the crime and can help reduce the opportunities for the occurrence of crimes.

It was carried out a case study in the Luísa Todi Avenue in the city of Setúbal , which has undergone rehabilitation works in 2008 under the Polis Programme and later on the initiative of the Municipality of Setúbal. The aim of the study was guided in finding answers to the central question, that is, if the requalification at Luísa Todi Avenue had an impact on street crime.

This study aims to contribute to a better understanding of this theory , showing up its effect in practice and to meet the various entities with security responsibilities and administrative in Setúbal , existing vulnerabilities in Luísa Todi Avenue.

This research adopted a qualitative research strategy (Bryman, 2012), materialized from desk research and a survey interview, semi-structured, whose data content object of analysis (categorical) supported by Bardin (2000). As regards the research design, we have chosen for the case study, as prepared a detailed and intensive analysis of a single case, making it possible to capture the complexity and the particular nature of the case.

It was concluded that the rehabilitation works occurred in 2008 on Luísa Todi Avenue, had a positive impact on reducing street crime, since this phenomenon has shown a decreasing trend, contrary to what happens in the city of Setúbal. The principles of CPTED are applied even if they have not been specifically considered in the redevelopment project.

**KEYWORDS** - Crime prevention through environmental design, CPTED, urban security, crime prevention, crime prevention strategies.



## **Menções diversas**

Nos termos das regras de estilo em vigor na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, e em conformidade com o n.º 4, do art.º 7.º do respetivo Regulamento do 2º Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Direito e Segurança, declara-se que o corpo da dissertação, incluindo espaços e notas, ocupa um total de 215.931 carateres.

Lisboa, 11 de fevereiro de 2016

---

Adérito Grazina Rodrigues

## Índice

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Introdução</b> .....  | <b>1</b>  |
| <b>Capítulo 1 – O desenho urbano na prevenção criminal</b> .....   | <b>8</b>  |
| 1.1 A influência do espaço físico na prevenção criminal.....   | 8         |
| 1.2 A inclusão do fator social como elemento de prevenção no espaço construído .....                     | 12        |
| 1.3 Desenvolvimento da CPTED em Portugal.....  | 13        |
| 1.4 Síntese conclusiva .....   | 17        |
| <b>Capítulo 2 – Prevenir o crime no meio urbano</b> .....  | <b>18</b> |
| 2.1 O medo e o sentimento de insegurança em meio urbano.....   | 18        |
| 2.2 A prevenção criminal como um modelo integrado .....  | 21        |
| 2.3 A prevenção situacional .....  | 27        |
| 2.4 As novas tecnologias na prevenção criminal .....   | 29        |
| 2.5 Síntese conclusiva .....   | 32        |
| <b>Capítulo 3 – Modificação do ambiente urbano para a prevenção do crime</b> .....                       | <b>34</b> |
| 3.1 A aplicação da CPTED no espaço público .....   | 34        |
| 3.2 Urbanismo e Segurança.....   | 37        |
| 3.3 Principais estratégias de prevenção decorrentes da CPTED. O caso do Reino Unido e da Austrália. .... | 40        |
| 3.4 Síntese conclusiva .....   | 43        |
| <b>Capítulo 4 – Metodologia</b> .....  | <b>45</b> |
| 4.1 Definição dos objetivos da investigação .....  | 45        |
| 4.2 Síntese do percurso da investigação.....   | 46        |
| 4.3 Justificação das opções metodológicas .....  | 49        |
| <b>Capítulo 5 – Requalificação Urbana: O Polis na cidade de Setúbal</b> .....                            | <b>51</b> |
| 5.1 Um olhar sobre o concelho e a cidade .....   | 51        |
| 5.2 O Programa Polis XXI .....   | 57        |
| 5.3 Síntese conclusiva .....   | 58        |
| <b>Capítulo 6 – O planeamento e o desenho urbano: Estratégia para a Avenida Luísa Todi</b> .....         | <b>60</b> |
| 6.1 Estratégias de planeamento e <i>design</i> .....   | 60        |
| 6.2 A criminalidade em Setúbal .....   | 62        |
| 6.3 Perceções das entidades locais .....   | 73        |
| 6.4 Síntese conclusiva .....   | 82        |

---

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Capítulo 7 – Apresentação e discussão dos resultados</b> .....   | <b>83</b> |
| 7.1 A criminalidade de rua na Avenida Luísa Todi .....  | 83        |
| 7.2 Resultados das perceções das entidades locais .....   | 86        |
| 7.3 Discussão dos resultados.....   | 88        |
| 7.4 Síntese conclusiva .....  | 90        |
| <b>Conclusões e Recomendações</b> .....   | <b>91</b> |
| <b>Bibliografia</b> .....   | <b>99</b> |
| 1. Referências bibliográficas.....  | 99        |
| 2. Documentos oficiais.....   | 104       |
| 3. Documentos eletrónicos .....   | 105       |
| <b>Anexo A</b> - Fotografia aérea da Av. Luísa Todi .....   | 108       |
| <b>Anexo B</b> - Reportagem fotográfica de pormenor da Av. Luísa Todi .....   | 110       |
| <b>Anexo C</b> - Ocupação do edificado.....   | 120       |
| <b>Anexo D</b> - Uso de pisos térreos .....   | 122       |
| <b>Anexo E</b> - Ordenamento .....  | 124       |
| <b>Anexo F</b> - Plano de atuação da Câmara Municipal de Setúbal.....   | 126       |
| <b>Anexo G</b> - Soluções da CPTED na Avenida Luísa Todi – <i>Check-list</i> .....  | 128       |
| <b>Anexo H</b> - Estatísticas criminais respeitantes à criminalidade participada e de rua a nível nacional, distrital, concelhio e da cidade de Setúbal ..... | 135       |
| <b>Anexo I</b> - Georreferenciação da criminalidade de rua na Av. Luísa Todi.....   | 143       |
| Apêndice n.º 1 ao Anexo I - Metodologia utilizada na georreferenciação .....  | 145       |
| Apêndice n.º 2 ao Anexo I - Reportagem fotográfica dos espaços georreferenciados ...  | 147       |
| <b>Anexo J</b> - Codificação dos segmentos e análise de conteúdo das entrevistas .....  | 156       |
| Apêndice n.º 1 ao Anexo J - Análise da entrevista de aprofundamento ao entrevistado n.º 9.....  | 169       |
| Apêndice n.º 2 ao Anexo J - Análise das entrevistas exploratórias .....   | 172       |
| Apêndice n.º 3 ao Anexo J - Transcrição das entrevistas em suporte digital (CD).....  | 177       |

## Índice de Figuras

|   |     |
|---|-----|
| <b>Figura 1</b> - Conceitos-chave da CPTED de 1º geração.....   | 12  |
| <b>Figura 2</b> – Concelho de Setúbal. ....   | 52  |
| <b>Figura 3</b> – Zonas da requalificação da Av. Luísa Todi e zona ribeirinha. ....                           | 53  |
| <b>Figura 4</b> – Área de intervenção do POLIS (cidade de Setúbal). ....                                      | 58  |
| <b>Figura 5</b> – Fotografia aérea da Avenida Luísa Todi.....   | 109 |
| <b>Figura 6</b> (1 a 6) – Vista geral da avenida, zonas verdes e pedonais. ....                               | 111 |
| <b>Figura 7</b> (7 a 12) – Zonas pedonais e parques de estacionamento. ....                                   | 112 |
| <b>Figura 8</b> (13 a 18) –Obras de requalificação em toda a extensão da Avenida Luísa Todi.<br>.....         | 113 |
| <b>Figura 9</b> (19 a 24) – Vias de circulação automóvel, zonas pedonais e parques de<br>estacionamento. .... | 114 |
| <b>Figura 10</b> (25 a 30) – Zonas de laser, pontos de encontro e ciclovia. ....                              | 115 |
| <b>Figura 11</b> (31 a 36) – Monumentos e sinalética. ....  | 116 |
| <b>Figura 12</b> (37 a 42) - Áreas degradadas, incivildades e falta de manutenção.....                        | 117 |
| <b>Figura 13</b> (43 a 48) – Áreas degradadas e falta de manutenção.....                                      | 118 |
| <b>Figura 14</b> (49 a 54) – Manutenção, atividades e programa de vigilância através de<br>reformados.....    | 119 |
| <b>Figura 15</b> – Ocupação do edificado na Avenida Luísa Todi.....   | 121 |
| <b>Figura 16</b> – Uso de pisos térreos na Avenida Luísa Todi.....  | 123 |
| <b>Figura 17</b> – Ordenamento da cidade de Setúbal.....  | 125 |
| <b>Figura 18</b> – Plano de atuação na Avenida Luísa Todi.....  | 127 |
| <b>Figura 19</b> – Criminalidade de rua georreferenciada na Av. Luísa Todi.....                               | 144 |
| <b>Figura 20</b> – Processo de georreferenciação no software ArcMap 10.2.....                                 | 146 |
| <b>Figura 21</b> - (1 a 6) – Fotografias da zona A durante o período diurno.....                              | 148 |
| <b>Figura 22</b> - (7 a 12) – Fotografias da zona A durante o período noturno.....                            | 149 |
| <b>Figura 23</b> - (1 a 6) – Fotografias da zona A, durante o período diurno.....                             | 150 |
| <b>Figura 24</b> - (7 a 12) - Fotografias da zona A, durante o período noturno. ....                          | 151 |
| <b>Figura 25</b> - (1 a 6) – Fotografias das zona B durante o período diurno. ....                            | 152 |
| <b>Figura 26</b> - (7 a 12) - Fotografias da zona B durante o período noturno.....                            | 153 |
| <b>Figura 27</b> - (1 a 6) - Fotografias da zona C durante o período diurno.....                              | 154 |
| <b>Figura 28</b> - (7 a 12) – Fotografias da zona C durante o período noturno..                               | 155 |

---

## Índice de Gráficos

|  |     |
|--|-----|
| <b>Gráfico 1</b> – Criminalidade participada na Avenida Luísa Todi. ....   | 66  |
| <b>Gráfico 2</b> – Criminalidade de rua na Avenida Luísa Todi.....   | 67  |
| <b>Gráfico 3</b> – Distribuição da criminalidade de rua 2010.....  | 69  |
| <b>Gráfico 4</b> - Distribuição da criminalidade de rua 2011.. ....  | 70  |
| <b>Gráfico 5</b> - Distribuição da criminalidade de rua 2012.. ....  | 71  |
| <b>Gráfico 6</b> - Distribuição da criminalidade de rua 2013.. ....  | 72  |
| <b>Gráfico 7</b> – Distribuição da criminalidade de rua 2014.....  | 73  |
| <b>Gráfico 8</b> – Comparação da criminalidade participada e de rua na cidade de Setúbal e na Avenida Luísa Todi. .... | 86  |
| <b>Gráfico 10</b> – Criminalidade participada a nível nacional. ....   | 136 |
| <b>Gráfico 11</b> – Criminalidade de rua a nível nacional. ....  | 136 |
| <b>Gráfico 12</b> – Criminalidade participada no distrito de Setúbal. ....   | 137 |
| <b>Gráfico 13</b> – Criminalidade de rua no distrito de Setúbal. ....  | 137 |
| <b>Gráfico 14</b> – Criminalidade participada no concelho de Setúbal. ....   | 139 |
| <b>Gráfico 15</b> – Criminalidade de rua no concelho de Setúbal. ....  | 139 |
| <b>Gráfico 16</b> – Criminalidade participada na cidade de Setúbal. ....   | 141 |
| <b>Gráfico 17</b> – Criminalidade de rua na cidade de Setúbal. ....  | 141 |

## Índice de Tabelas

|  |    |
|--|----|
| <b>Tabela 1</b> – Caraterização dos entrevistados.....   | 50 |
| <b>Tabela 2</b> – Dados estatísticos de Setúbal.....   | 52 |
| <b>Tabela 3</b> – Estratégias da CPTED.. ....  | 61 |
| <b>Tabela 4</b> – Comparação entre a criminalidade participada e de rua mais relevante na Avenida Luísa Todi. .... | 68 |
| <b>Tabela 5</b> – Conhecimento da CPTED.....   | 74 |
| <b>Tabela 6</b> – Importância da CPTED na segurança urbana. ....   | 75 |
| <b>Tabela 7</b> – Vigilância natural na Avenida Luísa Todi.....  | 75 |
| <b>Tabela 8</b> – Manutenção da Avenida Luísa Todi.....  | 76 |
| <b>Tabela 9</b> – Atividades criadas no incentivo à utilização do espaço.....                                      | 76 |
| <b>Tabela 10</b> – Condições de iluminação na Avenida Luísa Todi. ....   | 77 |
| <b>Tabela 11</b> – Levantamento de vulnerabilidades durante o projeto de requalificação.....                       | 77 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>Tabela 12</b> – Criação de estruturas para a redução de oportunidades para o crime e incivildades.....            | 78  |
| <b>Tabela 13</b> – Atuação das forças de segurança na Avenida Luísa Todi. ....                                       | 79  |
| <b>Tabela 14</b> – Opinião sobre o programa dos patrulheiros.....  | 79  |
| <b>Tabela 15</b> – Participação das forças de segurança no projeto de requalificação.....                            | 80  |
| <b>Tabela 16</b> – A influência da requalificação nos utilizadores da Avenida Luísa Todi. ....                       | 80  |
| <b>Tabela 17</b> – Importância da participação nos Fóruns de Segurança Urbana (Europeu e Nacional). ....             | 81  |
| <b>Tabela 18</b> – Impacto da requalificação da Avenida Luísa Todi na criminalidade. ....                            | 81  |
| <b>Tabela 19</b> – Perceção sobre a evolução da criminalidade na cidade de Setúbal e Avenida Luísa Todi.....         | 82  |
| <b>Tabela 20</b> – Observação das zonas georreferenciadas à luz da CPTED.....  | 84  |
| <b>Tabela 21</b> – <i>Check-list</i> aplicada na Avenida Luísa Todi. ....  | 129 |
| <b>Tabela 22</b> – Comparação entre criminalidade participada e de rua mais relevante no distrito de Setúbal. ....   | 138 |
| <b>Tabela 23</b> – Comparação entre a criminalidade participada e de rua mais relevante no concelho de Setúbal. .... | 140 |
| <b>Tabela 24</b> – Comparação entre a criminalidade participada e de rua mais relevante na cidade de Setúbal.....    | 142 |
| <b>Tabela 25</b> – Codificação dos segmentos das respostas dos entrevistados (E1 a E8).....                          | 157 |
| <b>Tabela 26</b> – Codificação alfanumérica das questões aos entrevistados (E1 a E8). ....                           | 159 |
| <b>Tabela 27</b> – Análise de conteúdo às entrevistas de aprofundamento (E1 a E8). ....                              | 161 |
| <b>Tabela 28</b> – Análise qualitativa da entrevista de aprofundamento ao entrevistado n.º 9. ....                   | 171 |
| <b>Tabela 29</b> – Sinopse da entrevista de aprofundamento (E9). ....  | 171 |
| <b>Tabela 30</b> – Análise qualitativa das entrevistas exploratórias (E1 e E2).....                                  | 174 |
| <b>Tabela 31</b> – Sinopse das entrevistas exploratórias (E1 e E2). ....   | 175 |

## **Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos**

**ACPO** - *Association of Chief Police Officers*

**ANMP** - Associação Nacional de Municípios Portugueses

**ARU** – Área de Reabilitação Urbana

**ASAE** – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

**AT** – Autoridade Tributária e Aduaneira

**CEN** - *European Committee of Standardization*

**CLS** – Contratos Locais de Segurança

**CPTED** – *Crime Prevention Trough Environmental Design*

**DGAI** – Direção-Geral da Administração Interna

**DGOTDU** - Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

**DLS** – Diagnósticos Locais de Segurança

**DOC** – *Designing Out Crime*

**DOCA** – *Design Out Crime Association*

**DOCU** - *Designing Out Crime Unit*

**ECOSOC** - Conselho Económico e Social

**GNR** – Guarda Nacional Republicana

**GRESI** - Grupo de Reflexão Estratégica sobre a Segurança Interna

**IESM** – Instituto de Estudos Superiores Militares

**INE**– Instituto Nacional de Estatística

**LBPOTU** - Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e de Urbanismo

**LNEC** – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

**ONG** – Organizações Não Governamentais

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**PJM** – Polícia Judiciária Militar

**PM** – Polícia Marítima

**PSP** – Polícia de Segurança Pública

**RASI** – Relatório Anual de Segurança Interna

**REJUE** - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação

**REPC** - Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade

**RJIGT** - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

**SBD** – *Secured By Design*

**SEF** – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras



**SEI** - Sistema Estratégico de Informação, Gestão e Controlo Operacional

**SGMAI** – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

**SIG** – Sistema de Informação Geográfica

**UE**– União Europeia

## Introdução

*“O modo como concebemos e concretizamos o desenvolvimento das nossas cidades, como planeamos e gerimos os seus bairros, desenhamos os seus espaços públicos e os fazemos interagir com os espaços privados, como proporcionamos a apropriação social dos lugares e a criação ou reforço das identidades locais e regionais, são factores decisivos para que as nossas sociedades sejam mais coesas, para que a qualidade de vida urbana aumente e para que os cidadãos vivam em segurança”.*

Campos<sup>1</sup> (2011)

Atualmente assiste-se a uma crescente globalização da sociedade, na qual interagem uma multiplicidade de atores e onde se estabelecem variadas relações sociais. Tal exige de modo constante, das entidades responsáveis pela segurança, uma capacidade de antecipação, acompanhamento e adaptação aos fenómenos criminais, bem como às ameaças e riscos à segurança em geral, garantindo a proteção das pessoas e bens. Exemplo disso é a importância que a segurança tem assumido tanto no contexto nacional como no contexto internacional, sendo o “(...) *centro da discussão das relações internacionais conflituais*” (Gouveia, 2015, p.420).

Os novos desafios resultantes da atual conjuntura da sociedade no seus diferentes níveis, incute a todos um novo posicionamento na construção dos sistemas de segurança. Esta construção dos sistemas de segurança, encontra-se ligada a uma necessidade de legitimação social das atuações por parte das entidades responsáveis pela segurança, sendo necessário conseguir obter uma perspetiva das reais causas da falta de segurança, pois caso contrário, o sentimento de insegurança poderá ser potenciado. Perante o contexto global de ameaças e riscos, Silva (2015, p.72) afirma que “ (...) *as políticas públicas de segurança*

---

<sup>1</sup> Nota de apresentação realizada pelo Diretor Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Dr. Vitor Campos, na Série n.º7 - Política de Cidades, subordinada ao tema “*Segurança Pública e desenvolvimento urbano. A prevenção do crime através do espaço construído*”.

*têm como principal objetivo identificar as prioridades e os problemas que a segurança enfrenta”.*

O crime provoca elevados prejuízos materiais e, fundamentalmente, consequências psicológicas que contribuem para uma acentuada redução dos níveis de qualidade de vida das pessoas. Além dos danos materiais, o crime tende a fazer aumentar sentimentos de medo e de desconfiança que inviabilizam, por sua vez, a existência de valores e práticas fundamentais da vida em sociedade. Os crimes são percebidos como agressões intoleráveis aos valores, às leis e normas em vigor na ordem social estabelecida, promovendo o caos e a desordem.

Os autores Dias & Andrade (1997) referem que, na teoria das estruturas de oportunidade, para ocorrerem os delitos serão necessários: o agressor/delinquente, o alvo/vítima e a situação. A vítima é potencialmente um alvo, quando a situação é vulnerável por deficientes condições de vigilância natural e controlo social transmitidas pelo espaço do contexto da ação.

As estratégias preventivas deverão incidir tanto no potencial autor do crime e na vítima, como nas características do espaço onde ocorre o ilícito criminal. O ambiente urbano assume neste contexto uma especial importância, podendo influenciar o comportamento delituoso através da disponibilização das condições espaciais onde os indivíduos atuam, e socialmente, promovendo as relações sociais a que os indivíduos respondem.

O urbanismo preventivo tem uma função importante na segurança física das pessoas e na redução de oportunidades para a prática de atos criminosos, devendo por sua vez ser integrado com políticas dos vários atores sociais. O espaço coletivo da cidade é um local de encontro e de inter-relações entre estranhos, pelo que o indivíduo sente menor capacidade de controlo e previsão, podendo ser afetado por uma sensação de maior vulnerabilidade e inquietação. O desenho urbano, a gestão e manutenção do espaço são determinantes para a perceção da segurança dos utilizadores dos espaços públicos. O espaço emite sinais, fornece pistas e cria uma perceção relativa à sua função.

As políticas de prevenção do crime através de boas práticas do desenho urbano partem do princípio que a manipulação do desenho dos edifícios, individualmente e uns com os outros, e das suas relações com o meio envolvente, traduzem-se numa redução dos índices criminais.

O presente estudo insere-se nas políticas públicas de segurança e surge no seguimento da pós-graduação em Direito e Segurança ministrada pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, realizada durante o Curso de Promoção a Oficial Superior 2013/2014, no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) e destina-se à obtenção do grau de Mestre em Direito e Segurança.

O estudo que se pretende apresentar é de especial interesse para as forças de segurança bem como para todas as estruturas relacionadas com a gestão dos espaços urbanos, permitindo destacar a influência do desenho urbano na prevenção da ocorrência de crimes. A prevenção criminal poderá ser conseguida através da conceção do espaço construído aliado às formas tradicionais de segurança, mostrando-se necessário que o ordenamento urbano de pormenor se baseie numa plataforma técnica multidisciplinar, embora esta seja ainda uma área com muito para explorar.

Julgamos importante delimitar o estudo, tendo para o efeito sido selecionada a principal avenida da cidade de Setúbal, designada por Avenida Luísa Todi, de forma a averiguar se os princípios da abordagem da Prevenção Criminal através do Espaço Construído (CPTED) foram aplicados aquando da requalificação a que foi sujeita no ano de 2008, no âmbito do Programa Polis.

Além da intervenção na Avenida Luísa Todi, a via mais emblemática da cidade, o Polis de Setúbal abrangeu a construção de um anfiteatro ao ar livre e a requalificação do Largo José Afonso, obras já concluídas, e a criação do Parque Urbano de Albarquel, na zona onde se situava o Parque de Campismo da Toca do Pai Lopes.

Por outro lado, a Câmara Municipal de Setúbal pertence ao Fórum Europeu para a Segurança Urbana<sup>2</sup>, o qual funciona como lugar de reflexão, cooperação e formação, congregando esforços para a implementação de ações de prevenção da insegurança urbana, de combate ao crime e de inserção social, estimulando as políticas locais, nacionais e comunitárias nas áreas da prevenção da insegurança urbana e tratamento da delinquência.

Setúbal preside neste momento à Assembleia-geral do Fórum Português para a Prevenção e Segurança Urbana, pelo que este Município poderá enriquecer o presente estudo com base na experiência adquirida neste Fórum.

---

<sup>2</sup> Este fórum foi criado em Barcelona, Espanha, em 1987, sob a égide do Conselho da Europa e encontra-se sediado em Paris. Implementa ações de prevenção da insegurança urbana, de combate ao crime e de inserção social. Estimula igualmente políticas locais, nacionais e comunitárias nas áreas da prevenção da insegurança urbana e tratamento da delinquência.

A nomeação do Município de Setúbal para o Comité Executivo deste Fórum, foi efetivada em Assembleia-Geral realizada a 19 de maio de 2011, em Génova, Itália.

O distrito de Setúbal tem sido alvo de uma grande conotação com a criminalidade grave, amplamente divulgado nos órgãos de comunicação social<sup>3</sup>, pelo que será de todo o interesse desmistificar estes factos e verificar efetivamente quais as medidas levadas a cabo no que respeita à prevenção da criminalidade.

Segundo Silva (2014, p.7), o relatório de vitimação de 2009 apontou Setúbal como o distrito onde a população se sente menos segura. Também da análise da criminalidade participada, no período compreendido entre 2005 a 2014, verificou-se que no distrito de Setúbal, embora a criminalidade no âmbito geral tenha vindo a descer, os crimes mais expressivos continuam a ser contra as pessoas e contra o património, o que provoca naturalmente maior apreensão na população e medo de poderem ser vítimas deste tipo de crime. No Relatório Anual de Segurança Interna de 2014<sup>4</sup>, é referido que a categoria de crimes contra o património é aquela que regista uma maior percentagem (55,7%), seguida da categoria do crime contra as pessoas (24,1%). Neste mesmo relatório, o distrito de Setúbal continua a ser uma referência quanto à criminalidade participada, contabilizando 32.083 crimes em 2014 (RASI, 2014, p.15). Neste relatório, os distritos com maior peso relativo às participações registadas são os de Lisboa, Porto e Setúbal, congregando mais de 50% das participações em território nacional (RASI, 2014, p.15).

Assim, apresenta-se como questão central saber se “*A requalificação urbanística da Avenida Luísa Todi, realizada no ano de 2008, teve impacto nos índices de criminalidade de rua?*”

Esta questão central do estudo leva-nos a ter em consideração um conjunto de questões que inevitavelmente derivam e auxiliam a dar resposta à mesma, nomeadamente:

1. De que forma os princípios da CPTED podem contribuir para existência de espaços urbanos mais seguros?
2. Como podem ser reduzidas as oportunidades para a prática de crimes no meio urbano?
3. De que forma os princípios da CPTED podem contribuir para a implementação de estratégias de prevenção criminal?
4. A intervenção das forças de segurança no processo de planeamento urbano poderá contribuir para a segurança urbana?

---

<sup>3</sup> A título de exemplo, o Diário de Notícias em 26 de março de 2009, noticiou que o distrito de Setúbal foi um dos distritos com maior taxa de criminalidade em 2008. Igualmente o Correio da Manhã, na edição de 18 de janeiro de 2012, noticia que a maior percentagem da criminalidade grave e violenta, registada em 2011, aconteceu nos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal.

<sup>4</sup> Para uma informação mais detalhada poderá ser consultado o RASI 2014, p.14.

---

## 5. Os princípios de abordagem da CPTED estão implementados na Avenida Luísa Todi?

A investigação teve como objetivo geral contribuir para o conhecimento de uma área ainda pouco explorada no âmbito académico, através da análise da requalificação da avenida identificada, tendo por base o Manual de Boas Práticas da Prevenção Criminal através do Espaço Construído e a sua aplicação num caso prático. Neste sentido, pretendeu-se criar um documento no qual esteja compilada a informação principal sobre a CPTED, de forma a poder ser utilizado e consultado por qualquer interessado na matéria e recomendar medidas de prevenção para a Avenida Luísa Todi em Setúbal.

A partir do objetivo geral geraram-se os seguintes objetivos específicos: 1) Analisar a Avenida Luísa Todi à luz dos princípios da CPTED; 2) Analisar a criminalidade participada e de rua na cidade de Setúbal e na Avenida Luísa Todi; 3) Recolher contributos das principais entidades sobre o nível de aplicação da CPTED na Avenida Luísa Todi; 4) Apresentar recomendações para suprir as vulnerabilidades detetadas na Avenida Luísa Todi.

Neste âmbito, o estudo assenta numa pesquisa bibliográfica sobre vários estudos da prevenção criminal através do espaço construído, a prevenção criminal, o sentimento de insegurança e o medo do crime, por forma a estruturar e dar corpo ao desenvolvimento teórico. Para efeito do trabalho de campo, a recolha de dados foi feita através da colaboração de diversas entidades, tais como a Direção de Informações da Guarda Nacional Republicana e o Departamento de Informações Policiais da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública, na obtenção de dados estatísticos da criminalidade participada, e através da realização de entrevistas e observação do local de estudo a fim de analisar a aplicação dos princípios da CPTED, tendo em consideração as *check-lists* constantes no Manual de Boas Práticas da Direção Geral da Administração Interna (DGAI).

O presente trabalho é constituído por sete capítulos, sendo o primeiro capítulo dedicado ao estado da arte sobre a temática da prevenção criminal através do espaço construído, onde são abordados os principais autores que criaram e desenvolveram as teorias sobre esta área, bem como quanto ao seu desenvolvimento académico e institucional em Portugal.

No segundo capítulo são abordadas as teorias sobre o sentimento de insegurança em meio urbano, o crime e o medo do crime, como fatores que influenciam os

comportamentos dos cidadãos que usufruem dos espaços urbanos. No seguimento deste assunto são apresentados os principais conceitos sobre a prevenção criminal, com especial enfoque na prevenção situacional, finalizando com uma abordagem muito sintética ao papel das novas tecnologias na prevenção do crime.

Seguidamente são apresentados os princípios da CPTED no terceiro capítulo, abordando ainda os direitos constitucionalmente consagrados dos cidadãos no Estado de Direito Democrático, bem como a legislação existente sobre o urbanismo. Finaliza-se o capítulo através da apresentação de outros modelos de prevenção através do espaço construído, nomeadamente o *Secured by Design* e o *Design Out Crime*<sup>5</sup>, tomando como referência o caso do Reino Unido e da Austrália<sup>6</sup>, pelo facto das grandes pesquisas nesta matéria terem ocorrido nestes países.

O quarto capítulo descreve o percurso da investigação, nomeadamente a metodologia e instrumentos utilizados, representando a ligação entre a teoria e a prática deste estudo.

No quinto capítulo é realizada uma apresentação do concelho e da cidade de Setúbal, particularizando a Avenida Luísa Todi, por ser o local do estudo de caso da presente dissertação. Os anexos A a F podem ser consultados para melhor compreensão do local de estudo. Este capítulo é finalizado com uma abordagem ao Programa Polis XXI, o qual esteve na origem da requalificação da referida avenida.

O sexto capítulo diz respeito ao trabalho de campo desenvolvido onde são apresentadas as possíveis estratégias de planeamento e *design* a partir dos princípios da CPTED, a *check-list* aplicada na Avenida Luísa Todi, os dados estatísticos da criminalidade participada e de rua na cidade de Setúbal e na Avenida Luísa Todi, tendo como apoio de leitura o anexo H, e os resultados das entrevistas de aprofundamento.

No sétimo capítulo são discutidos os resultados constantes no capítulo anterior, nomeadamente a criminalidade participada e de rua, com especial destaque para a Avenida Luísa Todi, a georreferenciação dos crimes de rua mais relevantes na avenida e as entrevistas de aprofundamento realizadas às diversas entidades com responsabilidades administrativas e de segurança na cidade de Setúbal.

A investigação é encerrada com as conclusões e recomendações, contendo este capítulo as conclusões do estudo e respetiva resposta à questão central e derivadas, bem

---

<sup>5</sup> O *Secured by Design* e o *Design Out Crime* são conceitos que têm vindo a ser desenvolvidos no Reino Unido e na Austrália, onde é estabelecida a relação entre o espaço público e o privado, o desenho urbano e as medidas de segurança física. Esta temática será desenvolvida no Capítulo 3.

<sup>6</sup> A razão da adoção destes dois modelos é apresentada no subcapítulo 3.3 do Capítulo 3.



como as recomendações para uma possível mitigação dos principais problemas verificados durante o estudo.

## Capítulo 1 – O desenho urbano na prevenção criminal

*“A Prevenção Criminal através do Desenho Urbano é uma vertente, de entre muitas, que devem ser tidas em consideração no planeamento correto e qualificado do espaço público, tendo sempre como objetivo final a promoção do conforto e segurança dos utilizadores”.*

Macedo<sup>7</sup> (2013)

A fim de dar início ao estudo, passaremos a identificar o estado da arte relativamente à prevenção criminal através do espaço construído. Nessa conformidade, serão apresentados os principais autores que estiveram na origem do desenvolvimento desta teoria, terminado com uma breve alusão sobre a sua aplicação em Portugal.

### 1.1 A influência do espaço físico na prevenção criminal

O ponto central da cidade são as pessoas, as quais são afetadas pelos acontecimentos daquele meio, sendo o fenómeno do crime um dos problemas que mais influência tem no seu bem-estar.

O crime e o medo do crime são preocupações que sempre estiveram presentes nos meios urbanos, levando a que fossem criadas várias teorias e estratégias para a prevenção do crime, as quais foram evoluindo ao longo dos anos. Segundo Cozens, estas são preocupações presentes na sociedade pós-industrial onde os sistemas de justiça criminal têm vindo a falhar para fazer face àqueles dois elementos (Cozens, 2005a).

Os diversos tipos de crime podem ser influenciados de várias formas pelo espaço onde ocorrem, pelo que a maioria dos crimes associados à “criminalidade de rua<sup>8</sup>”, podem ocorrer devido ao desenho urbano e fatores situacionais, nomeadamente a falta de vigilância ou pela simples presença da vítima/alvo em determinado local (Atlas, 2008, p.54).

---

<sup>7</sup> Transcrição de parte do prefácio realizado pelo ex-Ministro da Administração Interna, Dr. Miguel Macedo, no Manual de Boas Práticas da CPTED.

<sup>8</sup> Definição adotada no estudo do LNEC, *Metrópoles Seguras 2007*, onde a criminalidade de rua é caracterizada como aquela que mais afeta os cidadãos e que pode ser observada no espaço público.

Para Cozens (2005a, p.329), o crime é caracterizado por quatro dimensões: a lei, o infrator, a vítima/alvo e o ambiente. Assim, poderá partir-se do princípio de que as estratégias preventivas deverão incidir tanto no potencial autor do crime e na vítima, como nas características do espaço onde ocorre o ilícito criminal.

Muitas reflexões têm vindo a explorar a manipulação do espaço, como forma de prevenir e reduzir a criminalidade e, conseqüentemente, aumentar os níveis de segurança. A prevenção criminal através do espaço construído, tradução do termo inglês para *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED), surgiu como uma estratégia de prevenção criminal focada no local, tornando-se bastante popular na Europa, América do Norte e Austrália. Os autores na sua origem bem como as teorias mais recentes são estrangeiros, destacando-se para o efeito os autores Elizabeth Wood (1960), Jane Jacobs (1961), Charles Jeffery (1971 e 1977), Oscar Newman (1973), e Timothy Crowe (1991), que começaram a encarar o espaço urbano, a forma como este estava concebido e o tipo de utilização dado ao mesmo, como um possível fator criador ou inibidor de oportunidades para a prática de crimes e incivildades. Com estes autores começaram a surgir conceitos, encarados como abordagens preventivas, que explicam a influência do espaço físico nas ocorrências criminais.

Na primeira geração, a CPTED assentou na estratégia da territorialidade, tendo sofrido uma grande evolução desde a sua génese nos anos 70, passando a incluir outros elementos, tais como o envolvimento da comunidade na vigilância e o controlo dos espaços.

Em 1960, uma socióloga americana, Elizabeth Wood<sup>9</sup>, focou-se essencialmente nos microespaços de blocos habitacionais nos Estados Unidos da América. Esta autora deu ênfase à necessidade dos gestores trabalharem em conjunto com os residentes, concentrando as suas ideias em melhoramentos dos espaços públicos e semipúblicos, a fim dos mesmos se tornarem espaços de lazer e sujeitos à vigilância informal das pessoas (Colquhoun, 2004, p.38).

Jacobs<sup>10</sup> foi a primeira investigadora a analisar a relação existente entre o meio e as pessoas, e a perceber como estes fatores poderiam influenciar os indivíduos e as suas interações. Argumentava ainda que as ruas da cidade são inseguras quando estão desertas,

---

<sup>9</sup> Elizabeth Wood, desenvolveu diretrizes para lidar com as questões de segurança ao trabalhar na área do urbanismo em Chicago, tendo publicado em 1961 a obra "*Housing Design: A Social Theory*".

<sup>10</sup> Era uma jornalista especializada em arquitetura e publicou em 1961 a obra "*The Death and Life of Great American Cities*".

isto é, a pouca utilização de determinados espaços potencia a ocorrência de crimes por falta de vigilantes. Neste sentido, as bases do funcionamento equilibrado de um espaço urbano podem ser resumidas da seguinte forma (Fernandes, 2007, p.40):

1. Demarcação clara entre o espaço público e privado;
2. Vigilância natural por parte dos habitantes, devendo para o efeito ser possível observar o exterior a partir do interior das habitações;
3. Passeios que proporcionem uma utilização contínua, de forma a aumentar a vigilância e, conseqüentemente, a segurança;
4. E por último, a utilização diversificada dos espaços para reforçar a vigilância natural.

As duas primeiras ideias podem facilmente ser conseguidas através do *design*, mas os dois últimos pontos poderão ser mais difíceis de alcançar, porque nem todas as ruas ou locais residenciais permitem usos diferenciados.

Jeffery<sup>11</sup>, inspirado em Jacobs, desenvolveu o conceito CPTED, através de um conceito interdisciplinar da prevenção criminal, defendendo que o espaço podia ser utilizado para impedir ou reduzir as oportunidades para a prática de crimes e os riscos aumentados de forma a desencorajar os potenciais delinquentes (Neves, 2012, p.7). Nesta teoria, identificam-se três elementos importantes: - A oportunidade; - Os benefícios e os riscos. As características físicas do ambiente são centrais na facilitação ou inibição da ocorrência de atos criminosos, podendo a redução da criminalidade ser obtida pela gestão e manipulação do ambiente onde os crimes ocorrem. Na primeira edição de 1971, propôs um modelo de prevenção criminal baseado num sistema de punições e recompensas, defendendo que o ambiente afetava diretamente o comportamento, enquanto na edição de 1977, adicionou uma componente biológica, assumindo que as perceções dos criminosos podiam ser manipuladas através da indução do sentido de risco nas suas ações (Fernandes, 2007, pp. 50-51).

Em 1973, Newman<sup>12</sup> desenvolveu o ”*Defensible Space*”<sup>13</sup>, adotando os princípios da territorialidade, vigilância natural, imagem e inserção no ambiente. O primeiro

---

<sup>11</sup> Em 1971, Ray Jeffery desenvolveu o conceito CPTED, publicando-o na obra “*Crime Prevention Through Environmental Design*”.

<sup>12</sup> Formado em arquitetura, lançou em 1973 o seu conceito de “*Defensible Space*” exposto no livro “*Defensible Space: Crime Prevention Through Environmental Design*”, concentrando a sua análise nos bairros sociais.

<sup>13</sup> O *Defensible Space* foi dividido em quatro níveis de territorialidade: Público, Semipúblico, Semiprivado e Privado (Atlas, 2008, p.57).

princípio como o próprio nome sugere, baseia-se no facto dos espaços físicos transmitirem a perceção de uma “influência territorial” informando os estranhos de que determinada área é privada (Fernandes, 2007, p.45), permitindo desta forma diferenciar o espaço público do privado.

A vigilância natural garante a observação, sem recurso a “*meios mecânicos ou eletrónicos*” (Fernandes, 2007, p.46). As habitações deverão permitir ver o exterior e serem vistas desse mesmo espaço de forma natural pelos seus utilizadores.

A imagem deve proporcionar um sentimento de segurança nas pessoas bem como evitar a associação a bairros degradados vulgarmente conhecidos por bairros sociais (Fernandes, 2007, p.46).

Por último, a inserção no ambiente, relaciona-se com a localização onde determinado bairro é construído, podendo diminuir a criminalidade através do aumento da atividade no local (Fernandes, 2007, p.47).

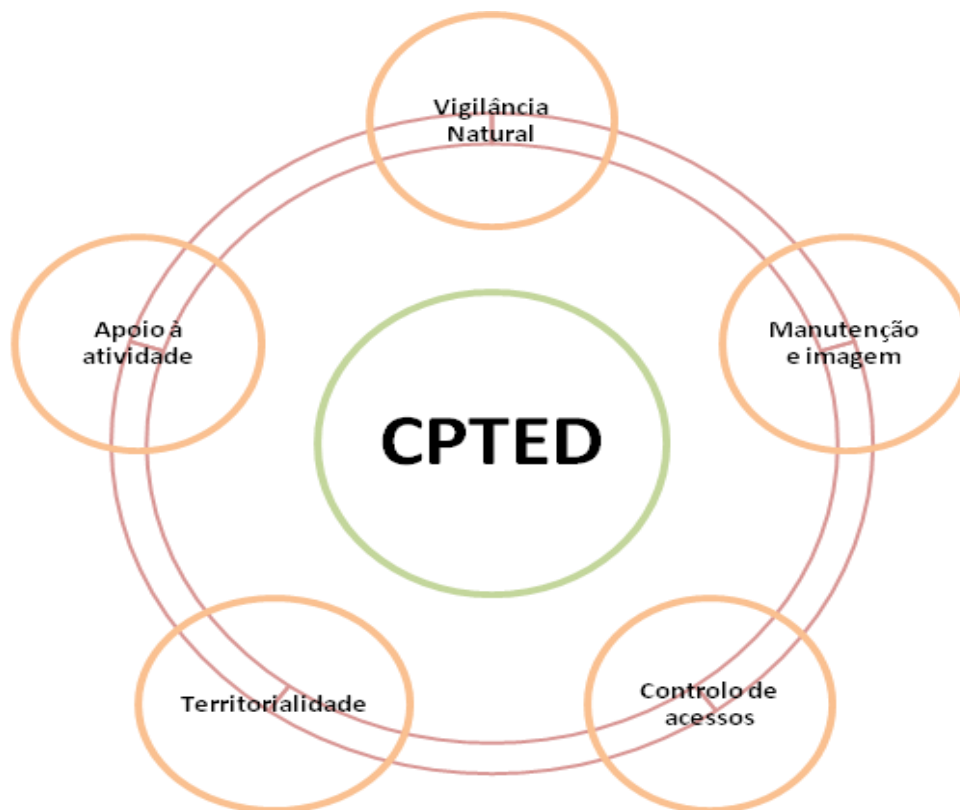
O conceito de Newman (1996, p.9), baseava-se num conjunto de estratégias com o objetivo comum de reestruturar os espaços residenciais das cidades, tornando-os controlados pela comunidade que os partilha, permitindo às pessoas preservá-los de forma a poderem partilhar os seus valores e ter o seu usufruto. Estas estratégias englobavam barreiras simbólicas ou reais, as áreas de influência fortemente definidas e o aumento das oportunidades de vigilância, tudo articulado para criar um espaço capaz de ser controlado pelos seus residentes. O “*Defensible Space*” deveria fazer a ligação entre a territorialidade e a vigilância através da criação de estruturas que permitissem a quem observa sentir que a área sob a sua vigilância se encontrava na sua esfera de influência, sendo da sua responsabilidade prevenir ativamente o crime (Atlas, 2008, p.57). Esta teoria é semelhante à CPTED, dado que partilha as características básicas da vigilância natural, controlo de acessos e territorialidade (Crowe, 2000, p.5).

Os quatro componentes do seu estudo eram (Atlas, 2008, p.57):

1. Definição de zonas com influência territorial;
2. Providenciar oportunidades de vigilância para os residentes e seus convidados;
3. Implementação de estruturas residenciais junto de áreas seguras;
4. Desenho e construção de edifícios por forma a não permitir a perceção e estigmatização dos seus ocupantes como vulneráveis.

Feita a análise da primeira geração da CPTED, passa-se a resumir os conceitos-chave na figura seguinte:

---



**Figura 1-** Conceitos-chave da CPTED de 1º geração.

## **1.2 A inclusão do fator social como elemento de prevenção no espaço construído**

Na década de 90 este conceito foi alvo de um refinamento, pelo facto de ter sido criticado por se basear essencialmente no espaço físico e existirem dificuldades em associar diretamente a CPTED à redução da criminalidade. Desta forma os investigadores e decisores políticos responderam a essas críticas através de um conceito mais robusto e rigoroso, designado por CPTED de 2ª geração (Cozens, 2005a, p.329). Consistiu essencialmente em considerar uma nova variável para os comportamentos em espaço público: as características sociais e o seu enquadramento (Neves, 2012, p.7).

O criminologista Crowe<sup>14</sup>, possibilitou a progressão da CPTED para a 2ª geração, sendo um modelo que assenta na ideia de que um ordenamento adequado e uma utilização apropriada do espaço podem conduzir a uma redução da incidência criminal, melhorando consequentemente a qualidade de vida (Crowe, 2000, p.46 *apud* Cozens, 2005a, p.329).

<sup>14</sup> Timothy Crowe é um criminologista especializado em serviços de consultoria e aplicação da lei, prevenção da criminalidade, delinquência juvenil, e planeamento de segurança em grandes eventos.

A CPTED foi aperfeiçoada passando, por um lado, a incorporar a dimensão social, de forma a assegurar que o espaço se torne defensível pelos seus residentes, e por outro a preocupar-se com a criação de atividades sociais positivas e diversificadas para encorajar os residentes a apropriarem-se do espaço e a retirar proveito da vigilância natural. Este autor na obra publicada em 1991<sup>15</sup> sugeriu que fossem consideradas as seguintes medidas (Fernandes, 2007, pp.54-56):

1. Identificação das zonas de transição entre o espaço público e o privado;
2. Relocalização de zonas de reunião para locais que proporcionem a vigilância natural e o controlo de acessos;
3. Colocação de atividades seguras em locais inseguros e vice-versa;
4. Redistribuição do uso do espaço para potenciar as barreiras naturais;
5. Neutralização da distância e do isolamento;
6. Atribuição de horários de funcionamento para os espaços;
7. Redesenhar o espaço para aumentar a vigilância natural sobre os delinquentes e provocar desmotivação para a prática de atos ilícitos.

Por outro lado, sugeriu ainda três classificações básicas para a prevenção criminal através do espaço construído (Atlas, 2008, p.60):

1. Medidas mecânicas – com ênfase para o *hardware* e tecnologias eletrónicas;
2. Medidas organizacionais ou humanas – através de comportamentos de grupo e medidas de segurança criadas pelas pessoas de determinada área, nomeadamente através de patrulhas de bairro, e;
3. Medidas naturais – através da construção de espaços com *design* adequados para que os seus utilizadores o utilizem para o efeito pretendido, diminuindo a tendência para a prática de crimes.

### 1.3 Desenvolvimento da CPTED em Portugal

O urbanismo preventivo já começou a ser percebido como uma estratégia de prevenção criminal, podendo contribuir para a diminuição do sentimento de insegurança e influenciar os fatores que possam afetar a segurança física das pessoas, bem como a diminuição da probabilidade da ocorrência de atos ilícitos. Trata-se de uma área com

---

<sup>15</sup> Publicação de 1991 intitulada de “*Crime Prevention Thought Environmental Design*”, na qual o autor defendia o envolvimento do desenho do espaço físico no contexto das necessidades dos legítimos utilizadores do espaço, o seu uso exatável e o comportamento previsível desses mesmos utilizadores e dos potenciais ofensores.

bastante interesse para diversas entidades, a qual já mereceu atenção por parte de alguns investigadores a nível nacional<sup>16</sup>.

Esta abordagem tem sido pouco desenvolvida no meio académico e institucional a nível nacional, embora alguns autores de dissertações de mestrado na área da arquitetura e da engenharia civil tenham estudado o tema quanto à importância do espaço construído na prevenção criminal. Os estudos analisados que se passam a indicar, tentam de uma forma geral sintetizar os principais aspetos das teorias que deram origem à Prevenção Criminal Através do Espaço Construído (CPTED) até aos dias de hoje, para que possam ser conhecidas e aplicadas em Portugal, tanto na ótica do planeador como na ótica dos gerentes dos espaços públicos. Dos estudos analisados identificam-se dois grupos, um centrado na vertente académica e outro na vertente institucional.

Na vertente académica começamos por indicar o estudo elaborado por Fernandes (1997, p.270), cujo tema foi a “*Segurança e Sustentabilidade: Processos urbanos e criminalidade na cidade do Porto no século XX*”. Neste estudo concluiu que a segurança é indissociável do conceito de sustentabilidade urbana.

Porém, tivemos acesso a duas teses de doutoramento da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, uma referente ao ano de 2013, elaborada por Ferreira, onde é estudada a questão da prevenção da criminalidade em espaços públicos, e uma segunda tese, elaborada por Silva no ano de 2014, cujo estudo proposto pretendeu identificar as fragilidades dos espaços arquitetónicos na escala do edifício e do bairro salientando a perspetiva da segurança. Para o efeito estudou a cidade de Setúbal e as favelas do Rio de Janeiro, propondo a elaboração de um método de aferição de indicadores, denominado Sistema Integrado de Desenho Seguro – SIDES (Silva, 2014, p. iii).

No âmbito institucional, ao nível das forças de segurança, na Polícia de Segurança Pública (PSP), existem três dissertações, referentes aos anos de 2008, 2010 e 2015. A primeira, tratando-se de uma dissertação de final de licenciatura intitulada como “*Urbanismo e Segurança: Estudo exploratório numa zona histórica da cidade de Lisboa (Madragoa)*”, na qual conclui que os ciclos preventivos criados pela PSP poderão no

---

<sup>16</sup> Segundo os dados obtidos na entrevista exploratória com Neves, o Ministério da Administração Interna, por iniciativa da Direção Geral da Administração Interna, promoveu um grupo focal em 2010 com profissionais dedicados à relação “espaço-comportamentos” a fim de ser discutida a importância da CPTED nas mais variadas áreas, desde a arquitetura, arquitetura paisagista, urbanismo, antropologia, sociologia ou geografia.

futuro constituir uma mais valia no plano preventivo, bem como contribuir para o cimentar do sentimento de segurança (Neto, 2008, p. 66).

A segunda, é uma dissertação de mestrado subordinada ao tema “*Urbanismo e Segurança Contributos da Concepção, Manutenção e Utilização do Espaço para a Prevenção Criminal. Uma abordagem ao bairro da Bela Vista, em Setúbal*”, onde concluiu que “ (...) existe uma lacuna na legislação e na formação académica ao nível da segurança urbana e da prevenção criminal (...) e que (...) a ausência da aplicabilidade das estratégias da CPTED influencia no problema criminal e securitário (...)” (Fernandes, 2010, p. v).

O terceiro estudo, cujo tema é “*A segurança urbana e o desenho do espaço público: contributos para a prevenção do crime e de incividades*”, procurou perceber a dimensão da insegurança urbana em função da criminalidade e do espaço físico, de modo a responder a esta relação através da prevenção por parte das Forças de Segurança, apoiadas pelo poder local. A autora concluiu que a ausência de segurança nos espaços estudados não se devia aos índices de criminalidade apresentados, mas sim “*pela ocorrência de incividades e pelas próprias características do espaço físico*” (Carvalho, 2015, p. iii).

Na Guarda Nacional Republicana (GNR), em 2011, Ribeiro<sup>17</sup>, apresentou a dissertação “*Arquitetura e Urbanismo como factores de Segurança Pública Crime Prevention Through Environmental Design. CPTED*”, onde foram apresentadas estratégias de intervenção na prevenção da criminalidade, através da arquitetura e do urbanismo.

No âmbito do Curso de Formação de Oficiais da GNR na Academia Militar em 2012, Cerqueira<sup>18</sup> (2012, p. iv), elaborou um estudo no qual são analisadas as características físicas do espaço público da Freguesia de Campelo e a sua influência na “criminalidade de rua”, concluindo que “ (...) o espaço público em análise não contribui para a criminalidade ocorrida (...)”. Também neste ano, Monteiro<sup>19</sup> (2012, p.76), estudou “*O papel da Polícias Municipais na prevenção do crime: Contributos e percepções da Polícia Municipal de Lisboa*”, na qual conclui que “ (...) Às autarquias deve ser imputada a responsabilidade de criar as condições necessárias, para que seja devolvido à população o sentimento de segurança (...) ”.

---

<sup>17</sup> António Ribeiro é Capitão da Guarda Nacional Republicana, na situação de reserva ativa, a exercer funções da Direção de Infraestruturas do Comando da Administração dos Recursos Internos da GNR.

<sup>18</sup> Hilário Cerqueira tem o posto de Tenente e exerce funções na GNR.

<sup>19</sup> Maria Monteiro exerce funções na Polícia Municipal de Lisboa.

Em 2015, surge mais um trabalho realizado por Baptista<sup>20</sup>, subordinado ao tema “*A Segurança no desenho urbano: uma abordagem CPTED*”, no qual se propõe analisar as práticas dos profissionais responsáveis pela conceção do espaço e da manutenção da segurança em Lisboa. Neste estudo concluiu que “*(...) não houve qualquer continuação da formação que resultasse na transmissão de conhecimento entre profissionais (...)*”, no âmbito da CPTED (Baptista, 2015, p.iv).

Por parte do Ministério da Administração Interna (MAI), a Direção-Geral da Administração Interna (DGAI), atual Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI) foram desenvolvidas iniciativas que relacionam o urbanismo à segurança, contribuindo para uma melhor política pública de prevenção criminal.

No ano de 2009, a DGAI publicou o *Manual de Diagnósticos Locais de Segurança. Uma Compilação de Normas e Práticas Internacionais*, no qual já são feitas considerações quanto ao espaço construído e à prevenção criminal no âmbito das orientações da União Europeia.

Posteriormente, no ano de 2011, a Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) e a DGAI publicaram um manual intitulado por “*Segurança Pública e Desenvolvimento Urbano: A prevenção do crime através do espaço construído*”, tratando-se de um documento de orientação que trata das relações entre a segurança pública e o desenvolvimento urbano.

Já no ano de 2013, foi publicado o “*Guia de Boas Práticas da Prevenção Criminal Através do Espaço Construído*”, o qual é uma versão traduzida e adaptada do *National Crime Prevention Council* de Singapura, sendo ali feita uma abordagem aos quatro princípios da CPTED e às estratégias de prevenção baseadas nesses mesmos princípios, os quais serão desenvolvidos nos capítulos seguintes.

O Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território<sup>21</sup>, no quadro da ambição da Política de Cidades POLIS XXI concretizou três dimensões de ação: i) Regeneração urbana; ii) Integração regional e iii) Competitividade/Diferenciação.

Por último importa referir que por parte das autarquias têm sido desenvolvidos esforços no âmbito da segurança urbana, apontando-se como exemplo a adesão ao Fórum Português para a Prevenção e Segurança Urbana, fundado em 2005, o qual foi criado para

---

<sup>20</sup> João Baptista é Alferes da GNR.

<sup>21</sup> Para uma informação mais detalhada poderá ser consultado o sítio <http://politicadecidades.dgotdu.pt/polis/o%20que%20%C3%A9/Paginas/dimensoes.aspx>.

contribuir, para orientar e estimular as políticas locais, nacionais e comunitárias, relativamente à insegurança urbana, tema que é abordado no capítulo seguinte.

#### **1.4 Síntese conclusiva**

A CPTED tem vindo a ser estudada há mais de 50 décadas, período no qual sofreu um aprofundamento disciplinar e foi alvo de divulgação em todo o mundo. Note-se que é necessário considerar esta teoria num ordenamento urbano de pormenor que se baseie numa plataforma técnica multidisciplinar, embora em Portugal tenha sido uma matéria ainda pouco considerada.

Os diversos autores que dedicaram os seus estudos a esta área, foram essencialmente motivados por um fator: a segurança. Esta tem sido uma questão central da sociedade a qual continua a ser alvo de preocupação, o que motiva e proporciona a implementação de novas estratégias de prevenção e combate ao crime.

Dos estudos realizados e amplamente difundidos, é reconhecido que o desenho urbano tem influência na criminalidade e que pode auxiliar a reduzir as oportunidades para a ocorrência de crimes. Os vários princípios da CPTED são a base para o desenvolvimento de diversas estratégias que permitem tornar os espaços urbanos mais seguros e influenciar a qualidade de vida dos cidadãos.

A vigilância natural, o controlo natural de acessos, o reforço territorial, a manutenção e gestão, associados à questão social, constituem-se como “*diferentes facetas de uma única técnica simples para lidar com as questões da segurança no ambiente físico construído*” (CPTED, 2013, p.2), transmitindo segurança e conferindo uma legítima utilização pelas pessoas, proporcionando desta forma a existência de espaços urbanos mais seguros.

## Capítulo 2 – Prevenir o crime no meio urbano

*“À Polícia cabe guardar a ordem em público, prevenindo a ocupação do espaço público pela delinquência predatória ao regular a conformidade comportamental, segundo a lei”.*

Clemente (2009, p.121)

O medo do crime, a insegurança e a prevenção criminal, são temas sempre atuais e que atingem as malhas da sociedade. Neste capítulo serão abordados estes tópicos, com o objetivo de explicar quais os fatores que causam o medo e a insegurança, bem como as formas de prevenção criminal, com especial destaque para a prevenção situacional, a qual está intimamente relacionada com a prevenção criminal através do espaço construído.

### 2.1 O medo e o sentimento de insegurança em meio urbano

Poucos têm sido os temas da agenda política e social que têm despertado tantas atenções e promovido debates tão acalorados nas sociedades modernas como a segurança. No que respeita ao sentimento de insegurança, pode ser definido como “(...) *um conjunto de representações e de manifestações, quer individuais quer colectivas, de inquietação, de perturbação ou de medo, e de preocupação pela ordem social.*” (Lourenço, 2015c, p.443). Tem como principais componentes: o medo do crime, a preocupação pela ordem social e a relação entre o sentimento de insegurança e a experiência declarada de vitimação. Assenta em vários pontos de incertezas que povoam a vida dos grandes centros urbanos, tendo vindo a ser construído em torno da delinquência e da violência predatória de rua. De acordo com o Estudo do Eurobarómetro (2013), ao nível europeu o crime assume a 7.<sup>a</sup> posição das preocupações dos cidadãos e em Portugal obteve a mesma posição (3%) (Lourenço *et al*, 2015, p.37). Mais do que um produto das variações da criminalidade, deve sobretudo ser entendido como expressão de uma representação social do meio, caracterizando-se como um sentimento “*essencialmente urbano*” (Lourenço, 2015c, p.444).

A insegurança urbana aparece no contexto das relações sociais que se praticam nestes espaços e é-lhe atribuído um significado em função dos valores dominantes e das práticas sociais (Machado *et al*, 2007, p.7).

Também no estudo realizado pelo Laboratório de Engenharia Civil (LNEC) em 2007, é referido que o sentimento de insegurança “(...) *prende-se com a criminalidade de rua e a percepção de uma vulnerabilidade face a actos de violência e à incivilidade de determinados comportamentos*” (Machado *et al*, 2007b, p.26).

Os fenómenos da violência e da criminalidade afetam as pessoas, sendo uma preocupação que tem vindo a perdurar ao longo dos tempos, gerando uma sensação de insegurança na sociedade. Prova disto é o testemunho de Alves (2008, p.69) ao expressar que “*o crime constitui, sem dúvida, um dos fenómenos contemporâneos que mais têm contribuído para um aumento dos níveis de ansiedade e de insegurança existentes na sociedade portuguesa*”.

É na esteira deste juízo que Alves (2008, p.70) conclui que “*o sentimento de insegurança tornou-se banal, acontecendo que a ameaça contra a ordem política é fenómeno comum nos nossos dias (...), (...) A insegurança está (...) presente nas nossas vidas, constituindo o tributo a pagar à modernidade, à heterogeneidade e à complexidade das nossas sociedades*”.

A evolução da violência e do crime é inquietante tendendo a tornarem-se fenómenos correntes. O fenómeno da violência encontra-se relacionado de alguma forma com a gestão urbana, pelo que a sua “*emergência e visibilidade acusa directamente os gestores da cidade, sejam políticos, técnicos ou forças de segurança*” (Guerra, 2003, p.245).

Torna-se necessário adaptar as respostas das autoridades aos fenómenos criminais e à realidade quotidiana em constante mutação, em grande parte sem fronteiras nem rostos e que colocam em causa a segurança e o bem-estar dos cidadãos, que aprenderam a confiar nas instituições e sabem que podem e devem exigir destas uma ação pró-ativa no combate ao crime, onde cada vez mais se pede e se convida o cidadão a também ser pró-ativo no que toca à sinalização, reporte e dissuasão de comportamentos antissociais, no seio da sua comunidade.

Segundo Oliveira, citando Roché, “*a insegurança questiona a sociedade e as instituições que têm a responsabilidade de lhe fazer face, colocando em causa os princípios fundadores da nação, isto é, a coesão social que permite a vida em comum*” (Roché, 1993, p.116 *apud* Oliveira, 2006, p.57). Afirma também que a insegurança pode ser vista em duas vertentes, nomeadamente a “*insegurança real, a qual resulta do estado objetivo da delinquência*”, e a “*insegurança que se sente*”, traduzindo-se no sentimento de insegurança, manifestando-se por sensações de angústia e de medo.

---

Outras razões existem que podem explicar as causas de insegurança, pelo que Oliveira citando Lourenço & Lisboa, refere que a origem da insegurança pode dever-se a três razões: (i) devido ao aumento dos furtos a casas e roubos de automóveis, entendidos como uma violação da intimidade pessoal; (ii) a influência da televisão na opinião pública, mediatizando a violência o que por sua vez pode não corresponder a um aumento da violência, mas sim a um aumento da acuidade social relativamente a certos tipos de violência; (iii) a diminuição dos limites da tolerância à violência devido à conquista da segurança (Oliveira, 2006, p.59). O mesmo autor refere que foi demonstrada a existência duma forte relação entre criminalidade e crescimento urbano, sendo que, quanto maior é o aglomerado populacional, maior é o número de ocorrências criminais (Oliveira, 2006, p. 65).

Os crimes que mais afetam as pessoas<sup>22</sup> na sua vivência diária são os contra as pessoas e contra o património, traduzindo-se em furtos ou roubos e em agressões (Giddens, 2007, p.231), ou aqueles inseridos na “*pequena criminalidade de rua*” ou do “*delito de oportunidade*” que muitas vezes acabam por passar despercebidos, pela falta de denúncia às autoridades policiais e pelo facto de frequentemente não serem testemunhados. Embora não sejam por vezes muito relevantes em termos financeiros, acabam por gerar o medo do crime, afetando os comportamentos das pessoas. Resulta daqui uma inibição das pessoas que se veem restringidas no exercício das suas liberdades e garantias (Giddens, 2007, p. 218).

Reduzir o medo do crime e o próprio crime é um desafio para todos, sendo desejável criar programas cuidadosamente designados, que permitam a sua implementação e respetiva avaliação, assegurando-se que servem o seu propósito. Em Portugal, entre 2008 e 2009, foi elaborado o inquérito nacional de vitimação<sup>23</sup> (INV), tendo sido inquiridas 8.729 pessoas, tendo resultado que a avaliação do sentimento de (in)segurança subjetivo revelou que 41,6% dos inquiridos se sentiam inseguros, mas que 70,5% dos inquiridos sentiam-se seguros na zona de residência (Almeida, 2010, p.46).

---

<sup>22</sup> Nas entrevistas exploratórias realizadas à Doutora Carla Silva e à Mestre Verónica Neves, foi possível apurar que este tipo de crime causa medo e insegurança nas pessoas.

<sup>23</sup> O Inquérito Nacional à Vitimação 2008-2009 (INV\_2008-2009) constituiu o primeiro inquérito aplicado à escala do território português (Continente e Regiões Autónomas) com uma amostra representativa ao nível dos 308 municípios de Portugal Continental e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. O mesmo permitiu conhecer, de forma sistemática e científica, as principais questões que preocupam os cidadãos portugueses em matéria de segurança.

Por outro lado, as incivildades são apontadas como um fator importante para o desenvolvimento da insegurança e do sentimento da insegurança, que segundo Alves (2008, p.83) “(...) concretizam-se sob a forma de pequenas degradações, sujidades, ausência ou rutura das regras de boa educação, confrontos (...). São pouco reprovadas (...) embora sejam públicas e estejam à vista de todos”. As mesmas podem assumir a forma de grafitis, vandalismo ou mesmo outras formas de degradação no meio urbano. A associação de variados fatores tais como, a falta de manutenção, a escassa iluminação, a presença de indivíduos à margem da sociedade, tal como vagabundos, alcoólicos, toxicodependentes, podem vir a induzir o medo do crime nuns e a oportunidade de os cometer noutros (Gomes, 2007, p.63).

## 2.2 A prevenção criminal como um modelo integrado

A Organização das Nações Unidas (ONU) adotou um conjunto de diretrizes para a prevenção criminal<sup>24</sup>, entendendo que este é um problema da sociedade, onde deve haver um trabalho conjunto entre os Governos, apelando ao empenhamento das instituições públicas competentes e todos os segmentos da sociedade civil na prevenção do crime (DGAI, 2009, p.9).

Por outro lado, em 2004 a União Europeia (UE) apresentou a definição de prevenção da criminalidade, através da Decisão do Conselho da UE<sup>25</sup>, de 8 de junho, a qual passamos a citar:

*“A prevenção da criminalidade abrange todas as medidas destinadas a reduzir ou a contribuir para a redução da criminalidade e dos sentimentos de insegurança dos cidadãos, tanto quantitativa como qualitativamente, quer através de medidas directas de dissuasão de actividades criminosas, quer através de políticas e intervenções destinadas a reduzir as potencialidades do crime e as suas causas”.*

*“Inclui o contributo dos governos, das autoridades competentes, dos serviços de justiça criminal, das autoridades locais e de associações especializadas, de sectores privados e voluntários, bem como de investigadores e do público, com o apoio dos meios de comunicação.”*

---

<sup>24</sup> O Conselho Económico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas (ONU) tendo em conta a sua Resolução 2002/13 da 37ª Sessão Plenária, realizada em 24 de Julho de 2002, adotou as “Diretrizes para a prevenção do Crime”.

<sup>25</sup> Cfr. Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre a prevenção da criminalidade na União Europeia (2004). Para uma informação mais detalhada poderá ser consultado o sítio <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52004DC0165>.

Na Europa foi criada a Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade (REPC), pela Decisão 2001/427/JAI do Conselho, posteriormente revogada pela Decisão 2009/902/JAI<sup>26</sup>, tendo como principais objetivos<sup>27</sup> a promoção de ações em matéria de prevenção criminal e a criação de uma plataforma para o intercâmbio de boas práticas neste domínio.

A criminalidade afeta os cidadãos e tem custos elevados para as vítimas dos crimes, bem como para a sociedade, a qual resulta da “*associação de factores individuais e sociais*” (Lourenço, 2015a, p.87). Este fenómeno provoca elevados prejuízos materiais e, fundamentalmente, consequências psicológicas que afetam as vítimas, provocando ainda “*danos indirectos*” naqueles que não são diretamente envolvidos e na sociedade como um todo (Lourenço, 2015a, p.88). Além do mais, o crime tende a fazer aumentar sentimentos de medo e de desconfiança que inviabilizam, por sua vez, a existência de valores e práticas fundamentais da vida em sociedade.

Para combater o crime, têm sido desenvolvidas várias estratégias, mas fundamentalmente a luta contra o crime assenta em dois pilares, isto é, a prevenção e a repressão. Ressocializar o delincente, reparar o dano à vítima e prevenir o problema, é o ponto fulcral e mais adequado às exigências de um Estado de Direito Democrático.

O conceito de prevenção está associado à ideia de evitar que algo de indesejável, desagradável ou danoso venha a concretizar-se, tal que Gouveia (2015, p.421) afirma que “*(...) é um desígnio que pode ser melhor obtido pela ação de medidas preventivas, ao invés do que sucede com medidas puramente repressivas, não tão eficazes e muitas vezes menos eficientes*”. Para Alves (2008, p.134) trata-se do “*(...) objectivo principal da função polícia (...)*”. Existem vários conceitos para definir o termo prevenção, mas empiricamente pode-se afirmar que a mesma se define por oposição à repressão. Oliveira (2006, p.79) define a prevenção como “*(...) o conjunto de medidas, cuja intenção é minimizar as infracções, sejam de natureza criminal ou outras e, sobretudo, quando ocorram antes da prática de um acto delincente*”. Lourenço (2015, p.60) defende que “*a*

---

<sup>26</sup> Para uma informação mais detalhada poderá ser consultado o sítio <http://eucpn.org/about/documents>.

<sup>27</sup> Para além dos objetivos estruturantes enunciados, a REPC assegura ainda o cumprimento das seguintes tarefas: 1) Facilitar a cooperação, os contactos e as trocas de informações e de experiências entre os agentes de prevenção da criminalidade; 2) Recolher, avaliar e comunicar, as informações, incluindo as boas práticas, relativas às ações de prevenção da criminalidade; 3) Prestar assistência especializada ao Conselho Europeu e à Comissão Europeia, sempre que necessário; 4) Dar anualmente, conta das suas atividades ao Conselho Europeu, através do Conselho de Administração e dos grupos de trabalho competentes; 5) Elaborar e executar um programa de trabalho baseado numa estratégia que tenha em conta a identificação e a resposta às ameaças relevantes da criminalidade.

*prevenção deve ser encarada como o primeiro imperativo da segurança interna, englobando medidas de segurança objetiva e subjetiva*”. A prevenção deverá permitir a antecipação e tal poderá ser conseguido através da obtenção de informações oportunas e tempestivas que permitam apoiar o processo de decisão. Segundo o mesmo autor, para que a prevenção seja eficaz “*são fundamentais os inquéritos de vitimização*”, permitindo assim perceber as causas da criminalidade e delinear as políticas públicas de segurança. Torna-se necessário também partilhar esta responsabilidade com a sociedade, envolvendo-a ativamente nas medidas de segurança a implementar (Lourenço *et al*, 2015, p.60).

No âmbito da proposta do conceito estratégico de segurança interna, o Grupo de Reflexão Estratégica sobre a Segurança Interna (GRESI) apresenta no seu estudo que a estratégia a adotar “*deverá delinear-se segundo determinadas linhas de ação estratégicas*” (Lourenço *et al*, 2015, p.55), as quais orientam o esforço para se alcançarem os oito objetivos estabelecidos<sup>28</sup>, sendo importante para o estudo em apreço relevar a linha de ação estratégica n.º 4 na qual é estabelecido o “*aumento da prevenção criminal e da prevenção de acidentes graves*” (Lourenço *et al*, 2015, p.55). Para esta linha de ação estratégica concorrem os objetivos n.º 1, 3, 4, 5, 6 e 8 (Lourenço *et al*, 2015, p.62).

O conceito de prevenção criminal baseia-se na noção de que o crime e a vitimização são determinados por variados fatores<sup>29</sup>, os quais resultam de uma vasta gama de circunstâncias que influenciam a vida das pessoas e das famílias à medida que crescem, dos ambientes locais, bem como das situações e oportunidades que facilitam a vitimização e a ocorrência de crimes (UNOCD, 2010, p.10).

---

<sup>28</sup> O GRESI apresenta oito objetivos (obj) orientadores a atingir para atingir o estado final desejado no conceito estratégico de segurança interna: Obj. 1 – Cultura de segurança interna reforçada, na ótica do conceito alargado de segurança interna, para reforçar a identidade e coesão nacionais, potenciar a interação com outros sistemas e, a participação da comunidade; Obj. 2 – Eficácia reforçada no empenhamento dos recursos, com a finalidade de prestar um serviço proficiente e oportuno e, na medida do possível, enquadrar o sector privado; Obj. 3 – Forças e Serviços de Segurança com capacidades, no seu conjunto, para, atuar em todo o espectro, com o objetivo de fazerem face aos riscos e ameaças; Obj. 4 – Redução das taxas de criminalidade, com o intento de afirmar a perceção de Portugal como país seguro; Obj. 5 – Proteção reforçada das pessoas e bens, com o intento de melhorar a prevenção e tornar as atuações mais proativas; Obj. 6 – Níveis baixos de sentimento de insegurança, no sentido de seguir a orientação comunitária sobre prevenção e aproximação das populações das Forças de Segurança; Obj. 7 – Cooperação nacional e multinacional reforçada, com a finalidade de melhorar a eficácia das forças e serviços de segurança; Obj. 8 – Aumento da proficiência do serviço, para credibilizar o sistema de segurança interna no nível nacional e internacional. (Lourenço *et al*, 2015, p. 54).

<sup>29</sup> Segundo o manual das Nações Unidas, os fatores que influenciam o risco de crime e violência são a globalização, a sociedade nacional alargada, a escola e a comunidade local, o relacionamento familiar, as crenças e comportamentos, e os fatores individuais (UNOCD, 2010, p.11).

Existem várias abordagens da prevenção criminal, nomeadamente a prevenção social (com as dimensões primária, secundária e terciária), a prevenção da reincidência e a prevenção situacional, a qual iremos desenvolver com mais pormenor (UNOCD, 2010, pp. 12-15).

A prevenção social abrange um conjunto de medidas sociais, económicas, de saúde e educacionais, com o propósito de proporcionar o bem-estar das populações e encorajar o seu comportamento de integração social, considerando os fatores de risco e de proteção associados ao crime e às suas vítimas. Esta pode ser classificada como primária, secundária e terciária.

A prevenção primária corresponde ao nível de implementação das mais diversas políticas gerais, de educação, de emprego, de habitação, ou seja, é dirigida ao conjunto da população (Alves, 2008, p.172). Oliveira (2006, p.79), refere que pode ser assim entendida quando “(...) *vai às causas do crime e se orienta no sentido da alteração das condições criminógenas do meio físico e social*”. A mesma pode ser conseguida através da visibilidade policial, por forma a conferir o sentimento de segurança às pessoas e dissuadir a atuação dos delinquentes, tendo como intenção fortalecer as relações comunitárias e aumentar os níveis de controlo social informal, impedindo assim os delinquentes reais ou potenciais.

A prevenção secundária engloba medidas de intervenção orientadas para certos grupos de pessoas, vítimas e presumíveis autores de crimes, certas regiões ou lugares, certas situações, expostos a perigos, com riscos de forte probabilidade danosa. Segundo Oliveira (2006, p.79) pode assim ser considerada quando se focaliza na “(...) *identificação precoce de grupos ou de populações que representam um risco particular de delinquir (...)*”. Alves (2008, p.172) refere que este tipo de prevenção é essencial, colocando em relevo que “*a tese da criminalidade não é causal mas sim que ela se concentra em certos lugares, certas horas, certas situações e certas pessoas*”.

A prevenção terciária, procura contrariar a reincidência dos delinquentes e proteger as possíveis vítimas, ao nível de intervenção individualizada por profissionais especializados (Alves, 2008, p.172). Também Oliveira (2006, p.79), afirma que é assim classificada quando “(...) *é dirigida no sentido da readaptação social ou da neutralização dos antigos delinquentes*”. Para o efeito podem ser criados programas de ressocialização ou outros mecanismos de prevenção para impedir a reincidência dos delinquentes.

---

A preocupação em dar respostas eficazes aos cidadãos, motivou a nível europeu o surgimento do Fórum Europeu para a Segurança Urbana<sup>30</sup>, que funciona como lugar de reflexão, cooperação e formação em matéria de segurança urbana. Em 2005 foi fundado o Fórum Português para Prevenção e Segurança Urbana<sup>31</sup>, congregando esforços de municípios de diversos países da União Europeia, entre eles, Lisboa, Porto, Setúbal, Loures, Cascais, Horta, Matosinhos e Montijo. Este Fórum contribui para orientar e estimular as políticas locais, nacionais e comunitárias, relativamente à insegurança urbana. Foi também adotado o *Manifesto de Aubervilliers e Saint-Denis*<sup>32</sup> durante a conferência internacional “*Segurança, Democracia e Cidades: o futuro da prevenção*” em dezembro de 2012, no qual são feitas diversas recomendações e assumidas responsabilidades em diversas áreas, destacando-se a questão da prevenção criminal, a gestão urbana mais eficaz, a participação dos cidadãos na segurança e o estabelecimento parcerias formais de segurança urbana entre as autoridades locais, a polícia e outras agências.

Os Contratos Locais de Segurança (CLS) tiveram a sua origem em França no final de 1990, tratando-se de uma política de prevenção e de segurança lançada pelo Governo francês, centrada no cidadão e na proximidade, em resposta ao aumento da pequena e média criminalidade. Este tipo de criminalidade, com especial ênfase na delinquência juvenil, foi gerador de insegurança na população, tendo então existido uma aposta no policiamento de proximidade. Esta medida pretendeu associar a prevenção e repressão numa parceria entre várias entidades, incluindo as forças de segurança (Neme, 2005, pp. 124-127). Naturalmente o cidadão tornou-se um parceiro de pleno direito das políticas de segurança pública e da conjugação destes fatores, surgiram em Portugal os CLS, que incluem três linhas de orientação: a prevenção, a repressão e a civildade. Nos termos do art.º 8º da Lei 38/2009<sup>33</sup>, de 20 de julho, encontra-se previsto a possibilidade de serem estabelecidos planos de policiamento de proximidade ou programas especiais de polícia destinados a prevenir a criminalidade no âmbito de CLS, a celebrar entre o Governo e as

---

<sup>30</sup> Cfr. Página oficial do *European Forum for Urban Security* em <http://efus.eu/en/>. Esta organização não-governamental, criada em Barcelona (Espanha), em 1987, sob a égide do Conselho da Europa, implementa ações de prevenção da insegurança urbana, de combate ao crime e de inserção social. Estimula igualmente políticas locais, nacionais e comunitárias nas áreas da prevenção da insegurança urbana e tratamento da delinquência.

<sup>31</sup> Atualmente o município de Setúbal preside a Assembleia-Geral deste fórum, sendo um organismo nacional que integra a rede do Fórum Europeu para a Segurança Urbana.

<sup>32</sup> Concebido para ser uma fonte de apoio para as autoridades locais para a conceção e promoção das suas políticas de segurança, bem como para servir de suporte para favorecer o debate com os cidadãos de toda a Europa e encorajar a sua participação em matéria de segurança.

<sup>33</sup> Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2009-2011, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio (Lei Quadro da Política Criminal).

autarquias. Nesta linha, a Lei n.º 72/2015, de 20 de junho, definiu os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2015 -2017, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio (Lei Quadro da Política Criminal)<sup>34</sup>. O art.º 6.º aborda a prevenção da criminalidade, onde determina que as forças e os serviços de segurança deverão desenvolver “(...) *programas de segurança comunitária e planos de policiamento de proximidade destinados a proteger vítimas especialmente vulneráveis (...)*”. Em 18 de dezembro de 2015, a Procuradoria-Geral da República emitiu a Diretiva n.º 02/2015<sup>35</sup> que visa concretizar os objetivos, prioridades e orientações de política criminal, aplicando-se às áreas da direção do inquérito e de exercício da ação penal, da intervenção em julgamento e nas instâncias superiores.

No protocolo<sup>36</sup> assinado entre o Ministério da Administração Interna e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), em 13 de agosto de 2008, vislumbra-se a preocupação em investir estes contratos locais como instrumentos para a prevenção criminal, combate à criminalidade e aos comportamentos antissociais, através de parcerias com variados agentes. Até ao ano de 2010<sup>37</sup> foram celebrados trinta e três CLS celebrados com as autarquias de nove distritos, tendo ainda sido assinado um memorando de entendimento entre o MAI e a Câmara Municipal de Setúbal, para serem criadas as condições para a celebração de um CLS. Esta ferramenta ao serviço da comunidade fomenta um trabalho preventivo de todos, sinalizando áreas a intervir, num trabalho multidisciplinar, possibilitando antecipar e evitar ilícitos e situações de conflitos, sendo um elemento importante na prevenção criminal.

Ainda no ano de 2010, foi editado o Manual de Diagnósticos Locais de Segurança, pela Direção-Geral da Administração Interna (DGAI), sendo considerado um instrumento de suporte à implementação dos CLS, o qual visou compreender os problemas respeitantes à segurança objetiva e subjetiva e encontrar soluções para as necessidades identificadas.<sup>38</sup>

---

<sup>34</sup>Para uma informação mais detalhada poderá ser consultado o sítio [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=2379&tabela=leis&ficha=1&pagina=1](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2379&tabela=leis&ficha=1&pagina=1).

<sup>35</sup> Para uma informação mais detalhada poderá ser consultado o Diário da República, 2.ª série — N.º 247 de 18 de dezembro de 2015.

<sup>36</sup>Para uma informação mais detalhada, o referido protocolo poderá ser consultado em <http://www.anmp.pt/index.php/protocolos>.

<sup>37</sup> Cfr. Relatório Anual de Segurança Interna de 2010, p.8.

<sup>38</sup> Cfr. Relatório Anual de Segurança Interna de 2010, p.8.

Por fim, o Programa do XXI Governo<sup>39</sup> prevê atualizar e estabelecer uma nova geração de CLS, tendo em vista o seu incremento a fim de proporcionar melhor proteção às comunidades e renovados procedimentos de patrulhamento.

### 2.3 A prevenção situacional

A prevenção situacional procura limitar as oportunidades de cometimento de infrações, a nível individual e de grupo, através da implementação de diversas medidas, tendo como objetivo “(...) *alterar condições criminógenas propícias, designadamente assegurando a vigilância do território*” (Alves, 2008, p.172). Oliveira (2006, p.80), defende que “*repousa na ideia que a passagem ao acto criminal é devido não apenas às motivações do actor mas, também, às características situacionais*”. Pode ser conseguida através da manipulação do ambiente onde os fenómenos criminais ocorrem, pelo que os programas de prevenção pretendem ter o domínio espacial e ambiental. Segundo o mesmo autor, este tipo de prevenção compreende várias medidas de dissuasão criminal tais como: “*o urbanismo, as tecnologias, a vigilância policial, a videovigilância, as campanhas de sensibilização do público, a marcação de objectos e as rondas dos cidadãos*”.

Em suma, este tipo de prevenção<sup>40</sup> parte de uma análise das circunstâncias que deram origem à prática de tipos específicos de crime e introduz uma série de métodos e mudança no ambiente em que o crime é cometido, com o intuito de reduzir a oportunidade da prática de atos criminosos, tendo especial enfoque nas características do local em que o crime tem lugar, em vez de se focar na deteção e punição dos delinquentes. Focaliza-se na redução das oportunidades do crime, procurando minimizar os benefícios provenientes da atividade criminosa, bem como em providenciar apoio e disseminar informação às potenciais vítimas (UNOCD, 2010, pp.13-14).

A base teórica da prevenção situacional<sup>41</sup> incide sobre três teorias: i) a teoria da escolha racional ou das estruturas de oportunidade; ii) a teoria das atividades de rotina e a, iii) teoria do padrão criminal.

---

<sup>39</sup> Para uma informação mais detalhada, o Programa do XXI Governo poderá ser consultado em <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/prog-gc21/20151127-programa.aspx>.

<sup>40</sup> As estratégias de prevenção situacional podem ser agrupadas em categorias, consoante a sua incidência nos potenciais ofensores, as quais se passam a indicar: 1) Aumento da motivação dos ofensores; 2) O aumento do risco para os ofensores; 3) Redução dos ganhos para os ofensores; 4) Redução de fatores que levam a cometer crimes; 5) Remoção de justificação para cometer crimes (UNOCD, 2010, p.14).

<sup>41</sup> Cfr. “*Planning urban design and management for crime prevention handbook*” (2007). Este manual é um documento explanatório produzido pelo CEN (European Committee of Standardization) em 2007.

A primeira teoria foi desenvolvida no final da década de 60 a qual mostrou a importância de três elementos nas atividades delituosas: o delincente, a vítima e a situação (Dias & Andrade, 1997). O comportamento criminoso ocorre quando um delincente decide violar a lei após considerar fatores pessoais e fatores situacionais (Atlas, 2008, p.54). Explica que o comportamento criminoso é guiado pelos benefícios que o ofensor poderá ter na prática de determinado ato ilícito, realizando uma escolha racional com base nas circunstâncias do momento. Antes de cometer um crime, o ofensor tende a ponderar as diversas consequências do seu ato, mesmo que apenas superficialmente, tendo em consideração a probabilidade de ser descoberto, a possível punição para determinado crime, o respetivo benefício que irá obter, bem como a ponderação sobre a necessidade imediata de obter determinado valor. Assim, a decisão de cometer um crime é avaliada com base nos riscos, custos e benefícios, mediante as circunstâncias e oportunidades (Fernandes, 2007, p.51).

A teoria das atividades de rotina foi desenvolvida por Cohen & Felson (1979), e ficou conhecida pelo Triângulo Básico do Crime. Defende que determinados crimes apenas ocorrem quando estão presentes os seguintes elementos: i) o ofensor motivado; ii) um alvo adequado; iii) ausência do guardião<sup>42</sup>. Quando estes três elementos situacionais aparecem juntos no tempo e espaço, a possibilidade de um crime ocorrer é exponencialmente aumentada (Cohen & Felson, 1979, p.589). A ausência de vigilância, formal ou informal, podem deixar um alvo mais vulnerável. Assim, determinados crimes poderão ocorrer quando os alvos se mostrem adequados e surjam oportunidades espaciais e temporais, estando diretamente relacionado com as atividades diárias das pessoas, pelo que a mudança das rotinas poderão aumentar os crimes predatórios, mesmo que não existam mais delinquentes. Importa realçar que na ausência do guardião, um determinado alvo (pessoa ou objeto) sofre um risco aumentado de ser alvo de um crime, existindo quatro elementos que influenciam esse risco, designados por “VIVA”: Valor, Inércia, Visibilidade e a Acessibilidade. O primeiro elemento é explicado por os delinquentes só terem interesse em alvos que por qualquer motivo são por si valorizados. Esses alvos deverão ser de fácil manuseamento e transporte, encontrando-se aqui a explicação do segundo elemento. A visibilidade refere-se ao facto de que determinado alvo será selecionado se estiver exposto. O último elemento relaciona-se com padrões de rua ou características da vida quotidiana,

---

<sup>42</sup>O papel do guardião não é necessariamente desempenhado pelas polícias ou elementos da segurança privada, podendo incluir alguém que pela sua proximidade possa desencorajar ou impedir o cometimento de um crime.

que facilitam o acesso dos delinquentes a um determinado alvo (Felson & Clarke, 1998, pp.4-5).

A última teoria foca-se essencialmente na forma como as pessoas e as coisas se movem no espaço e no tempo, tendo três conceitos principais: os percursos, padrões e as fronteiras. Concentra-se na forma como os crimes acontecem, nos ofensores, no contexto espacial e temporal do alvo, com especial relevância para o local onde ocorrem. Considera que os eventos criminais devem ser compreendidos como uma convergência de três elementos: i) a existência de uma lei que considere o ato ilícito; ii) um ofensor motivado; iii) uma potencial vítima ou um alvo (Brantingham, 1993).

Parte dos crimes são cometidos perto dos locais onde os ofensores desempenham as suas atividades de rotina ou onde passam os seus tempos livres, pelo que as vítimas vão ser alvo de um crime ao interagirem com estes espaços nas suas rotinas diárias (Felson & Clarke, 1998, p.6). São também tidos em conta os padrões do crime a diversos níveis, desde o desenho urbano ao tipo de construção, analisando as estatísticas criminais e a distribuição geográfica do crime, associadas ao ritmo das atividades diárias das pessoas. Diversas pesquisas demonstraram que o desenho urbano dos espaços públicos pode modificar as ocorrências criminais. Para Machado (2007, p.14), a boa conceção do espaço urbano pode preservar o sentimento de segurança e contribuir para a prevenção da criminalidade, embora também deva ser atribuída importância à gestão da cidade.

#### **2.4 As novas tecnologias na prevenção criminal**

As novas tecnologias representam um elemento importante na prevenção criminal, as quais poderão auxiliar as forças de segurança a conhecer melhor os indicadores sociais e criminais. Nesse sentido, os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e a videovigilância, são duas tecnologias ao serviço da prevenção do crime.

O SIG<sup>43</sup> “(...) é um sistema constituído com recurso a hardware, software e procedimentos, tendo como finalidade suportar a captura, gestão, manipulação, análise, modelação e visualização de informação georreferenciada, com o objetivo de resolver problemas complexos de planeamento e gestão que envolvem a realização de todo o género de operações espaciais. Utilizando tecnologias heterogéneas, tais como a computação gráfica, a deteção remota e o processamento digital de imagens, associa

---

<sup>43</sup> Definição retirada do site [www.esriportugal.pt](http://www.esriportugal.pt).

*informação geográfica a diferentes tipos bases de dados convencionais, permitindo, de forma integrada, trabalhar sobre base de dados georreferenciadas”.*

Esta tecnologia possibilita a deteção de padrões e irregularidades associadas ao crime com o objetivo de auxiliar atividades de policiamento, bem como informar a comunidade sobre os problemas relativos a este flagelo social. Para tal, fornecem um conjunto de técnicas e métodos que em tempo real possibilitam a identificação de áreas com elevada incidência de crimes, e inferir as possíveis causas subjacentes.

No Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2011, consta como orientação estratégica a implementação nas forças de segurança do Sistema de Informação Geográfica do Ministério da Administração Interna (SIGMAI), para permitir ter acesso em tempo real a informações de tráfego, sinistralidade rodoviária e fenómenos criminais.<sup>44</sup>

A Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI) encontra-se a desenvolver um SIG próprio, designado por GeoMAI<sup>45</sup>, constituindo-se como uma ferramenta útil para a integração, gestão, decisão e análise de dados referentes a fenómenos socio-criminais, servindo ainda de apoio tático às operações policiais de combate à criminalidade. Segundo a informação constante na página oficial da SGMAI, o conceito estratégico global é a “(...) disponibilização de informação geográfica, a nível central e regional, no contexto da gestão de risco (...)” tendo como objetivo a obtenção de informação estruturada para a prevenção e combate à criminalidade. Deste modo, este tipo de tecnologia poderá servir de instrumento base para o planeamento de ações de prevenção, combate e coordenação entre as forças de segurança e diversos organismos sociais.

O SIG aplicado aos crimes de rua permitirá estudar e analisar o fenómeno como um todo, identificando com precisão as características socioeconómicas e demográficas de uma determinada área, possibilitando uma intervenção policial ajustada a uma determinada realidade, e o desenvolvimento de políticas de prevenção através de estratégias e programas de segurança pública em colaboração com outros atores sociais.

---

<sup>44</sup> Esta informação foi obtida na Guarda Nacional Republicana, Direção de Comunicações e Sistemas de Informação, e por nossa opção, não foi muito desenvolvida no que respeita à parte técnica do sistema, bem como quanto à existência de outras ferramentas ao nível do Ministério da Administração Interna. A intenção da inclusão de uma alusão à georreferenciação deveu-se ao facto de ser um instrumento importante para as forças policiais no âmbito da prevenção criminal.

<sup>45</sup> Para uma informação mais detalhada poderá ser consultado o sítio <http://www.sg.mai.gov.pt/Tecnologias/SistemasInformacao/Paginas/default.aspx>.

No que respeita à videovigilância<sup>46</sup>, este é um tema que muitas vezes tem sido discutido em vários fóruns, gerando várias discussões no que respeita à legalidade da sua utilização nos espaços públicos, embora as forças de segurança e as autarquias tenham vindo a defender que poderá promover mais segurança nos espaços urbanos. A implementação de um sistema de videovigilância em espaços públicos tem sido condicionada a locais específicos, tomando como exemplo o Santuário de Fátima<sup>47</sup>, local onde se encontra instalado um sistema sob o controlo da Guarda Nacional Republicana (GNR). Assiste-se no entanto a existência destes sistemas de vigilância em espaços privados abertos ao público, nomeadamente nas grandes áreas comerciais, espaços de diversão noturna, entre outros.

A utilização de sistemas de videovigilância pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum, rege-se pela Lei n.º 1/2005 de 10 de janeiro, republicada pela Lei n.º 9/2012, de 23 de fevereiro, tendo como fins os previstos no art.º 2º daquele diploma legal<sup>48</sup>. Segundo o RASI de 2014, esta é uma tecnologia com relevo para a prevenção criminal e auxiliar da investigação criminal, tendo vindo a existir em todo o território nacional, com especial incidência nos grandes centros urbanos (RASI, 2014, p.141).

Os benefícios destes sistemas continuam a ser estudados, embora no RASI de 2014 seja referido que estes sistemas trazem vantagens ao nível do sentimento de insegurança, desencorajando a criminalidade (RASI, 2014, p.141). Porquanto, estudos realizados no Reino Unido, comprovaram a eficácia da utilização dos sistemas de videovigilância na redução do crime, onde tiveram um impacto significativo na diminuição do crime em parques de estacionamento (Welsh & Farrington, 2009, pp.59-80). Os mesmos autores referem que a videovigilância tem um modesto mas desejado efeito na redução do crime e

---

<sup>46</sup> O Governo tendo por objetivo proteger pessoas e bens, bem como melhorar as condições de prevenção e combate ao crime em locais públicos, entendeu apostar nos sistemas de videovigilância (RASI, 2013, p.156).

<sup>47</sup> Durante o ano de 2012 até à presente data o sistema tem sido utilizado pela Guarda Nacional Republicana naquele espaço de culto. No caso das áreas à responsabilidade da Polícia de Segurança Pública, encontram-se contemplados no processo os municípios de Aveiro, Coimbra, Faro, Leiria, Setúbal, Viana do Castelo, Lisboa e Porto. Da informação constante no RASI 2014, os sistemas previstos para o Bairro Alto em Lisboa e na Amadora encontram-se autorizados, a aguardar operacionalização (RASI, 2014, pp.139-141).

<sup>48</sup> O art.º 2º da Lei n.º 1/2005 estabelece como fins: a) Proteção de edifícios e instalações públicos e respetivos acessos; b) Proteção de instalações com interesse para a defesa e a segurança; c) Proteção da segurança das pessoas e bens, públicos ou privados, e prevenção da prática de factos qualificados pela lei como crimes, em locais em que exista razoável risco da sua ocorrência; d) Prevenção e repressão de infrações estradais; e) Prevenção de atos terroristas; f) Proteção florestal e deteção de incêndios florestais.

que deve continuar a ser utilizada no espaço público, embora tal necessite de mais estudos experimentais.

Valente (2009, p.45), defende que a videovigilância em espaços públicos deve ser visto como um “*meio tático e técnico auxiliar e subsidiário das forças de segurança*”, não dispensando a presença policial, acrescentando ainda que a utilização deste meio pode “*(...) restringir materialmente vários direitos dos cidadãos (...)*” consagrados na Constituição (Valente, 2009, p.54).

A utilização da videovigilância num determinado local poderá funcionar como um meio de controlo social informal, desde que se consiga induzir nos potenciais delinquentes a consciência de que existe o aumento do risco de serem detidos ou identificados, podendo igualmente aumentar o sentimento de segurança nas pessoas.

Segundo Valente (2009, p.42), a videovigilância não se traduz num “*sistema perfeito e totalmente inultrapassável*”, porque existem vulnerabilidades destes sistemas, nomeadamente na possibilidade de indivíduos com os conhecimentos adequados poderem sabotar o seu funcionamento.

Chegados a este ponto, encontramos duas frentes antagónicas, uma que vê a videovigilância como uma ameaça aos direitos constitucionalmente protegidos, tais como o direito à imagem e à privacidade, e outra que vê esta tecnologia como uma forma de prevenção criminal. Julgamos que é um assunto que necessita de ser discutido e participado por aqueles que podem ser atingidos nos seus direitos, ou seja, os cidadãos, chamando-os a pronunciar-se em nome da segurança pessoal e coletiva.

## **2.5 Síntese conclusiva**

A fim de fechar este capítulo do estudo, faremos então uma síntese sobre a questão da prevenção criminal no espaço urbano. Assim, verificamos que nas cidades estabelecem-se uma malha de relações sociais, sendo aquele espaço onde os cidadãos podem exercer a democracia desde que se sintam livres para tal. A insegurança, o medo do crime e a violência têm vindo a afetar cada vez mais a vida das pessoas, alterando os seus hábitos quotidianos, levando-as a reclamar por mais e melhor segurança.

Sobre a prevenção do crime, as teorias existentes e descritas neste capítulo tentam explicar as razões que levam os criminosos a praticar crimes, pelo que várias estratégias de prevenção criminal têm vindo a ser implementadas, entre as quais o espaço construído se constitui como uma das estratégias possíveis para reduzir as oportunidades para a prática

de crimes e aumentar o sentimento de segurança. Existem vários níveis de intervenção da prevenção, pelo que no âmbito deste trabalho realçamos a prevenção situacional, a qual se encontra diretamente relacionada com o espaço construído e com as novas tecnologias. Este tipo de prevenção destina-se a atuar sobre a situação, tentando influenciar os criminosos, com o intuito de alterar o seu comportamento, bem como auxiliar as vítimas a lidar com o risco de vitimização.

As três teorias que sustentam a prevenção situacional podem ser categorizadas segundo o objeto a que cada uma respeita, e explicam as motivações dos delinquentes para a prática de crimes. Assim, a teoria da escolha racional debruça-se sobre o indivíduo, a teoria das atividades de rotina abrange a sociedade em geral e a teoria do padrão criminal aplica-se essencialmente ao local. No seu conjunto, estas teorias poderão explicar que a sociedade e os locais podem mudar as oportunidades para os crimes, influenciando também os potenciais ofensores que irão modificar os seus comportamentos em resposta a essas alterações. Segundo Giddens (2007, p.217), quanto maior o crescimento da população e do consumo, maior será o número de oportunidades e alvos para o crime na sociedade moderna.

Quanto às novas tecnologias, poderão ser um instrumento auxiliar das forças de segurança, considerando-se o elemento humano indispensável na prevenção, pelo que as tecnologias deverão ser acauteladas sem prejuízo dos direitos constitucionalmente consagrados<sup>49</sup>, embora os cidadãos devam ser chamados a participar nesta questão polémica. No caso de Portugal, a videovigilância tem vindo a ser cada vez mais discutida, dado este sistema de vigilância poder contribuir para a redução do sentimento de insegurança, desencorajar a prática de crimes e auxiliar na investigação criminal.

A articulação do espaço construído com as novas tecnologias poderá ser um fator preponderante na prevenção criminal e no reforço do sentimento de segurança.

---

<sup>49</sup> A título de exemplo referem-se os direitos à imagem e à reserva da intimidade da vida privada e familiar, conforme o art.º 26.º da CRP.

## Capítulo 3 – Modificação do ambiente urbano para a prevenção do crime

*“Devolver o espaço público à cidade e reduzir as zonas de receios é, sem dúvida, um desafio comum aos polícias e arquitetos urbanos”.*

Clemente (2007, p. 227)

A modificação do ambiente urbano através da aplicação dos princípios da CPTED e as questões relacionadas com o urbanismo e a segurança, trata-se de uma área primordial para o nosso estudo. Faremos numa primeira parte a abordagem aos princípios da CPTED e na segunda parte será apresentada a questão do urbanismo e dos direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa (CRP). Terminaremos com uma referência ao desenvolvimento da CPTED no Reino Unido e na Austrália, nomeadamente os programas *Secured by Design* (SBD) e o *Designing Out Crime* (DOC).

### 3.1 A aplicação da CPTED no espaço público

A estrutura e organização do espaço físico podem constituir um elemento importante para influenciar o comportamento humano, pelo que a modificação desse ambiente pode diminuir as vulnerabilidades e alterar as características da criminalidade urbana, através de uma redução de oportunidades para cometer crimes e reforço das medidas de proteção de potenciais alvos. Guerra (2003, p.238), refere que *“a intervenção sobre o espaço tem efeitos no projecto colectivo”*, facto que é explicado por duas teorias: - A primeira defende que o espaço estrutura os modos de vida, podendo potenciar ou diluir outras conflitualidades sociais; - A segunda, que o espaço espelha a vida das pessoas (Guerra, 2003, pp.277-238). Existe assim uma necessidade de equilíbrio entre as necessidades de prevenção da delinquência e a planificação, conceção e gestão dos espaços urbanos.

A prevenção criminal através do espaço construído assenta na ideia de que através da conceção, utilização e manutenção se poderá reduzir as oportunidades para a ocorrência de crimes e conferir o sentimento de segurança às pessoas (CPTED, 2013, p.1). Com base em quatro princípios (vigilância natural, controlo natural de acessos, territorialidade e manutenção e gestão) as estratégias preventivas deverão ser voltadas para o espaço específico que se pretende manipular, tendo em conta o problema criminal, securitário e social do mesmo (CPTED, 2013, p.2). Para tal, diversos atores deverão intervir neste

processo, cabendo a uma equipa multidisciplinar, analisar e decidir quais as melhores estratégias a aplicar em determinado espaço.

O “*Guia de Boas Práticas da Prevenção Criminal através do Espaço Construído*”, apresenta os princípios acima referidos, os quais passaremos a explicar:

- a. A Vigilância Natural, tem como objetivo primário controlar visualmente a intrusão. Pretende dissuadir a prática do crime através do aumento da observação, aumentando o risco de deteção e apreensão do ofensor, caso proceda à prática de uma atividade ilícita (CPTED, 2013, p.2). Neste sentido, a vigilância pode ser exercida através de meios formais e informais de observação que devem ter as cidades. Pretende fomentar a oportunidade de ver e ser visto dentro de um determinado espaço urbano, por forma a proporcionar confiança pelas suas características físicas e pessoas que o habitam (Atlas, 2008, p.62). Este princípio pode ser conseguido através da utilização dos espaços pela população, seja através de atividades lúdicas, seja através de atividades comerciais, bem como pela utilização de materiais transparentes, o aumento do número de janelas, boa iluminação pública, e a remoção de todos os objetos/obstáculos que inviabilizem a observação (CPTED, 2013, p.2)
- b. O Controlo Natural de Acessos, baseia-se na disposição de elementos naturais e de estruturas físicas, tendo como objetivo a diminuição das oportunidades criminais, através da limitação do acesso aos alvos e do aumento da perceção do risco para o potencial ofensor. O controlo pode ser efetuado com recurso a barreiras simbólicas, psicológicas ou mecanismos de controlo formais, tomando como exemplo a segurança privada, por medidas informais, como por exemplo as características do espaço, a utilização de fechaduras, portões ou cancelas (CPTED, 2013, p.2).
- c. O Reforço Territorial, trata-se da delimitação de um espaço, determinando uma fronteira. Pretende delimitar os diferentes tipos de espaços (privados, semiprivados e públicos) e despertar nos usuários legítimos daquele local um sentido de domínio e de posse, através da criação de uma esfera de influência e do reforço da ligação entre os indivíduos e o contexto. O reforço dos vínculos com o território por meio da ligação emocional deve ser potenciado nas estratégias de prevenção criminal. Para o efeito podem ser utilizadas cercas,

muros, muretes, sebes, relevo, diferentes pavimentos, elementos artísticos, sinalética, boa manutenção e jardins (CPTED, 2013, p.4).

- d. A Manutenção e Gestão, relaciona-se com o sentimento de pertença ou apropriação e zelo que os utilizadores demonstram na sua relação com o espaço. A preservação dos espaços e a boa manutenção, asseguram um melhor funcionamento daquele ambiente e a transmissão de uma imagem positiva a todos os seus usuários. Uma manutenção sistemática e adequada do ambiente urbano constitui uma forma eficaz de reduzir a ocorrência de crimes. Este conceito está intimamente relacionado com a teoria *Broken Windows* desenvolvida por Wilson & Kelling (1982) e concebe a relação entre a desordem e o crime como um processo por etapas, onde as incivildades físicas desencadeiam, progressivamente, níveis de crime mais elevados na comunidade. Correlaciona-se com os restantes princípios no desenho e realização de ações, para a implementação de uma estratégia preventiva do crime (CPTED, 2013, p.4).
- e. Gomes (2007, p.69), apresenta mais um princípio denominado por Apoio à Atividade, ou seja, o planeamento e desenvolvimento de atividades num determinado espaço, para contribuir para o reforço da vigilância natural. Este princípio possibilita incorporação da comunidade e, em particular, dos cidadãos que a integram, sendo importante para a aplicação dos diferentes tipos de estratégias preventivas nos espaços públicos de risco, encontrando-se diretamente relacionado com o princípio da vigilância natural (CPTED, 2013, p.4).

O guia de boas práticas apresenta também a “*Abordagem 3 D*”, onde conceitualmente os quatro princípios da CPTED são implementados através da designação, definição e *design*. Trata-se de um modelo simples de aferição das condições de uso do espaço, orientando os utilizadores quanto à conceção e sua utilização. Através desta abordagem podem ser identificadas áreas que necessitem de ser alteradas ou requalificadas, pelo que através da análise desse espaço pode ser conseguida informação que permita orientar as respetivas alterações a efetuar, contribuindo para a concretização dos princípios acima enunciados (CPTED, 2013, p.7).

### 3.2 Urbanismo e Segurança

A população em meios urbanos tem vindo a aumentar e estima-se que no final da década de 2030 cerca de dois terços dos 8 mil milhões de habitantes estejam a residir nas cidades (Lourenço, 2013, p.96). O espaço urbano encontra-se em constante evolução, o qual é afetado na sua organização pelo crime, violência e insegurança, contribuindo para a criação de espaços urbanos diferenciados e segmentados, influenciando naturalmente a segurança dos cidadãos.

Para Ferrão (2003, p.223), “*A democracia nasceu e diversificou-se nas cidades*”, representando o local onde a cada um individualmente e coletivamente é permitido exercer a plenitude dos seus direitos, potenciando o seu desenvolvimento e o estabelecimento de uma complexa malha de relações próprias dos meios urbanos.

No Estado de Direito Democrático, a segurança é um direito fundamental dos cidadãos e uma obrigação essencial do Estado, representando um elemento indispensável na sociedade. Silva (2015, p.55) afirma que “*(...) é um fenómeno dinâmico, que recorre aos contributos de vários sectores da atividade do Estado e de atores não estatais*”. Caracteriza-se pelo facto da sociedade como um todo e cada cidadão na sua esfera pessoal, sentirem-se protegidos contra ameaças de qualquer natureza. Sendo uma tarefa fundamental do Estado, a mesma “*(...) impõe não só a organização de uma força capaz de servir os interesses vitais da comunidade política, a garantia da estabilidade dos bens, mas também a durabilidade credível das normas e a irrevogabilidade das decisões do poder que respeitem interesses justos e comuns (...)*” (Valente, 2012, p.108).

O espaço público deverá permitir ao cidadão exercer a sua liberdade em segurança, tendo em consideração que este é um direito fundamental consagrado no n.º1, do art.º 27º da CRP, garantindo “*(...) o exercício seguro e tranquilo dos direitos, liberto de ameaças ou agressões*” (Silva, 2015, p.57). Por sua vez, compete ao Estado a defesa e garantia dos direitos dos cidadãos [alínea b) do art.º 9º da CRP], bem como criar as condições para promover o direito a um ambiente físico adequado e capaz de proporcionar “*bem-estar e qualidade de vida*” aos cidadãos, nos termos da alínea d), do art.º 9º, da CRP, (Valente, 2007, p.123).

Para o exercício dos seus direitos, o cidadão necessita de estar inserido num ambiente que lhe proporcione qualidade de vida e bem-estar, devendo o espaço físico que utiliza conferir segurança. Segundo Valente (2007, p.125), a criação de um ambiente

saudável passa “(...) *pela criação de um espaço ocupável humanamente por ser dotado de segurança física [humana e real] e psicológica*”.

A Constituição atribui ao Estado a responsabilidade de “*Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização (...)*”, conforme o estipulado na alínea a), do n.º 2, do art.º 65º, garantindo por sua vez a participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento (n.º 5 do art.º 65º). Por outro lado, o n.º 1 do art.º 66º estabelece que “*Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado (...)*”, competindo ainda ao Estado em colaboração com as autarquias locais, zelar pela qualidade ambiental das povoações e da vida urbana [alínea e) do n.º 2 do art.º 66º].

Da análise dos artigos da Constituição acima referidos, constata-se que não é feita qualquer referência a uma possível intervenção das forças de segurança, nomeadamente no aconselhamento prévio na fase de elaboração dos projetos. Ora, as questões de segurança e prevenção criminal, além de poderem ser equacionadas pelos planeadores dos projetos urbanísticos, não deveriam dispensar a intervenção policial, pois a própria Constituição consagra no n.º 1, do artigo 272º, que a polícia “*tem por função defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos do cidadão*”, ou seja, a sua atuação visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

Valente (2007, p.127), diz que no âmbito do urbanismo não é admitida a intervenção da polícia no momento anterior à aprovação de um qualquer projeto, que no futuro venha a afetar as pessoas que dele usufruem, defendendo que a polícia deverá intervir com “*elementos tecnicamente habilitados na área do urbanismo*” antes da apreciação e aprovação de projetos.

Poiães citando Franco & João (Franco, V. & João, A., 2007, p.337 *apud* Poiães, 2009, p.102), afirma que em Portugal não existe “*(...) uma prática generalizada de consideração do factor segurança pública no desenvolvimento de um projecto urbanístico em qualquer das fases*”. Acrescenta ainda que a “*legislação estabelece regras em matéria de segurança do edificado (risco de incêndio, risco sísmico, ascensores) mas é omissa quanto à ponderação de elementos de prevenção de criminalidade*”.

A intervenção das forças de segurança na segurança e prevenção criminal, continua a ser um elemento fundamental, pois uma estratégia de prevenção criminal em meios urbanos só terá resultados se tiver um âmbito global e integrado. Não se pode esperar que

as forças de segurança se limitem apenas a reagir às ocorrências, pois a sua intervenção deverá cada vez mais ter um papel de caráter preventivo.

Para que o desenho urbano possa surtir um maior efeito na prevenção criminal e no sentimento de segurança, cabe aos moradores um papel relevante, mesmo antes da intervenção das forças de segurança, enquanto agentes formais de controlo social. No entanto cabe-lhes a promoção das condições de segurança, garantindo a qualidade vida urbana e a igualdade no uso dos espaços urbanos, pois a cidadania é o “*ponto de partida e ponto de chegada do «processo de produção da segurança»*” (Silva, 2015, p.53). Neste sentido importa despertar nos cidadãos o sentimento de pertença à comunidade, o qual se tem vindo a tornar mais frágil tal como afirma Silva (2010, p.6) que “*(...) assistimos hoje a um enfraquecimento cada vez maior do sentimento de pertença à comunidade, por parte dos cidadãos, que vai depois culminar numa das principais causas da insegurança*”. Torna-se necessário criar políticas públicas de segurança que despertem os cidadãos para a participação cívica, fomentando a sua relação com a Administração Pública (Silva, 2015, pp.74-85).

Em colaboração com as autarquias e os planeadores dos projetos, seria aconselhável que as forças de segurança promovessem conselhos técnicos na área da segurança, de forma a intervir no terceiro vetor do crime, a situação, criando condições para aumentar o risco e reduzir os benefícios na prática de crimes. Para o efeito, através da definição das linhas de intervenção das forças de segurança no âmbito do urbanismo, permitiria que o desenho urbano pudesse ser alvo de um parecer técnico-policia, antecipando impactos negativos na segurança pública. Por outro lado, seria adequado que as forças de segurança realizassem estudos para a elaboração e certificação de conselhos de segurança sobre as questões relacionadas com a prevenção criminal no espaço construído, visto que são entidades que detêm muito conhecimento nesta área fruto da atividade diária. A título de exemplo, no Reino Unido e nos Países Baixos, existem oficiais de polícia formados na área, designados por “*architecture liaison officer*”, os quais emitem o respetivo parecer para aprovação dos projetos imobiliários (Ferreira, 2013, p.154).

Da análise da legislação de referência e enquadramento do planeamento urbanístico, nomeadamente a Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e de Urbanismo<sup>50</sup> (LBOTU), do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial<sup>51</sup> (RJIGT) e do

---

<sup>50</sup> Cfr. Lei n.º 31/2014, de 30 de maio.

<sup>51</sup> Cfr. Decreto-lei n.º 2/2011, de 06 de janeiro.

Regime Jurídico da Urbanização e Edificação<sup>52</sup> (REJUE), não existem referências às questões de segurança pública e de prevenção criminal. No primeiro diploma legal constam como princípios gerais a preocupação com a qualidade de vida, a concertação dos interesses públicos e privados na concretização dos programas e planos territoriais e a prevenção do ambiente, nos termos do art.º 3º e seguintes. No RJIGT é definido do regime aplicável aos instrumentos de gestão territorial com destaque para a participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento territorial. Por fim, no REJUE são reunidos num só diploma dois regimes jurídicos (urbanização e edificação), a par da adoção de um único diploma para regular a elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.

A matéria das acessibilidades foi objeto de regulação normativa, através do Decreto-lei n.º 123/97, de 22 de maio, que introduziu normas técnicas, visando a eliminação de barreiras urbanísticas e arquitetónicas nos edifícios públicos, equipamentos coletivos e via pública. O Decreto-lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, veio dar continuidade ao diploma anterior e incluir medidas de suporte à legislação de acessibilidade promovendo a sua aplicação, bem como outras iniciativas relacionadas com esta matéria. Essas medidas abrangeram as acessibilidades nos edifícios públicos, na via pública, nos transportes e às tecnologias da sociedade da informação. De acordo com a CRP é incumbência do Estado, promover o bem-estar e qualidade de vida da população e a igualdade real e jurídico-formal entre todos os portugueses [alínea d) do artigo 9º e artigo 13º]. Desta forma, o diploma em apreço veio prever o alargamento do âmbito de aplicação das normas técnicas de acessibilidades aos edifícios habitacionais, garantindo a mobilidade sem condicionamentos, nos espaços públicos e nos espaços privados (acessos às habitações e seus interiores).

### **3.3 Principais estratégias de prevenção decorrentes da CPTED. O caso do Reino Unido e da Austrália.**

Embora em Portugal a CPTED não esteja muito desenvolvida, outros países, respetivamente nos Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália, Holanda, Brasil e Chile, têm vindo a desenvolver boas práticas nesta matéria através da adoção de estratégias de prevenção criminal, com base nas características locais, as quais incluem programas que permitem identificar as condições que contribuem para o aumento do crime.

---

<sup>52</sup> Cfr. Decreto-lei n.º 136/2014, de 09 de setembro.

O conceito da CPTED tem vindo a ser desenvolvido no Reino Unido e na Austrália, encontrando a designação de *Secured by Design* (SBD) no primeiro e *Designing Out Crime* (DOC) no segundo, os quais iremos passar a desenvolver. O DOC<sup>53</sup> lida com a relação entre o espaço público e o privado, o desenho urbano e as medidas de segurança física. É consabido que os potenciais ofensores tendem a sentir-se mais vulneráveis nos espaços privados, pelo que existe a necessidade de conferir essa mesma vulnerabilidade nos espaços públicos através da sensação de que as vítimas/alvos estão sobre o controlo dos residentes, encontrando-se este conceito diretamente relacionado com o conceito de “*defensible space*”. Assim, o principal objetivo é reduzir as vulnerabilidades das pessoas, propriedades e espaços comerciais, diminuindo as oportunidades através do meio envolvente, incrementando a redução do medo do crime e aumentando a qualidade de vida. A propósito desta estratégia, foi criado em 2007 no Reino Unido um centro de pesquisa designado por “*Designing Out Crime Research Centre*”<sup>54</sup>, o qual utiliza os conhecimentos no âmbito do *design* para encontrar soluções para problemas específicos relacionados com o crime, tendo como membros elementos das forças policiais, reitores de universidades de *design* e membros do governo. Por outro lado, da pesquisa efetuada, foi possível perceber que existe o envolvimento da própria comunidade através da “*Designing Out Crime Association*”<sup>55</sup>, formada em 1999, a qual promove um fórum onde qualquer interessado na área do *design* e segurança poderá participar, desde arquitetos, forças de segurança ao simples cidadão.

No âmbito desta estratégia, em 1989 a “*Association of Chief Police Officers*” (ACPO) do Reino Unido criou o programa “*Secured by Design*”, sendo uma iniciativa que junta os princípios do DOC e a segurança física, fazendo parte de projetos nacionais da polícia inglesa com enfoque no desenho e segurança das residências, espaços comerciais e parques de estacionamento, bem como no reconhecimento da qualidade de produtos relacionados com a segurança e projetos de prevenção criminal (Colquhoun, 2004, p.203). Este programa funciona em dois níveis distintos, nomeadamente quanto à atribuição de certificados às entidades que desenvolvam projetos urbanísticos mediante consulta dos Oficiais de Ligação da Polícia local, designados por “*Crime Prevention Design Advisors*”, os quais deverão seguir as normas da ACPO e simultaneamente reduzir as oportunidades

---

<sup>53</sup>Para uma informação mais detalhada poderá ser consultado o sítio <http://www.securedbydesign.com/professionals/designing-out-crime.aspx>.

<sup>54</sup> Para uma informação mais detalhada poderá ser consultado o sítio <http://www.designingoutcrime.com/>.

<sup>55</sup> Para uma informação mais detalhada poderá ser consultado o sítio <http://www.doca.org.uk/>.

para a ocorrência de crimes; o segundo nível refere-se à certificação de produtos relacionados com a segurança e comercializados por empresas reconhecidas pela SBD, os quais deverão passar nos testes denominados por “*Police Preferred Specification*” (Colquhoun, 2004, p.204). Segundo Kitchen (2007, p.80), cerca das 43 polícias do Reino Unido estão a gerar capacidades nesta área, através de um serviço de Oficiais de Ligação da Polícia.

Da consulta realizada à página oficial do SBD<sup>56</sup> é possível constatar a existência de diversas recomendações na área da segurança, através de guias que se encontram acessíveis para consulta, consubstanciando-se numa boa prática para a prevenção criminal.

O programa existente no Reino Unido, foca-se na prevenção de criminal através da certificação de novas construções, requalificação de espaços, parques de estacionamento, estações de comboios, zonas habitacionais, áreas de lazer e zonas urbanas em geral. Promove normas de segurança para uma ampla gama de aplicações e produtos, e segundo a SDB, foi comprovada uma redução do risco de crime em até 75 %, através da combinação de normas de segurança física e os princípios de vigilância natural e espaço defensável.

No caso da Austrália, a polícia ainda não se encontra totalmente envolvida no processo de planeamento urbanístico, pelo que Cozens (2008, p.298) afirma que a CPTED e o DOC são processos relativamente recentes para os responsáveis pelo planeamento urbano. No entanto, o Governo tem vindo a promover projetos e iniciativas, tendo para o efeito sido criada uma unidade designada por *Designing Out Crime Unit*<sup>57</sup> (DOCU). Esta unidade tem como missão aconselhar, sensibilizar, desenvolver políticas e relações entre diversas agências no contexto da prevenção criminal através do desenho urbano. Pretende assegurar que o planeamento e o desenho urbano consigam prevenir a ocorrência de crimes, sendo ainda apontada como responsabilidade da unidade imbuir os princípios do DOC nos processos de planeamento e pesquisa, desenvolvendo boas práticas em todo o país.

No ano de 2004, o Governo australiano através do *State Community Safety and Crime Prevention Strategy. Preventing Crime (OCP, 2004)* pretendeu através do DOC acrescentar à CPTED um conjunto de objetivos, no sentido de apoiar famílias, crianças e jovens, fortalecer as comunidades e requalificar os bairros residenciais, combater os crimes

---

<sup>56</sup> Para uma informação mais detalhada poderá ser consultado o sítio <http://www.securedbydesign.com>.

<sup>57</sup> Para melhor esclarecimento consultar o sítio <http://goodbyegraffiti.wa.gov.au/wp-content/uploads/What-is-Designing-Out-Crime.pdf>.

de maior relevo e reduzir os crimes de repetição, bem como o uso de tecnologias na prevenção do crime através do desenho urbano (Cozens, 2005b, p.1).

Segundo Cozens (2005b, p.2) as estratégias do DOC atuam de forma concertada através do uso do espaço físico a fim de separar os espaços públicos, semipúblicos e privados, definindo padrões de uso e os limites das propriedades, de forma a promover oportunidades de vigilância destes espaços. Baseando-se em diversos estudos defende que os componentes do DOC (vigilância, controlo de acessos, reforço territorial, atividades, imagem/manutenção e medidas de segurança passivas) têm vindo a contribuir para a redução do crime e do medo do crime (Cozens, 2005b, p.6).

Em outubro de 2007, o Governo australiano aprovou a estratégia para o DOC, contemplando cinco objetivos (Cozens, 2008, p.300):

1. Incorporação de todos os princípios do DOC com as políticas de planeamento local;
2. Gestão do ambiente construído e paisagístico para reduzir a criminalidade;
3. Aumentar a compreensão do DOC;
4. Aplicação do DOC numa abordagem integrada entre diversas entidades; e
5. Utilização de tecnologias apropriadas para reduzir a criminalidade.

Vários estudos têm vindo a demonstrar que o DOC funciona melhor através da otimização da participação da comunidade, beneficiando as áreas alvo da estratégia bem como outras adjacentes e que a mesma se mostra eficaz se houver uma abordagem integrada entre diversas entidades. Neste sentido, Cozens (2005b, p.6) afirma que a revisão dos princípios do DOC têm contribuído para a redução da criminalidade e do medo do crime.

### **3.4 Síntese conclusiva**

No âmbito da prevenção criminal através do espaço construído, o espaço pode ser concebido, utilizado e mantido, para reduzir as oportunidades delituosas e garantir o exercício dos direitos fundamentais das pessoas no espaço urbano, tendo em consideração o problema criminal, securitário e social. A CPTED pode ser conseguida no espaço público com base em quatro princípios: vigilância natural; controlo natural de acessos; territorialidade; e manutenção e gestão.

O espaço urbano representa o local onde pode ser exercido o direito de cidadania, repercutindo-se na qualidade de vida das pessoas. O espaço público deverá permitir ao cidadão exercer a sua liberdade em segurança, livre de ameaças ou agressões, cabendo ao Estado promover a segurança dos cidadãos. Atualmente a problemática da segurança não é exclusiva das forças de segurança, mas também aos cidadãos, os quais devem ser chamados a participar ativamente nesta questão, despertando o sentimento de pertença à comunidade.

O urbanismo, em sintonia com as políticas governamentais e a participação das forças de segurança, poderá contribuir para a prevenção criminal e fortalecimento do sentimento de segurança da população. O urbanismo e a segurança são áreas que devem ser conjugadas, podendo as forças de segurança ter um papel preponderante. Além da missão que lhes é tradicionalmente conhecida, as forças de segurança deveriam ser chamadas a participar nas questões urbanísticas. Por outro lado, a formação de elementos policiais na área do urbanismo seria uma forma de aumentar a participação das polícias na CPTED, à semelhança do que existe no Reino Unido no âmbito do programa *Secured By Design*.

A partir da CPTED, foram desenvolvidas outras estratégias, tendo sido abordado o caso do Reino Unido e da Austrália, onde à semelhança desta teoria, o *Secured By Design* e o *Designing Out Crime* necessitam que os cidadãos tenham a perceção da existência do crime e exista um envolvimento das diversas entidades, nomeadamente os residentes, as forças policiais e gestores do espaço construído, criando sinergias entre os mesmos. Não existindo uma sociedade perfeita, estes programas poderão auxiliar a melhorar a qualidade de vida nos centros urbanos e a reduzir a motivação dos delinquentes para cometer crimes. Em síntese, o SBD e o DOC são estratégias decorrentes da CPTED, as quais para poderem ter sucesso, necessitam que os cidadãos tenham a perceção da existência do crime e exista um envolvimento das diversas entidades, nomeadamente os residentes, as forças policiais e gestores do espaço construído, criando sinergias entre os mesmos.

## Capítulo 4 – Metodologia

*“If what we did now seems obvious, and if our problems of analysis now seem trivial, this is in part because a fairly well-structured problem has been retrospectively defined”.*

Bryman & Burgess (2002, p.208)

O presente capítulo apresenta os métodos e ferramentas utilizados na elaboração do estudo que nos propusemos realizar. Pretendemos assim dar resposta à questão central: *“A requalificação urbanística da Avenida Luísa Todi, realizada no ano de 2008, teve impacto nos índices de criminalidade de rua?”*

Para este trabalho de investigação foram selecionados temas que se interligam, nomeadamente, o crime e o medo do crime, o sentimento de insegurança, a prevenção criminal, o urbanismo, a criminalidade e o desenho urbano. Os títulos enunciados foram aqueles que julgamos ser os mais adequados para verificar se a requalificação na Avenida Luísa Todi teve impacto na criminalidade de rua.

Para o efeito passaremos a descrever todo o processo de investigação, de forma a demonstrar as etapas do método científico, e por outro lado facilitar a eventual utilização por outros investigadores das mesmas etapas de investigação.

### 4.1 Definição dos objetivos da investigação

Nesta pesquisa foram percorridas as três fases da investigação metodológica, respetivamente a exploratória, analítica e conclusiva, visto que *“ (...) as pesquisas empíricas se processam por estádios que passam da ignorância à descoberta, depois à representação mental dos processos sociais e ao seu confronto com os factos e observações e, só por fim, à exposição oral ou escrita dessa representação, com a finalidade de difusão do conhecimento”* (IESM, 2014, p.30).

No que respeita ao tipo de investigação seguida, poderemos afirmar que a mesma se trata de uma investigação aplicada, isto porque a partir dos conceitos teóricos, tivemos por objetivo encontrar uma aplicação prática para os novos conhecimentos (IESM, 2014, p.11).

Pretendeu-se com o estudo de caso aumentar a compreensão do fenómeno da criminalidade de rua na Avenida Luísa Todi, recolhendo os dados de natureza qualitativa

através de relatos, documentos e observações, bem como através de dados de natureza quantitativa catalogados, nomeadamente as estatísticas criminais (Vilelas, 2009, pp.144-145).

Apresenta-se como objetivo geral contribuir para o conhecimento de uma área ainda pouco explorada no âmbito académico, através da análise da requalificação da avenida identificada, tendo por base o Manual de Boas Práticas da Prevenção Criminal através do Espaço Construído e a sua aplicação num caso prático. Neste sentido, pretendeu-se criar um documento no qual esteja compilada a informação principal sobre a CPTED, recorrendo a um espaço urbano consolidado, a fim de poder ser replicado noutras áreas geográficas e utilizado como um instrumento auxiliar das principais entidades responsáveis pela segurança pública.

Estipularam-se como objetivos específicos: 1) Analisar a Avenida Luísa Todi à luz dos princípios da CPTED; 2) Analisar a criminalidade participada e de rua na cidade de Setúbal e na Avenida Luísa Todi; 3) Recolher contributos das principais entidades sobre o nível de aplicação da CPTED na Avenida Luísa Todi; 4) Apresentar recomendações para suprir as vulnerabilidades detetadas na Avenida Luísa Todi.

## **4.2 Síntese do percurso da investigação**

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica exploratória, tendo por base a consulta de obras e artigos dos investigadores e académicos mais conceituados na matéria em apreço, a fim de possibilitar o enquadramento do tema. Esta pesquisa bibliográfica foi realizada em diversas bibliotecas, que se passam a indicar: - Biblioteca do Museu da Guarda; - Biblioteca da Escola da Guarda; - Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna; - Biblioteca Nacional; - Biblioteca da Academia Militar e na Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Foi também utilizada a *Internet*, através da qual foi possível encontrar vários artigos de interesse, bastante atualizados e com valor científico.

Outro momento crucial no nosso percurso da investigação foi a definição do principal método de amostragem, onde não se constituiu uma amostra no sentido estatístico do termo, mas uma amostra de conveniência ou intencional de forma a garantir os objetivos da investigação. Embora seja um método não probabilístico, o que não permite a generalização dos resultados, garante que os casos sejam selecionados de forma estratégica. A amostragem foi desenvolvida sequencialmente, sem critério estatístico, mas

orientado pelas questões de investigação. Todavia, temos consciência que esta impossibilidade de generalizar os resultados, para além do contexto criado, constitui uma limitação da nossa investigação.

Posteriormente, passou-se à recolha de dados, tendo para o efeito utilizado as entrevistas, a observação e a análise estatística de dados. Optou-se pela realização de entrevistas por se mostrarem uma fonte importante de informação, alargando o campo de investigação através da obtenção de dados não disponíveis noutras fontes, bem como obter informações mais precisas (Quivy & Campenhoudt, 1992, p.65). Foram realizadas entrevistas exploratórias a duas entidades especialistas na matéria em estudo, tendo como critério na sua escolha o conhecimento profundo desta temática e por terem trabalhos publicados que também serviram de referência na elaboração deste estudo. A partir destas entrevistas, foram preparadas as entrevistas de aprofundamento, tendo como objetivo colher informação sobre o local de estudo e sedimentar as observações realizadas ao longo da Avenida Luísa Todi.

Para a realização das entrevistas que passaremos a descrever, começamos por elaborar os guiões estruturados em grandes capítulos, desenvolvendo posteriormente perguntas de lembrança (Guerra, 2014, p.53). As entrevistas assumiram a forma semiestruturada, nas quais o entrevistador teve um referencial de questões-guia abertas, tendo assumido um carácter nem inteiramente livre e aberto, nem rigoroso e inflexível. As questões foram colocadas ao sabor do teor da conversa e da oportunidade. O discurso do entrevistado foi livre e as questões foram colocadas de forma natural, tendo o entrevistador apenas encaminhado o entrevistado para os objetivos da entrevista. Para o efeito, utilizou-se um guião constituído por um conjunto de tópicos ou questões articulados entre si que tornaram possível, por um lado, a compreensão do tema em análise, nas suas diferentes dimensões e níveis e por outro lado, permitiu que os entrevistados não abordassem temas dispersos (Cfr. Anexo J). Ainda neste âmbito, importa salientar que foi solicitado intencionalmente a todos os entrevistados que interpretassem e se posicionassem face aos tópicos do guião, concedendo-lhes o tempo necessário para organizarem a sua opinião e evidenciando os significados atribuídos, permitindo que o entrevistador percecionasse a forma como estes sentem e interpretam as problemáticas em questão.

De referir que as entrevistas foram realizadas presencialmente, exceto a entrevista realizada à Doutora Carla Silva a qual só foi possível através do *Skype*<sup>58</sup> e ao Sr. Intendente do Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública de Setúbal, o qual promoveu a resposta por escrito às questões. As mesmas foram gravadas e transcritas, podendo ser consultadas no suporte digital disponível no apêndice n.º 3 ao anexo J.

Foi elaborada uma análise de conteúdo tradicional, identificando os *corpus* centrais da entrevista, com recurso à identificação e contagem de categorias e subcategorias, identificando segmentos, através da conversão quantitativa das respostas, respeitante ao número de repetição de segmentos, ou de uma ideia associada a esses segmentos, bem como à quantidade de vezes que uma determinada resposta foi referida (Guerra, 2014, p. 83). Posteriormente foram construídas as sinopses das entrevistas, com as grandes temáticas do guião e com novos elementos retirados da leitura (Guerra, 2014, p.73), as quais podem ser consultadas no anexo J.

A observação foi outro instrumento utilizado para a prossecução deste estudo, pelo que numa fase inicial e exploratória foi utilizada uma observação não-estruturada, face à ausência de conhecimento prévio relativamente ao local de estudo (IESM, 2014, p.64), nomeadamente a Avenida Luísa Todi em Setúbal. Posteriormente, após um maior domínio sobre os princípios teóricos, foi realizada uma observação estruturada, utilizando uma *check-list* com a integração dos quesitos constantes nos anexos A, B e C do Manual de Boas Práticas da CPTED, cujo resultado poderá ser consultado no anexo G. Foi também realizada uma reportagem fotográfica da Avenida Luísa Todi, para elucidar o leitor sobre as características daquela avenida e demonstrar a aplicação dos princípios da CPTED e obtidas fotografias junto da Câmara Municipal de Setúbal, antes, durante e após as obras de requalificação, encontrando-se disponíveis no anexo B.

Quanto à participação do investigador, a mesma poderá ser classificada como não-participante, em virtude do fenómeno em estudo se revestir de carácter público, tendo assumindo uma postura de espetador, com o objetivo de descrever a observação da avenida à luz dos princípios da CPTED (IESM, 2014, p.65).

As estatísticas criminais foram obtidas a partir dos dados disponibilizados pela Direção Geral de Política da Justiça (DGPJ), contando ainda com a colaboração da Direção de Informações do Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana e do

---

<sup>58</sup> A entrevista foi realizada via *Skype* em virtude da mesma se encontrar no Brasil.

Departamento de Informações Policiais da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública, este último quanto aos dados estatísticos da cidade de Setúbal e da Avenida Luísa Todi.

Para a realização da investigação foram utilizados diversos instrumentos, nomeadamente: - Equipamento informático, um gravador de voz e uma máquina fotográfica digital. As estatísticas criminais foram inseridas e analisadas no programa Microsoft Excel. No que respeita à georreferenciação da criminalidade de rua constante no anexo I, foi utilizado o *software* ArcMap 10.2.1, o qual se encontra explicado no apêndice n.º1 ao anexo I. Foi também utilizada a aplicação *FastStone Capture*, tratando-se de uma ferramenta de captura de tela, que permite capturar e trabalhar imagens.

### **4.3 Justificação das opções metodológicas**

Neste contexto, pela sua flexibilidade, optamos por uma estratégia de investigação qualitativa, dado que a análise incide em processos organizacionais, nas suas várias componentes, onde se incluem também as relações informais. Esta opção fundamentou-se na existência de um número reduzido de unidades de amostragem, mas também por se pretender recolher informação em profundidade e em continuidade, possibilitando a exploração de uma multiplicidade de facetas e dimensões, com o objetivo de compreender o fenómeno em estudo na sua totalidade e alcançar uma interpretação da realidade no local (Vilelas, 2009, pp.105-108). No entanto, recorreremos também à análise quantitativa no âmbito da recolha dos dados estatísticos da criminalidade.

Relativamente ao *design* da pesquisa adotada, optámos pelo estudo de caso, procurando através da teoria sobre a prevenção criminal através do espaço construído estudar a Avenida Luísa Todi, com o objetivo de responder à questão central, no sentido de obter um profundo alcance analítico, interrogando a situação, confrontando-a com outras situações conhecidas e com as teorias existentes (Freixo, 2011, p.110). Este estudo assumiu um carácter analítico, questionando se a requalificação na Avenida Luísa Todi teve impacto na criminalidade de rua. Através do mesmo pretendeu-se verificar a aplicação prática da CPTED, permitindo simultaneamente conhecer as vulnerabilidades e dificuldades da aplicação dos conhecimentos teóricos (IESM, 2014, p.25).

Mais do que entrevistar um número significativo de residentes e prestadores de comércio e serviços na Avenida Luísa Todi sobre o tema em questão, optou-se por entrevistar em profundidade as entidades com representatividade nas várias áreas deste

estudo, nomeadamente ao nível da segurança, administração e ao nível social. O critério para a escolha dos entrevistados foi o facto de serem entidades com responsabilidades no Município de Setúbal e naquela artéria em particular, quer no âmbito administrativo, quer no âmbito da segurança, as quais tiveram um importante contributo para o trabalho de campo. A caracterização dos entrevistados é a constante na tabela n.º 1.

Por último, no seguimento do exposto no subcapítulo anterior relativamente à análise de conteúdo, desenvolveu-se uma análise categorial, a qual consistiu em calcular e comparar as frequências de certas características (na maior parte das vezes, os temas evocados) previamente agrupados em categorias (codificação). Teve como premissa que uma categoria é tanto mais importante quanto mais frequentemente aparecer no discurso (Cfr. Anexo J).

**Tabela 1 – Caracterização dos entrevistados.**

| Entrevistado | Tipo de Entrevista | Identificação               | Função   | Data    |
|--------------|--------------------|-----------------------------|--|---------|
| 1            | Exploratória       | Mestre Ana Verónica Neves   | Socióloga e Mestre na área da CPTED  | 18FEV15 |
| 2            | Exploratória       | Doutora Carla Valéria Silva | Arquiteta urbanista e Professora Universitária na Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santos - Brasil | 01MAR15 |
| 1            | Aprofundamento     | Dr. André Martins           | Vereador do Urbanismo  | 08JUN15 |
| 2            | “                  | José Luís Bucho             | Coordenador da Proteção Civil  | 16JUN15 |
| 3            | “                  | Dr. Carlos Rabaçal          | Vereador da Proteção Civil e Bombeiros   | 23JUN15 |
| 4            | “                  | Subcomissário Marco David   | Comandante da 1.ª Esquadra da PSP de Setúbal   | 09JUL15 |
| 5            | “                  | Subintendente Célia Miranda | Comandante da Divisão de Setúbal da PSP  | 09JUL15 |
| 6            | “                  | Intendente Manuel Dias      | Comandante Distrital da PSP de Setúbal   | 09JUL15 |
| 7            | “                  | Eng.º Francisco Pedro       | Presidente da Associação de Comércio e Serviços do distrito de Setúbal                                     | 20JUL15 |
| 8            | “                  | Arquiteta Eugénia Silveira  | Membro do Executivo da União de Freguesias de Setúbal  | 17SET15 |
| 9            | “                  | Gilberto Graça              | Presidente da Associação de Reformados de Setúbal  | 21SET15 |

## Capítulo 5 – Requalificação Urbana: O Polis na cidade de Setúbal

*“Setúbal, uma cidade que continuaremos a afirmar como a Capital da Margem Norte do Sado, como uma das mais importantes cidades portuguesas”.*

Dores Meira<sup>59</sup> (2012)

No presente capítulo passaremos a apresentar a área selecionada para a realização do estudo de caso, nomeadamente a cidade de Setúbal. Como enquadramento serão descritas as características socioeconómicas do concelho e da cidade de Setúbal, com especial enfoque para a Avenida Luísa Todi, sendo esta a artéria mais emblemática da cidade e por sua vez o local escolhido para a aplicação prática da CPTED. Finalizaremos com uma breve explicação dos objetivos do Programa Polis XXI e a sua aplicação na Avenida Luísa Todi.

### 5.1 Um olhar sobre o concelho e a cidade

Junto ao rio Sado, a nascente da serra da Arrábida e na costa litoral sul do país, o concelho de Setúbal localiza-se na Região de Lisboa e na Península de Setúbal, na margem direita do estuário do rio Sado. As atividades agrícolas e piscatórias são significantes na economia local, encontrando-se classificado como o terceiro maior porto de mar, com uma grande extensão de cais acostável e docas para barcos de recreio e de pesca<sup>60</sup>.

No ano de 2001 foi registado um significativo aumento do efetivo populacional, reforçando desta forma o crescimento populacional. Segundo os Censos de 2011, o município de Setúbal conta com 121185 habitantes<sup>61</sup>, tendo sofrido um aumento de população na ordem de 5,9% em 10 anos.

---

<sup>59</sup> Maria de Dores Meira, desempenha atualmente o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Setúbal. Para informação mais detalhada poderá ser consultado o sítio <http://www.mun-setubal.pt/>.

<sup>60</sup> Para informação mais detalhada poderá ser consultado o sítio [http://www.infopedia.pt/\\$setubal](http://www.infopedia.pt/$setubal).

<sup>61</sup> Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

**Tabela 2** – Dados estatísticos de Setúbal. Fonte: INE.

|             | 2011   | 2001   |
|-------------|--------|--------|
| População   | 121185 | 113934 |
| Mulheres    | 63199  | 58495  |
| Homens      | 57986  | 55439  |
| Famílias    | 48370  | 42805  |
| Alojamentos | 62829  | 55218  |
| Edifícios   | 24242  | 20869  |

Da consulta da página oficial da Câmara Municipal de Setúbal<sup>62</sup>, apurou-se que em resultado da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, e da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, o concelho de Setúbal foi alvo de uma reorganização administrativa, passando a ser constituído por cinco freguesias (Setúbal, Azeitão, S. Sebastião, Pontes-Gâmbia, Alto da Guerra e Sado). Tem uma área territorial de 36,76 km<sup>2</sup>, contando com 38.098 habitantes.

Resultante da junção das freguesias de Santa Maria da Graça, São Julião e Nossa Senhora da Anunciada, a União das Freguesias de Setúbal reúne as áreas do concelho há mais tempo habitadas. A Avenida Luísa Todi abrange a área da União das Freguesias de Setúbal.

A figura abaixo apresentada, retrata todo o concelho de Setúbal, encontrando-se realçada a União de Freguesias de Setúbal.

**Figura 2** – Concelho de Setúbal. Fonte: <http://www.mun-setubal.pt/pt/pagina/uniao-das-freguesias-de-setubal/344>.

<sup>62</sup>Para uma informação mais detalhada poderá ser consultado o sítio <http://www.mun-setubal.pt/pt/pagina/uniao-das-freguesias-de-setubal/344>.

Setúbal foi elevada a cidade em 1860, e capital de distrito desde 1926, sendo um centro cosmopolita, situada a 40 km de Lisboa, representando a charneira de articulação da área metropolitana de Lisboa com o Litoral Alentejano (Pereira, 2007, p.102). A cidade é composta por um “*mosaico de migrantes do concelho e do país e de imigrantes de outros países*” (Pereira, 2007, p.72), tendo por isso um carácter multicultural.

O tecido urbano da cidade encontra-se distribuído ao longo do rio Sado, sendo marcado pela existência de estruturas diferenciadas correspondentes a diferentes períodos de crescimento, o qual Pereira (2007, p.105) classifica como “*malha incoerente e desarticulada*”. Para além das áreas edificadas apresenta também diversas áreas verdes, destacando-se o Parque Urbano de Albarquel que foi recentemente construído e que continua em desenvolvimento, no âmbito da requalificação da zona ribeirinha de Setúbal. Esta cidade apresenta várias artérias de circulação, embora exista uma avenida emblemática que caracteriza a mesma, na qual se situam as principais atividades e serviços, que ligam a cidade ao rio Sado e à Serra da Arrábida, a qual deve a sua toponímia à meio-soprano Luísa Todi nascida em Setúbal.

Faremos então uma breve descrição desta avenida, baseada na observação do local e segundo informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Setúbal.

A figura seguinte apresenta as zonas alvo de requalificação:



**Figura 3** – Zonas da requalificação da Av. Luísa Todi e zona ribeirinha. Fonte: Google.pt

A Avenida Luísa Todi tem uma extensão de 1,3 quilómetros com características de uma “*boulevard*”<sup>63</sup> e acompanha o rio Sado em toda a sua extensão.

Encontra-se implantada numa área plana com vias de circulação com duplo sentido separado por um largo passeio central de articulação com o centro histórico, a qual privilegia zonas pedonais, de lazer e uma ciclovia. Este passeio central é uma área com árvores e vegetação, a qual não oferece barreiras visuais, contando ainda com a existência de quiosques, estabelecimentos comerciais, obras artísticas e bancos de jardim. Verifica-se ainda a existência de praças abertas sem nenhuma vegetação. O pavimento é feito em calçada portuguesa e o desenho urbano alterna áreas verdes com áreas edificadas.

Em toda a extensão da Avenida Luísa Todi estão presentes zonas pedonais, constatando-se ainda a existência de parques de estacionamento automóvel em toda a sua extensão. No entanto, devido ao grande número de veículos durante o período diurno e noturno, os parques de estacionamento revelam-se insuficientes, sendo utilizada a via junto aos passeios para estacionamento.

A avenida possui quiosques, um coreto, edifícios históricos bem como instituições públicas, apoio ao turismo, hotéis e diversas opções para restauração e diversão noturna. Importa realçar que a restauração distribui-se ao longo de toda a avenida representando um elemento muito importante na economia local (Pereira, 2007, p.81). É delimitada a norte pelo centro histórico da cidade e a sul por malhas urbanas habitacionais e de terciário, conforme o anexo E. O comércio é variado e distribuído em toda a sua extensão, ocupando as zonas térreas dos edifícios, verificando-se ainda edifícios com uso misto (anexo D). Em toda a sua extensão a maioria dos edifícios existentes encontram-se ocupados, verificando-se porém a existência de alguns edifícios desocupados de acordo com o anexo C.

É servida ainda pelo Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública (PSP)<sup>64</sup> de Setúbal e uma Esquadra de Polícia, situados sensivelmente a meio da avenida, tratando-se da força de segurança territorialmente competente<sup>65</sup> na área em estudo.

---

<sup>63</sup> Termo que designa um tipo de via de trânsito, geralmente larga, com muitas pistas divididas nos dois sentidos, geralmente projetada com alguma preocupação paisagística.

<sup>64</sup> Nos termos do n.º 4, do art.º 34.º, da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, que aprova a orgânica da PSP, os Comandos Distritais da PSP têm sede nas capitais de distrito. No n.º 1 do art.º 34.º consta que “*os comandos territoriais de polícia são unidades territoriais na dependência direta do diretor nacional que prosseguem as atribuições da PSP na respectiva área de responsabilidade*”. Os Comandos Territoriais são ainda divididos em Comandos Regionais, Comandos Metropolitanos e Comandos Distritais, nos quais se insere o Comando Distrital de Setúbal. O art.º 38.º do mesmo diploma refere ainda que as subunidades dos comandos territoriais são a Divisão e a Esquadra, e que as Esquadras são subunidades operacionais das Divisões.

A iluminação noturna é adequada nas zonas pedonais, de circulação de veículos e nas obras artísticas existentes, destacando-se ainda a utilização da iluminação *led* na ciclovia. Verifica-se que foi realizado um reforço da iluminação nas zonas com maior arborização, pela razão das copas das árvores taparem os candeeiros em alguns locais, resultando uma iluminação insuficiente.

A Câmara Municipal de Setúbal tem em curso um projeto para restauro, reabilitação e renovação de várias áreas edificadas ao longo da avenida, conforme o anexo F. Em 05 de julho de 2013, o Município aprovou um programa especial<sup>66</sup>, designado por Área de Reabilitação Urbana de Setúbal (ARU), com vista à redução de custos nas operações de restauro e estímulo do potencial de renovação das zonas mais antigas do concelho. Estas novas políticas de reabilitação urbana, resultantes da constatação da degradação das condições de habitabilidade e salubridade, da estética e de segurança dos edifícios no interior das cidades, tiveram como objetivo fomentar a celeridade das iniciativas de reabilitação e promover o investimento de particulares. Como benefício, os proprietários que optem pela recuperação de imóveis antigos dispõem de um conjunto de condições especiais, como apoio técnico e benefícios e incentivos fiscais.

Em 19 de agosto de 2015, a Câmara Municipal de Setúbal aprovou, em reunião pública, a alteração à delimitação da ARU, com o alargamento dos limites a toda a zona do centro histórico e à frente ribeirinha da cidade. Passa agora a incorporar todo o limite do centro histórico e zonas envolventes homogêneas, com o alargamento a sul dos limites estabelecidos em 2013, com a nova delimitação a abranger a totalidade da frente ribeirinha, com o objetivo de potenciar a estratégia camarária de aproximar a cidade e o rio<sup>67</sup>.

Ainda neste contexto, foram recolhidos dados junto do Vereador do Urbanismo da Câmara Municipal de Setúbal<sup>68</sup>, sobre os vários programas de manutenção, gestão e requalificação do espaço público, dos quais apresentamos uma síntese:

---

<sup>65</sup> Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 44, de 19 de março de 2007, o Governo pretendeu adequar a articulação entre a GNR e a PSP, a racionalização dos seus recursos e procedimentos e a melhoria das suas infra-estruturas e equipamentos, de modo a melhorar a qualidade do serviço prestado aos cidadãos e as condições de trabalho das forças de segurança. A reforma das forças de segurança e as suas áreas territoriais foram definidas na Portaria n.º 340-A, de 30 de março.

<sup>66</sup> Para uma informação mais detalhada poderá ser consultado o Diário da República, 2.ª série — N.º 128 — 5 de julho de 2013, Aviso n.º 8580/2013.

<sup>67</sup> Para uma informação mais detalhada poderá ser consultado o sítio <http://setubalnarede.pt/breves/setubal-area-de-reabilitacao-urbana-alteracao-de-limites>.

<sup>68</sup> Cargo atualmente desempenhado pelo Dr. André Martins.

1. Programa “Ouvir a População, Construir o Futuro”, iniciado há cerca de três anos (2012) pela Câmara de Setúbal, tendo o executivo municipal e os variados técnicos dos serviços no primeiro ano e meio, feito um trabalho de rua em todo o concelho, percorrendo todas as ruas, becos e bairros, a pé, em coordenação com as Juntas de Freguesia. Consistiu em observar e fazer um levantamento dos problemas e recolher informação junto da população. Posteriormente foi tratado pelos serviços, resultando um documento, dividido em freguesias, onde constavam os tipos de trabalhos a executar e prazo estimado de conclusão, o qual foi entregue aos residentes;
2. Na sequência do programa anterior, a Câmara Municipal de Setúbal criou uma Divisão de Intervenção Social, com o objetivo de ter um conjunto de técnicos para trabalhar em conjunto com todas as instituições, para intervir nos bairros sociais. Daqui nasceu o projeto “Nosso Bairro, nossa Cidade”, o qual transformou o Bairro da Bela Vista, em termos de imagem e de relacionamento entre os residentes e a Câmara Municipal de Setúbal. Este projeto conseguiu levar os próprios residentes com conhecimento de variados ofícios, a realizar as obras com o apoio da Câmara na disponibilização de materiais. Foi ainda conseguido junto daquelas comunidades a designação de administradores dos condomínios, eleitos entre os populares, para coordenação dos trabalhos e interação com os serviços da autarquia;
3. O programa “Setúbal mais Bonita”, no qual as próprias pessoas identificam situações no seu bairro, inscrevendo-se na iniciativa, podendo ser orientadas para determinados locais para realizar essas recuperações, realizar as limpezas, pinturas, entre outras tarefas, podendo as pessoas inscreverem-se já com um objetivo definido. Esta foi uma forma de envolver a população na defesa do espaço onde vivem. A vereação do urbanismo destaca o facto das pessoas se envolverem e criarem um espírito de unidade e de comunidade em torno de determinados valores, determinadas ideias, que é defender a sua terra e torná-la mais bonita.

No que respeita à vigilância da avenida, para além da PSP, o município de Setúbal tem em vigor um projeto de vigilância<sup>69</sup>, desde o ano de 2010, de espaços públicos por

---

<sup>69</sup> Ao abrigo deste projeto, cabe à Câmara Municipal disponibilizar aos patrulheiros um colete sinalizador, um cartão identificativo, telemóvel de serviço e demais apoio logístico que seja necessário, bem como

patrolheiros com recurso a cidadãos reformados. Consiste num protocolo assinado com a União das Freguesias de Setúbal e a Associação Centro de Bem-Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal, o qual se destina à vigilância e sensibilização de utilização de equipamentos e espaços verdes, contribuindo assim para correta utilização dos mesmos. Trata-se de um projeto apreciado e reconhecido pela população, no qual os reformados de Setúbal têm um papel ativo, contribuindo para as questões de manutenção e segurança da Avenida Luísa Todi e do Parque Urbano de Albarquel, além do que representa a questão social defendida pela 2.<sup>a</sup> geração da CPTED. As imagens n.º 53 e 54 do anexo B, retratam os patrolheiros em funções na Avenida Luísa Todi.

A título de curiosidade, a principal revista de informação belga francófona, “*Le Vif/L’Express*”<sup>70</sup>, num artigo publicado em 28 de janeiro de 2015, recomenda Setúbal para passar férias, considerando a cidade como um dos dez destinos mais seguros do mundo.

## 5.2 O Programa Polis XXI

O Programa Polis teve como principal objetivo a requalificação das cidades portuguesas de um ponto de vista urbanístico e ambiental, com base em parcerias entre as Câmaras Municipais e o Estado. O Polis – Plano Estratégico de Setúbal<sup>71</sup>, aprovado segundo RCM n.º 26/2000 de 15/05/2000, abrangeu uma área de cerca de 70 hectares. Abarcou a zona predestinada às atividades mais portuárias, até à interligação da cidade com o próprio Parque Nacional da Arrábida. A área em questão, reuniu um conjunto de características físicas, paisagísticas e funcionais que lhe conferiram uma grande riqueza e a projetaram para se tornar numa região de eleição. Neste sentido, o Município de Setúbal considerou importante qualificar e garantir um desenvolvimento sustentável.

Como forma de garantir tais objetivos, o Programa Polis entre outras ações, apontou para a revitalização da frente ribeirinha, tendo como objetivo melhorar a qualidade de vida da cidade, segundo uma estratégia de requalificação urbana integral (Pereira, 2007, p.157). Para tal, entre outras medidas, pretendeu-se desenvolver operações integradas de

---

promover ações de formação, garantir seguro de acidentes pessoais e participar com um subsídio anual, em mensalidades, correspondente ao valor simbólico de 2,60 euros por hora (<http://www.mun-setubal.pt/>).

<sup>70</sup> Trata-se de uma revista de periodicidade semanal, com uma tiragem média de 100 000 exemplares. O artigo pode ser encontrado na página da Câmara Municipal de Setúbal em <http://www.mun-setubal.pt/pt/noticia/setubal-e-destino-turistico-seguro/2706> ou no sítio da revista em <http://weekend.levif.be/lifestyle/voyage/dix-villes-sures-pour-voyager-seul-e-en-images/diaporama-normal-363365.html>.

<sup>71</sup> Dados retirados do Relatório do Estado do Ordenamento do Território – REOT, cedido pela Divisão de Urbanismo da Câmara Municipal de Setúbal.

---

requalificação e revitalização do centro urbano. Para o efeito foram criadas áreas de lazer e espaço público na zona urbana central, reordenada e requalificada a Avenida Luísa Todi e criada uma ciclovia ao longo da avenida e frente ao rio.



**Figura 4** – Área de intervenção do POLIS (cidade de Setúbal). Fonte: Relatório do Estado do Ordenamento do Território – REOT, 2004.

### 5.3 Síntese conclusiva

Setúbal é a capital de distrito da margem sul do Sado, representando a charneira de articulação da área metropolitana de Lisboa com o Litoral Alentejano. Esta cidade tem vindo a ser alvo de grandes obras de requalificação, das quais se destacam as obras da Avenida Luísa Todi e de toda a frente ribeirinha.

O Programa Polis XXI revitalizou a frente ribeirinha, e teve como objetivo melhorar a qualidade de vida da cidade, segundo uma estratégia de requalificação urbana integral, aproximando a cidade ao rio Sado.

A Avenida Luísa Todi é hoje uma artéria moderna com um *design* próprio, que lhe dá uma identidade única, proporcionando um melhor equilíbrio entre a cidade e o rio, e que devolveu aos cidadãos espaços de lazer que outrora se encontravam degradados.

O seu traçado não remonta todo à mesma época, e como tal, este espaço apresenta um carácter heterogéneo, com vários estilos de desenho e tipologias de construção, ainda que a avenida seja percecionada como um todo pela sua escala, proporção e significado.

Além da requalificação no âmbito do Programa Polis, a Câmara Municipal de Setúbal tem vindo a apostar na requalificação dos principais edifícios e espaços culturais ao longo da Avenida Luísa Todi, nomeadamente: O Fórum Luísa Todi, a Biblioteca Municipal de Setúbal, a Casa da Cultura, a Casa da Baía e o Mercado do Livramento, o



qual foi recentemente distinguido nas redes sociais e nos órgãos de comunicação como um dos melhores do mundo.

## Capítulo 6 – O planeamento e o desenho urbano: Estratégia para a Avenida Luísa Todi

*“O método da prevenção criminal através do espaço construído passa a abranger um conjunto de dez categorias ou dez temas estratégicos cuja adaptação de uma categoria ou a combinação de categorias permitem a melhoria na qualidade das condições do local.”*

Silva (2014, p. 98)

Este capítulo tem uma vertente essencialmente prática, no qual se apresenta o trabalho de campo realizado. Começaremos por explicar quais as possíveis estratégias de planeamento e *design* a partir dos princípios da CPTED, apresentando posteriormente uma *check-list* (Anexo G) com base nessas estratégias, a qual foi aplicada na Avenida Luísa Todi, permitindo certificar se os princípios da CPTED estão contemplados naquela artéria da cidade de Setúbal. Serão também apresentadas as estatísticas da criminalidade participada e da criminalidade de rua, bem como a interpretação dos resultados. Neste capítulo apresentaremos apenas os gráficos respeitantes à Avenida Luísa Todi, pelo que o anexo H servirá de apoio à leitura, no qual podem ser consultados os gráficos da criminalidade geral e de rua no território nacional, no distrito, concelho e cidade de Setúbal. Por fim, serão também apresentados os resultados das entrevistas realizadas a diversas entidades, as quais se encontram reproduzidas no CD constante no apêndice n.º 3 ao anexo J.

### 6.1 Estratégias de planeamento e *design*

Tendo em consideração o Manual de Boas Práticas da CPTED, faremos uma breve descrição das possíveis estratégias através da aplicação dos princípios constantes no Capítulo 3. A partir destas estratégias foi aplicada uma *check-list*<sup>72</sup> para avaliar se os princípios e as estratégias da CPTED foram aplicados na Avenida Luísa Todi em Setúbal.

---

<sup>72</sup> O Manual de Boas Práticas da CPTED apresenta dez estratégias de planeamento decorrentes dos quatro princípios, que têm como objetivo conferir segurança aos locais. Neste contexto, o manual apresenta também três anexos (A, B e C), sendo o anexo A uma *check-list* de análise quanto à aplicação dos quatro princípios

As estratégias da CPTED podem ser categorizadas de diferentes formas, pelo que a tabela seguinte apresenta um resumo das principais estratégias que podem ser criadas a partir dos quatro princípios já enunciados anteriormente (CPTED, 2013, pp.8-32):

**Tabela 3** – Estratégias da CPTED. Fonte: Manual de Boas Práticas CPTED, 2013.

| <b>Estratégias</b>                                 | <b>Objetivo</b>  | <b>Exemplos</b>   |
|--|--|---|
| <b>Amplos campos de visão</b>                      | Potenciar a segurança das pessoas e inibir as condutas ilícitas dos delinquentes. Esta estratégia tem uma relação direta com o princípio da vigilância natural e poderá ser complementada com a vigilância formal, quer em meios humanos, quer com meios tecnológicos. | Ruas com amplos campos de visão, que permitam ver e ser visto.  |
| <b>Iluminação adequada</b>                         | Garantir maior segurança às pessoas e reduzir a capacidade dos delinquentes se poderem esconder. Deverá permitir a identificação do rosto de um indivíduo a uma distância mínima de 10 metros.   | Utilização de luz “led” e materiais antivandalismo.   |
| <b>Redução dos percursos escondidos e isolados</b> | Reduzir as situações de perigo. Desenvolvimento de atividades, melhoramento da vigilância natural, da iluminação, a disponibilização de telefones de emergência e videovigilância e ainda a existência de sinalética adequada.   | Criação de percursos alternativos e redução de itinerários que terminem num local que cause vulnerabilidade ao cidadão. |
| <b>Diminuições de áreas vulneráveis</b>            | Reduzir ou eliminar os elementos que servem de barreiras físicas e visuais.  | Manutenção das copas das árvores, utilização de materiais transparentes.  |
| <b>Redução de isolamento</b>                       | Reduzir a vulnerabilidade das pessoas, através da conceção do espaço.  | Utilização da videovigilância ou outros sistemas de monitorização.  |

do CPTED. O anexo B apresenta estratégias para diversas áreas como por exemplo: Áreas habitacionais, o centro das cidades, escolas e zonas industriais. O anexo C contém as estratégias possíveis para os espaços públicos.

Na *check-list* utilizada optamos por conjugar os elementos dos três anexos numa única lista, de forma a contemplar o máximo de pormenores na observação da Avenida Luísa Todi.

|   |  |   |
|---|--|---|
| <b>Promoção do uso misto</b>  | Uso variado dos espaços, promovendo o seu uso pelas pessoas e incremento da vigilância natural.  | Conjugação entre zonas de habitação, comércio, lazer e serviços.  |
| <b>Criação de atividades</b>  | Criação de espaços geradores de atividades de forma a reduzir as oportunidades para a ocorrência de crimes ou incivildades.  | Aumento das atividades pedonais e instalação de atividades económicas.  |
| <b>Criação do sentimento de pertença através da manutenção e gestão</b>                     | Incutir o sentimento de pertença do espaço público aos cidadãos e reforço da territorialidade.   | Manutenção apropriada dos espaços. Existência de contactos para o reporte de necessidades de reparação e de atos de vandalismo. |
| <b>Disposição de sinalética e informação</b>  | Implementar a segurança, beneficiando os cidadãos e as próprias autoridades policiais. A falta de sinalética causa desorientação e vulnerabilidade para que as pessoas sejam alvo de um crime. | Sinalética localizada perto dos centros de atividade, colocada a uma altura acessível à população e devidamente mantida.        |
| <b>Melhoria da conceção arquitetónica dos espaços construídos (edificados e exteriores)</b> | Abordagem integrada, no âmbito espacial, funcional e estratégico, por forma a reforçar o uso natural do espaço, o qual deve ser apelativo e adequado às necessidades das pessoas.              | Desenho do espaço com utilização dos materiais mais apropriados, tornando-o convidativo e adequado ao público-alvo.             |

## 6.2 A criminalidade em Setúbal

Passaremos a realizar o estudo das estatísticas criminais, partindo da criminalidade nacional participada no período de 2005-2014, para a criminalidade ao nível distrital, do concelho, da cidade de Setúbal e da Avenida Luísa Todi.

Os dados estatísticos utilizados no presente estudo foram obtidos com a colaboração da Direção de Informações da Guarda Nacional Republicana, através da recolha das estatísticas criminais constantes na página oficial da Direção Geral de Política de Justiça (DGPIJ), relativamente à criminalidade a nível nacional, distrital e do concelho de Setúbal. Os dados em análise respeitam ao período compreendido entre 2005 e 2014, os quais foram recolhidos da página oficial da DGPIJ para uma folha Excel, a partir da qual foram elaborados os gráficos apresentados no anexo H.

Por outro lado, pelo motivo da área de estudo se encontrar na área de responsabilidade da PSP, foi solicitada à Direção Nacional da PSP a respetiva colaboração para a obtenção de dados estatísticos relativos à cidade de Setúbal e à Avenida Luísa Todi.

Tal pedido foi autorizado pelo Exm.º Diretor Nacional Adjunto da Unidade Orgânica dos Recursos Humanos da Direção Nacional da PSP, em 09 de março de 2015, tendo para o efeito sido autorizado o contacto com o Departamento de Informações Policiais daquela Direção Nacional.

O Departamento de Informações disponibilizou dois ficheiros em Excel, um respeitante à vitimização e outro aos suspeitos, nos quais constavam os crimes contabilizados pelo Comando Distrital de Setúbal, no período compreendido entre 2010 e 2014. Dos ficheiros disponibilizados foi possível retirar informação relativamente aos crimes, data e hora de ocorrência, o tipo de ocorrência, o arrumamento, a freguesia da ocorrência, as coordenadas geográficas (ano de 2013 e 2014) a classificação estatística, o *modus operandi*, a nacionalidade, idade, habilitações literárias e área de residência dos suspeitos e das vítimas. Dos dados disponibilizados, foi possível fazer uma análise da totalidade da criminalidade participada e posteriormente da criminalidade de rua, tendo-se produzido através do programa Excel os respetivos gráficos constantes no Capítulo 6 e no anexo H.

Salienta-se que a Direção Nacional da PSP apenas disponibilizou os dados da criminalidade participada no período de 2010 a 2014 relativamente à cidade de Setúbal e Avenida Luísa Todi, em virtude do Sistema Estratégico de Informação, Gestão e Controlo Operacional (SEI)<sup>73</sup> apenas ter entrado em pleno funcionamento no ano de 2010.

A partir dos dados acima referidos, iremos dar especial atenção à criminalidade de rua, a qual foi objeto de estudo pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), subordinado ao tema “*Metrópoles Seguras: Bases para uma intervenção multisectorial nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto*” em 2007, caracterizando-a como um conjunto de crimes que podem ocorrer no espaço público ou ser observados pelos utentes, diretamente ou pelo relato de terceiros, normalmente reportando para factos ocorridos no local que são frequentados pelo emissor e recetor da notícia. Trata-se de crimes que incutem o sentimento de insegurança e o medo do crime, e que “(...) *preocupam bastante as pessoas, gerando medo e preocupação fortes (...)*” (Machado *et al*, 2007b, p.141).

Este tipo de criminalidade, registou maior intensidade na área metropolitana de Lisboa no período compreendido entre 2000 e 2002 “(...) *ascendendo a 2194 ocorrências*

---

<sup>73</sup> Apesar do SEI estar em funcionamento desde 2004, apenas em 01 de Janeiro de 2008, a totalidade das subunidades da PSP começaram a utilizar o SEI. Segundo informação colhida junto do Departamento de Informações Policiais da Direção Nacional da PSP, só a partir do ano de 2010 é que as estatísticas criminais ficaram consolidadas no SEI.

por 100 mil habitantes (...)” (Machado *et al*, 2007b, p.147). No que respeita a Setúbal, encontra-se entre os municípios com intensidades intermédias ou elevadas, tendo registado um aumento que atingiu 115% neste tipo de crime, no período compreendido entre o ano de 1998 e 2004 (Machado *et al*, 2007b, pp.147-163). Já no período de 2005 a 2014<sup>74</sup>, este tipo de crime manifestou uma tendência de diminuição no distrito de Setúbal, representando 36,9% da criminalidade participada no distrito em igual período.

Mais uma vez, importa realçar que a categoria dos crimes contra o património é aquela com maior número de casos registados (55,7%), embora tenha sofrido um decréscimo em 2014 na ordem dos 4,9%, registando menos 9823 crimes em relação ao ano de 2013 (RASI, 2014, pp.20-26). O crime contra as pessoas continuou a registar um grande número de casos (representando 24,1% dos crimes registados), tendo ainda um decréscimo reduzido em relação ao ano de 2013, nomeadamente menos 1102 casos (diminuição de 1,3%) (RASI, 2014, p.30).

Neste estudo foram integrados os seguintes crimes<sup>75</sup>: i) furto em veículo motorizado; ii) furto por carteirista; iii) roubo na via pública (exceto por esticção); iv) outro dano; v) furto de veículo motorizado; vi) roubo por esticção; vii) dano contra o património (cultural); viii) incêndio/fogo posto em edifícios, construções/meio transporte; ix) roubo a motorista de transporte público; x) roubo a posto de abastecimento de combustível, xi) roubo a banco ou outro estabelecimento de crédito, tesouraria ou estação de correios; e xii) furto em supermercado (Machado *et al*, 2007 b, p.141).

Optamos por acrescentar à presente análise, o furto em edifício comercial ou industrial com ou sem arrombamento e com ou sem chave falsa, o roubo em edifícios comerciais ou industriais, o roubo a farmácias e ourivesarias, o roubo em transportes públicos e o roubo de viatura, por considerarmos que os mesmos acontecem na via pública e acabam por ser do conhecimento dos transeuntes, afetando o seu sentimento de segurança.

No anexo H, são apresentadas graficamente as estatísticas criminais<sup>76</sup>, as quais têm por base os dados da DGPIJ, respeitantes à criminalidade geral e de rua a nível nacional, do

---

<sup>74</sup> Para informação mais detalhada poderão ser consultados os gráficos n.º 11 e 12 do anexo H.

<sup>75</sup> A listagem dos crimes foi obtida a partir da tabela de crimes do CITIUS. Para uma informação mais detalhada poderá ser consultado o sítio <https://www.citius.mj.pt/portal/consultas/LeisJustica.aspx>.

<sup>76</sup> Em Portugal, as estatísticas criminais resultam da informação tratada pela GNR, PSP e Polícia Judiciária (PJ), devendo-se somar as participações da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), da Polícia Marítima (PM) e Polícia Judiciária Militar (PJM), (Lourenço, 2015b, p.197).

distrito e do concelho de Setúbal, tendo sido as estatísticas criminais da cidade de Setúbal<sup>77</sup> fornecidas pela PSP.

Da análise aos gráficos n.º 10 e 11 constantes no anexo H, podemos inferir que a criminalidade participada tem diminuído principalmente após o ano de 2011. No que respeita à criminalidade de rua, a mesma apresenta a mesma tendência, embora o furto em veículo motorizado, os outros danos, furto de veículo motorizado, o roubo por esticção e o furto por carteirista, são os que apresentam maior número de ocorrências. Os restantes crimes de rua em estudo apresentam uma estagnação no período compreendido entre 2004 e 2015.

Ao nível do distrito de Setúbal, a criminalidade geral teve variações ao longo dos anos, com especial realce para os anos de 2008 e 2011, nos quais houve um aumento dos crimes participados (gráfico n.º 12 do anexo H). No entanto verifica-se uma redução da criminalidade no ano de 2014, em cerca de 7,4%. A criminalidade de rua tem vindo a diminuir, embora os crimes que a seguir se indicam tenham um peso elevado neste tipo de criminalidade, nomeadamente: - furto em veículo motorizado (29,1%) e de veículo motorizado (19,3%); - outros danos (15,8%); - furto em edifícios comerciais (10,5%). Representam cerca de 75% do total de crimes de rua no distrito entre 2005 e 2014, conforme o gráfico n.º 13 e tabela n.º 20 do anexo H.

No concelho<sup>78</sup>, a criminalidade geral apresenta variações semelhantes ao distrito, verificando-se um ligeiro aumento da criminalidade participada no ano de 2011 (gráfico n.º 6), tendo diminuído nos anos seguintes. Quanto à criminalidade de rua, em igual período (gráfico n.º 7), destacam-se o furto em veículo (27,6%) e de veículo motorizado (19,5%), o furto em edifício comercial (11,3%), o roubo a pessoas na via pública exceto por esticção (10%), o furto por carteirista (9%) e o roubo por esticção (4,7%), conforme tabela n.º 21 do anexo H.

Na cidade de Setúbal, segundo os dados cedidos pela PSP, e contabilizadas a União de freguesias de Setúbal, a freguesia de São Sebastião e a freguesia de Gâmbia-Pontes e

---

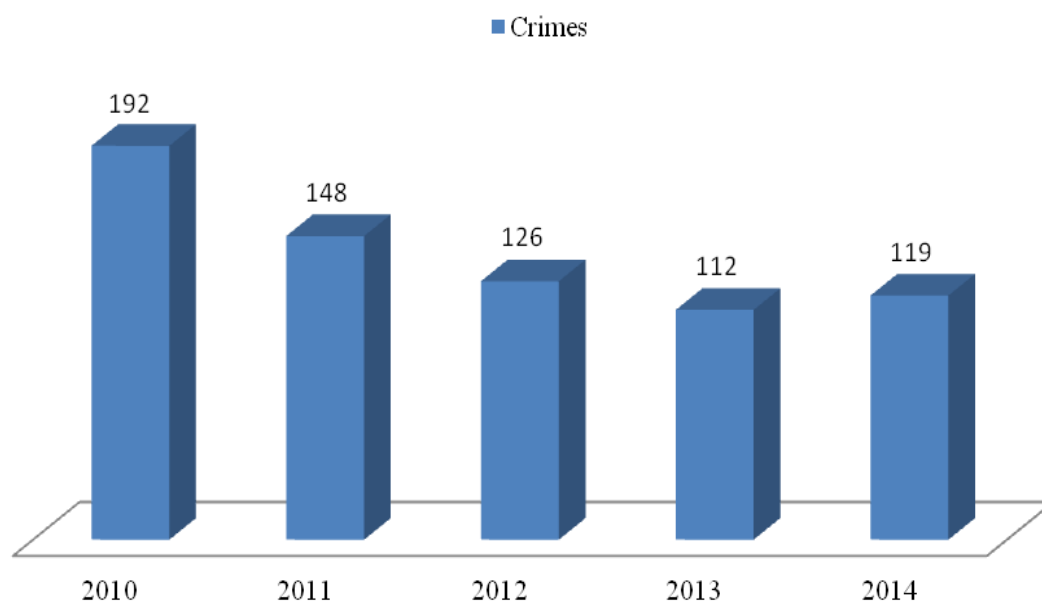
<sup>77</sup> Nas estatísticas da cidade de Setúbal, foram considerados todos os crimes registados nas subunidades da Divisão Policial de Setúbal, as quais se passam a identificar: 1.ª Esquadra Policial, 2.ª Esquadra Policial, Esquadra de Investigação Criminal, Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial e a Esquadra de Trânsito.

<sup>78</sup> O concelho de Setúbal é na sua maioria policiado pela Polícia de Segurança Pública, partilhando com a Guarda Nacional Republicana a freguesia das Pontes e Alto-da-Guerra e uma parte da antiga freguesia da Anunciada, a qual integra atualmente a União de Freguesias de Setúbal. O concelho é constituído também pela União de Freguesias de Azeitão, a qual resultou da união das antigas freguesias de S. Lourenço e de S. Simão, com efeitos desde 29 de setembro de 2013 (<http://www.mun-setubal.pt/pt/pagina/freguesia-de-azeitao/343>).

Alto da Guerra, a criminalidade participada (gráfico n.º 8) manifesta uma tendência de aumento no período de 2010 a 2014. No ano de 2014 apresenta um aumento de cerca de 500 crimes em relação ao ano anterior.

No que respeita à criminalidade de rua (gráfico n.º 9 e tabela n.º 22 do anexo H) destacam-se o furto em veículo motorizado (18,5%) e de veículo motorizado (18%), o furto em edifício comercial (14,6%), o outro dano (13,8%), o roubo na via pública exceto por esticção (13,2%), o roubo por esticção (9,3%) e o furto por carteirista (6,3%). No geral, a criminalidade de rua na cidade de Setúbal tem manifestado uma tendência de aumento, contabilizando um total de 3963 ocorrências no período de 2010 a 2014.

Feito o enquadramento da criminalidade, passamos a abordar a criminalidade participada e a criminalidade de rua na Avenida Luísa Todi a partir dos dados constantes nos gráficos que a seguir se apresentam:



**Gráfico 1** – Criminalidade participada na Avenida Luísa Todi. Fonte: Direção Nacional da PSP.

Os dados constantes no gráfico n.º 1 foram disponibilizados pela PSP e dizem respeito aos últimos cinco anos. Embora no âmbito do estudo fosse interessante estudar a criminalidade no período de 2005 a 2014, tal não foi possível. No entanto, a partir do gráfico n.º 1 é possível ter a perceção que a criminalidade participada na Avenida Luísa Todi acompanha a tendência de diminuição que se verificou a nível do distrito e do concelho de Setúbal. Assiste-se assim a uma diminuição da criminalidade a partir do ano de 2010, a qual se mantém até ao ano de 2014. Importa ter em atenção que no período

compreendido entre 2008 e 2010, existiu um aumento da criminalidade violenta e grave. No RASI de 2008, Setúbal encontra-se referenciado como um dos distritos com maior número de ocorrências registadas, referindo também que no ano de 2008 houve um aumento de 5,8% deste segmento específico de criminalidade (RASI, 2008, pp. 84-85). No RASI de 2009, consta que em Setúbal registaram-se 3001 ocorrências, encontrando-se entre os três distritos onde se verificaram estes tipos de crime (RASI, 2009, p.52). Por fim, no RASI de 2010, constata-se que este tipo de criminalidade volta a ter um aumento de 1,2% em relação ao ano anterior (RASI, 2010, p.68). Com base nos dados do RASI, supõe-se que no período de 2008 a 2010, a criminalidade tenha atingido valores elevados, manifestando uma tendência de diminuição a partir de 2010.

No âmbito do presente estudo importa analisar a criminalidade de rua, onde iremos particularizar os crimes, pois o aumento da criminalidade participada pode ser influenciado por diversos fatores, não se podendo fazer uma leitura isolada das estatísticas criminais.

O gráfico n.º 2 contempla apenas a criminalidade de rua registada na Avenida Luísa Todi no período compreendido entre 2010 e 2014.

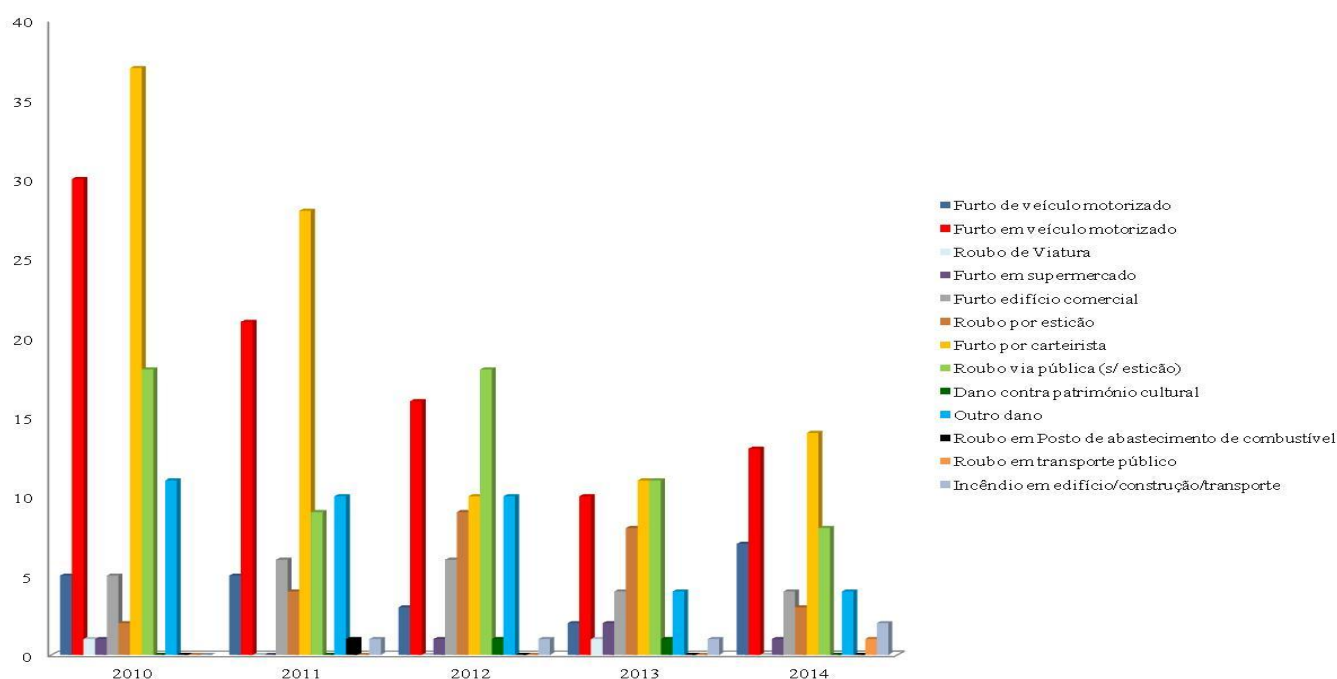


Gráfico 2 – Criminalidade de rua na Avenida Luísa Todi. Fonte: Direção Nacional da PSP.

A criminalidade de rua entre 2010 e 2014, embora não muito expressiva<sup>79</sup>, num total de 382 ocorrências participadas como crime e remetidas à DGPI, manifestou uma tendência de diminuição durante o período em referência. Neste caso foram excluídas todas as ocorrências registadas pela PSP que não foram remetidas à DGPI, por várias razões, em virtude de não terem sido contabilizadas nas estatísticas criminais oficiais.

Da análise do gráfico n.º 2, é possível destacar no período de 2010 a 2014, os seguintes crimes: - Furto por carteirista (100 ocorrências – 26,1%), furto em veículo motorizado (90 ocorrências – 23,5%), roubo a pessoas exceto por esticção (64 ocorrências – 16,7%) e o outro dano (39 ocorrências – 10,2%). Estes são os crimes com maior número de participações na avenida em apreço, representando 76,7 % do total da criminalidade de rua. O crime com mais ocorrências registadas é o furto em veículo motorizado. No entanto, desde 2010 até 2014, verifica-se uma tendência de diminuição na generalidade dos crimes em estudo, o que acompanha as restantes estatísticas criminais.

**Tabela 4** – Comparação entre a criminalidade participada e de rua mais relevante na Avenida Luísa Todi.  
Fonte: Direção Nacional da PSP.

| <b>Criminalidade Av. Luísa Todi 2010-2014</b> |              |          |
|---|--------------|----------|
|   | <b>Total</b> | <b>%</b> |
| <b>Participada</b>                            | 697          | 100%     |
| <b>De Rua</b>                                 | 382          | 54,80%   |
| <b>Furto de veículo motorizado</b>            | 22           | 5,75%    |
| <b>Furto em veículo</b>                       | 90           | 23,50%   |
| <b>Furto em edifício comercial</b>            | 25           | 6,54%    |
| <b>Roubo por esticção</b>                     | 26           | 6,80%    |
| <b>Furto por carteirista</b>                  | 100          | 26,10%   |
| <b>Roubo via pública s/ esticção</b>          | 64           | 16,70%   |
| <b>Outro dano</b>                             | 39           | 10,20%   |

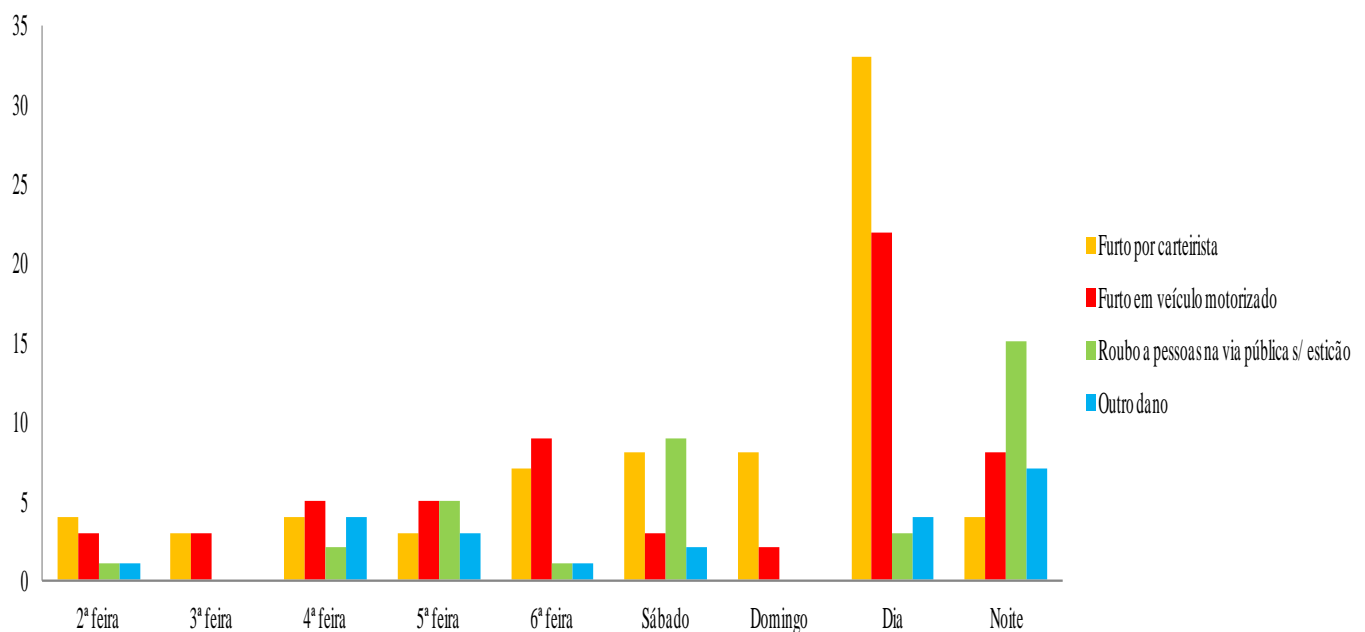
Optámos apenas por fazer um estudo dos crimes de rua com maior expressão ocorridos na Avenida Luísa Todi no período em referência, os quais passaremos a analisar isoladamente em cada ano. Na análise que nos propomos a apresentar, faremos referência

<sup>79</sup> Da análise estatística, verificou-se que a criminalidade de rua na cidade de Setúbal manifestou uma tendência de aumento, contabilizando 3693 ocorrências no período de 2010 a 2014. Na Avenida Luísa Todi, durante o mesmo período, registaram-se 382 ocorrências, o que representa 10,3% da criminalidade de rua na cidade de Setúbal.

ao período do ano com maior número de ocorrências, ao período do dia a que se referem, bem como aos dias da semana em que se verificaram mais ocorrências.

Com o objetivo de conseguir perceber a distribuição dos crimes ao longo do período de 24 horas, a distinção entre período noturno e diurno considerou o período do ano em que ocorreram. Passamos então a apresentar graficamente os quatro crimes de rua com maior relevância, em cada ano do período em análise.

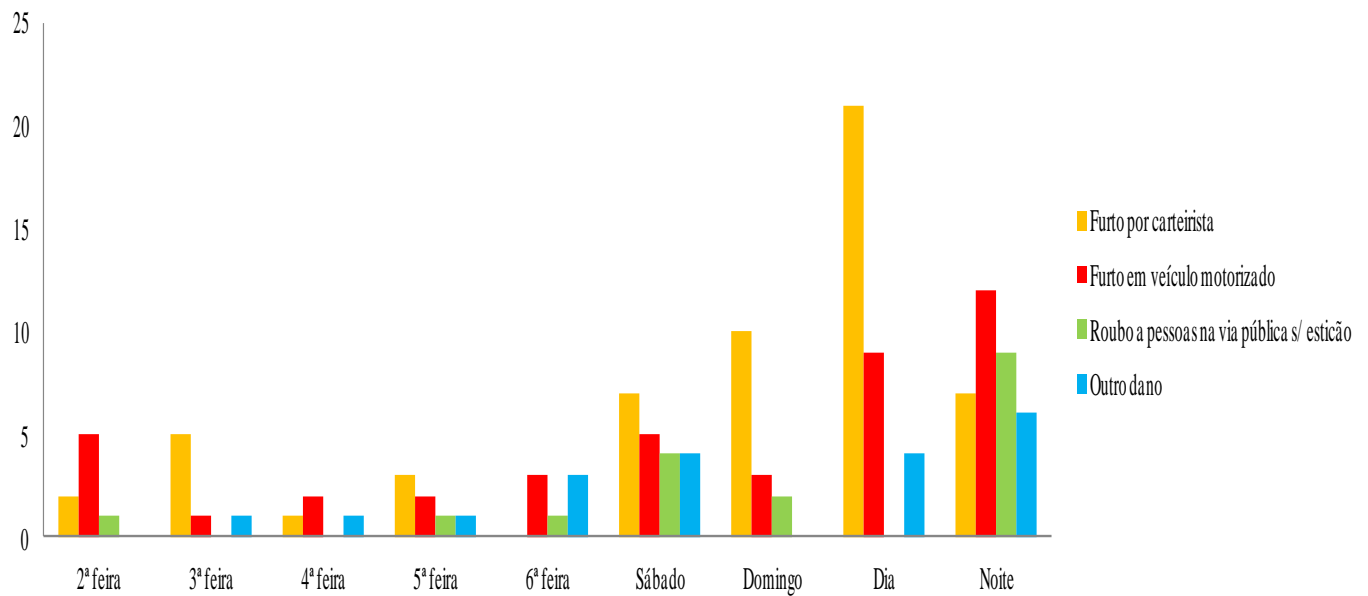
O gráfico n.º 3 apresenta a distribuição dos crimes de rua mais relevantes no ano de 2010, distribuída pelos dias da semana, contendo ainda a informação quanto ao período em ocorreram os crimes.



**Gráfico 3** – Distribuição da criminalidade de rua 2010. Fonte: Direção Nacional da PSP.

O furto por carteirista registou 37 ocorrências, com mais registos durante a primavera, no período diurno e entre sexta-feira a domingo. O furto em veículo motorizado registou 30 ocorrências, na sua maioria nos períodos do outono e inverno, no período diurno, entre quarta-feira a sexta-feira. Ocorreram 18 roubos a pessoas na via pública exceto por esticção, maioritariamente no inverno, no período noturno, à quinta-feira e ao sábado. Respeitante ao outro dano, verificaram-se 11 ocorrências, principalmente durante a primavera, no período noturno, à quarta e quinta-feira.

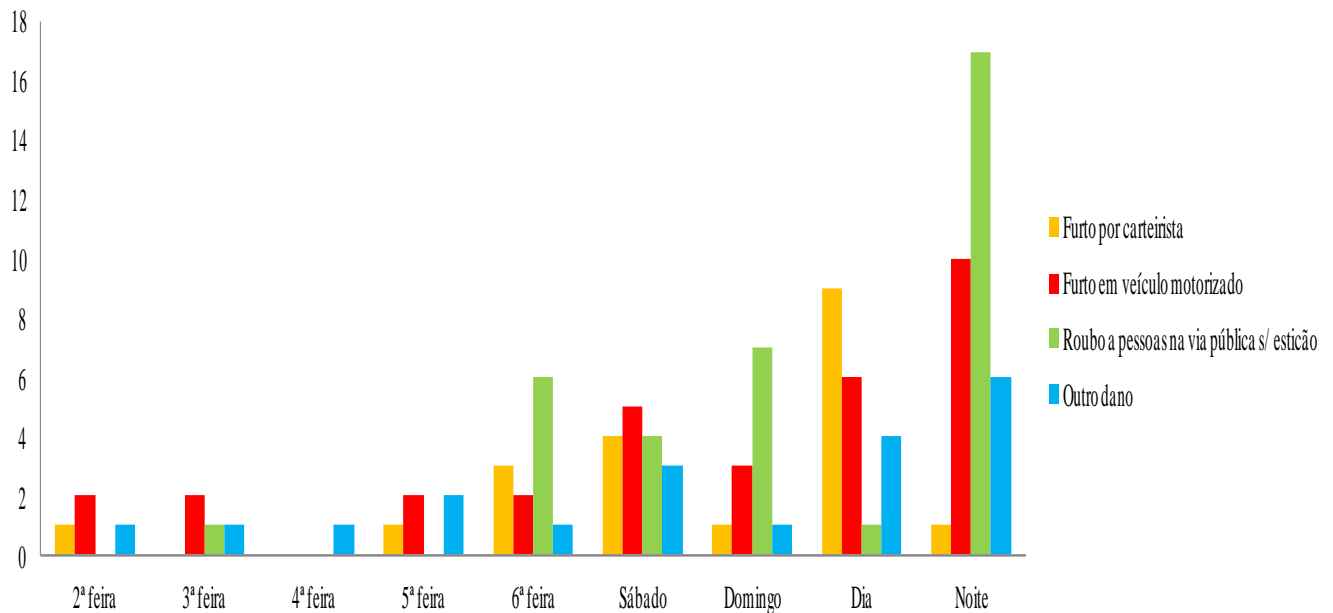
O gráfico n.º 4 apresenta a distribuição dos crimes de rua mais relevantes no ano de 2011:



**Gráfico 4** - Distribuição da criminalidade de rua 2011. Fonte: Direção Nacional da PSP.

O furto por carteirista registou 28 ocorrências, com mais registos durante a primavera, no período diurno e entre sábado a domingo. O furto em veículo motorizado registou 21 ocorrências, na sua maioria nos períodos do inverno e primavera, no período noturno, à segunda-feira e sábado. Ocorreram 9 roubos a pessoas na via pública exceto por esticão, maioritariamente no inverno e verão, no período noturno, ao sábado. Respeitante ao outro dano, verificaram-se 10 ocorrências, principalmente durante o inverno, no período noturno, à sexta-feira e ao sábado.

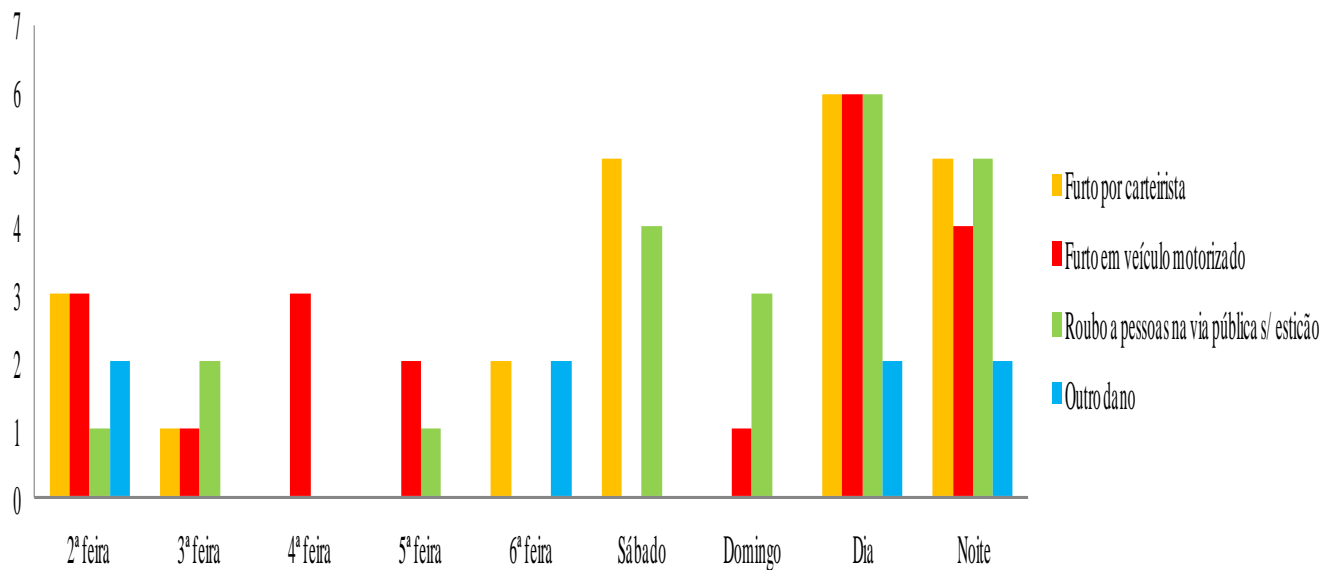
O gráfico n.º 5 apresenta a distribuição dos crimes de rua mais relevantes no ano de 2012:



**Gráfico 5-** Distribuição da criminalidade de rua 2012. Fonte: Direção Nacional da PSP.

O furto por carteirista registou 10 ocorrências, com mais registos durante o inverno, no período diurno, à sexta-feira e ao sábado. O furto em veículo motorizado registou 16 ocorrências, na sua maioria nos períodos do verão e outono, no período noturno, ao sábado e domingo. Ocorreram 18 roubos a pessoas na via pública exceto por esticção, maioritariamente no verão e outono, no período noturno, ao sábado e domingo. Respeitante ao outro dano, verificaram-se 10 ocorrências, principalmente durante o verão, no período noturno, à quinta-feira e ao sábado.

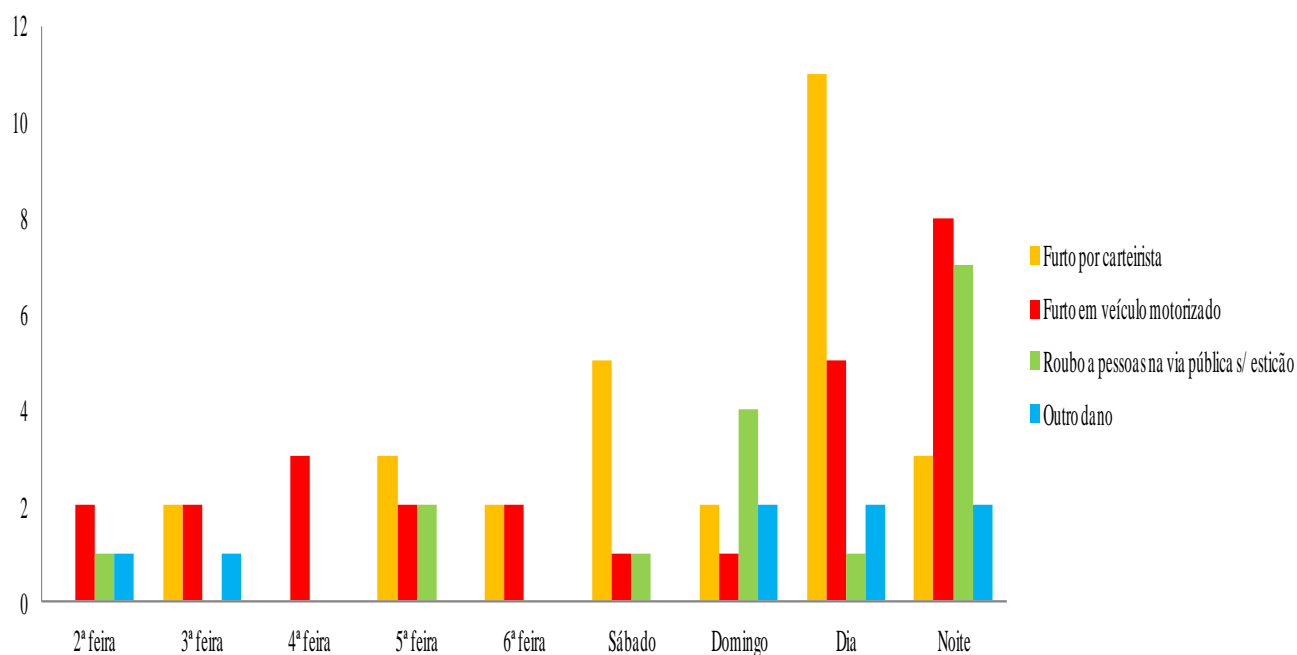
O gráfico n.º 6 apresenta a distribuição dos crimes de rua mais relevantes no ano de 2013:



**Gráfico 6-** Distribuição da criminalidade de rua 2013. Fonte: Direção Nacional da PSP.

O furto por carteirista registou 11 ocorrências, com mais registos durante a primavera, com valores semelhantes no período diurno e noturno, à segunda-feira e ao sábado. O furto em veículo motorizado registou 10 ocorrências, na sua maioria no período da primavera e outono, no período diurno, à segunda-feira e quarta-feira. Ocorreram 11 roubos a pessoas na via pública exceto por esticção, maioritariamente no verão, no período diurno, ao sábado e domingo. Respeitante ao outro dano, verificaram-se 4 ocorrências, principalmente durante o outono, tanto no período diurno como no noturno, à segunda-feira e sexta-feira.

O gráfico n.º 7 apresenta a distribuição dos crimes de rua mais relevantes no ano de 2014:



**Gráfico 7** – Distribuição da criminalidade de rua 2014. Fonte: Direção Nacional da PSP.

O furto por carteirista registou 14 ocorrências, com mais registos durante o inverno e verão, no período diurno, ao sábado. O furto em veículo motorizado registou 13 ocorrências, na sua maioria no período do verão, no período noturno, à quarta-feira. Ocorreram 8 roubos a pessoas na via pública exceto por esticção, maioritariamente no inverno, no período noturno, ao domingo. Respeitante ao outro dano, verificaram-se 4 ocorrências, principalmente durante o outono, tanto no período diurno como no noturno, ao domingo.

### 6.3 Perceções das entidades locais

Passamos neste ponto a analisar os resultados obtidos nas entrevistas de aprofundamento, apresentando uma síntese dos principais aspetos das respostas dadas pelos entrevistados às questões, as quais foram divididas por tópicos conforme a tabela n.º 21 do anexo J.

O tópico A refere-se à “*Teoria da prevenção criminal através do espaço construído*” no qual se pretende saber se os entrevistados conhecem a teoria e a sua perceção relativamente à importância na segurança urbana. O tópico B trata a área da “*Aplicação dos princípios em que se baseia a CPTED na Avenida Luísa Todi*”, visando aferir se os

princípios da CPTED foram considerados na requalificação da avenida. O tópico C diz respeito às “*Medidas de prevenção criminal e envolvimento ativo da população*” e visa perceber quais as medidas de prevenção criminal levadas a cabo na Avenida Luísa Todi e recolher informação sobre a importância do projeto de vigilância com recurso a reformados. O tópico D “*Estratégias para a Avenida Luísa Todi no âmbito da segurança urbana*” teve como objetivo recolher informações dos entrevistados quanto às questões relacionadas com a segurança urbana. O tópico E “*Criminalidade na Cidade de Setúbal e na Avenida Luísa Todi*”, visou recolher informação quanto à perceção da criminalidade por parte dos entrevistados e a tendência do crime na cidade e na referida avenida.

Para o efeito, foi realizada a conversão quantitativa das respostas das entrevistas, através do resultado do número de repetição de segmentos, ou de uma ideia associada a esses segmentos<sup>80</sup>, bem o como à quantidade de vezes que uma determinada resposta foi referida. Nas tabelas n.º 22 e 23 do anexo J, apresentam-se as sinopses das entrevistas de aprofundamento aos entrevistados (E1 a E9).

Quando questionados se “*Conhece a teoria da prevenção criminal através do espaço construído?*”, metade dos entrevistados afirmaram ter conhecimento da teoria da CPTED, enquanto outra metade a desconhecia, conforme se demonstra na tabela seguinte.

**Tabela 5 – Conhecimento da CPTED.**

| Segmentos das respostas                  | Entrevistados |    |    |    |    |    |    |    | Percentagem (%) |
|--|---------------|----|----|----|----|----|----|----|-----------------|
|  | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 |                 |
| <b>Questão n.º 1</b>                     |               |    |    |    |    |    |    |    |                 |
| Segmento A.1.1<br>(Conhece a teoria)     |               | X  |    |    | X  | X  | X  |    | 50%             |
| Segmento A.1.2<br>(Não conhece a teoria) | X             |    | X  | X  |    |    |    | X  | 50%             |

Após explicação sobre as bases da CPTED e questionados sobre a importância desta teoria em matéria de segurança urbana, a maioria dos entrevistados (75%) considerou-a importante na segurança urbana, tendo ainda 37,5% se referido à mesma como uma teoria importante na prevenção. Mesmo com o desconhecimento da teoria, os entrevistados após terem conhecimento dos seus objetivos, aperceberam-se das suas potencialidades,

<sup>80</sup> Para informação mais detalhada poderá ser consultada a tabela n.º 20 do anexo J.

permitindo-lhes manifestar a sua opinião quanto à sua influência na prevenção e segurança urbana.

**Tabela 6 – Importância da CPTED na segurança urbana.**

| Segmentos das respostas                                   | Entrevistados |    |    |    |    |    |    |    | Percentagem (%) |
|---|---------------|----|----|----|----|----|----|----|-----------------|
|   | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 |                 |
| <b>Questão n. °2</b>                                      |               |    |    |    |    |    |    |    |                 |
| Segmento <b>A.2.1</b><br>(Importante na segurança urbana) | X             | X  | X  |    |    | X  | X  | X  | 75%             |
| Segmento <b>A.2.2</b><br>(Importante na prevenção)        |               |    | X  | X  | X  |    |    |    | 37,5%           |

No sentido de se obter a perceção das entidades locais sobre a configuração da Avenida Luísa Todi, foi colocada a questão se “*A estrutura da Avenida Luísa Todi proporciona a «vigilância informal» por parte dos seus utilizadores?*”, tendo 75% dos entrevistados referido que se trata de uma avenida ampla e aberta. Cerca de 37,5% afirmaram que proporciona a vigilância natural por parte dos seus utilizadores e 25% informaram que existe utilização e ocupação pelas pessoas. Foi possível perceber que os entrevistados são de opinião que devido à sua estrutura e atual ocupação do espaço, proporciona a vigilância natural.

**Tabela 7 – Vigilância natural na Avenida Luísa Todi.**

| Segmentos das respostas                                     | Entrevistados |    |    |    |    |    |    |    | Percentagem (%) |
|---|---------------|----|----|----|----|----|----|----|-----------------|
|   | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 |                 |
| <b>Questão n. °3</b>  |               |    |    |    |    |    |    |    |                 |
| Segmento <b>B.3.1</b><br>(Avenida ampla e aberta)           |               | X  |    | X  | X  | X  | X  | X  | 75%             |
| Segmento <b>B.3.2</b><br>(Proporciona a vigilância natural) | X             | X  | X  |    |    |    |    |    | 37,5%           |
| Segmento <b>B.3.3</b><br>(Utilizada pelas pessoas)          | X             | X  |    |    |    |    |    |    | 25%             |

Considerando que a manutenção representa um princípio importante para o funcionamento da CPTED, as entidades foram questionadas sobre as condições de conservação, verificando-se que 62,5% dos entrevistados afirmaram que a avenida se encontra bem mantida, apresentando um espaço agradável, e que houve a recuperação do

património público (37,5%), através da criação de espaços culturais e de lazer ao longo da Avenida Luísa Todi.

**Tabela 8** – Manutenção da Avenida Luísa Todi.

| Segmentos das respostas   | Entrevistados |    |    |    |    |    |    |    | Percentagem (%) |       |
|---|---------------|----|----|----|----|----|----|----|-----------------|-------|
|   | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 |                 |       |
| <b>Questão n. °4</b>  |               |    |    |    |    |    |    |    |                 |       |
| Segmento <b>B.4.1</b><br>(Património público foi requalificado)     | X             | X  |    |    | X  |    |    |    |                 | 37,5% |
| Segmento <b>B.4.2</b><br>(Avenida em boas condições de conservação) |               | X  | X  | X  | X  |    |    |    | X               | 62,5% |

A existência de atividades nos espaços públicos é considerado como um elemento importante para a segurança urbana, pelo que ao serem questionados se “*Foram criadas atividades para incentivar a utilização da Avenida pela população?*”, 75% consideraram que foram criadas estruturas ao longo da avenida para estimular a atratividade e a utilização do espaço, onde 50% referiram os diversos edifícios recuperados e a criação de quiosques com esplanadas ao longo da placa central. Por outro lado, os entrevistados também indicaram a importância da restauração e dos espaços de diversão noturna (25%), bem como o facto da avenida se encontrar a ser utilizada e ocupada pelas pessoas (25%).

**Tabela 9** – Atividades criadas no incentivo à utilização do espaço.

| Segmentos das respostas  | Entrevistados |    |    |    |    |    |    |    | Percentagem (%) |     |
|--|---------------|----|----|----|----|----|----|----|-----------------|-----|
|  | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 |                 |     |
| <b>Questão n. °5</b>   |               |    |    |    |    |    |    |    |                 |     |
| Segmento <b>B.3.3</b><br>(Existe utilização/ocupação pelas pessoas)                                      |               |    | X  |    | X  |    |    |    |                 | 25% |
| Segmento <b>B.4.1</b><br>(Património requalificado)  |               | X  |    |    |    |    |    | X  |                 | 50% |
| Segmento <b>B.5.1</b><br>(Foram criadas atividades para estimular a atratividade e utilização do espaço) | X             | X  | X  |    | X  | X  |    | X  |                 | 75% |
| Segmento <b>B.5.2</b><br>(Restauração e estabelecimentos noturnos atraem pessoas)                        |               |    | X  | X  |    |    |    |    |                 | 25% |

A iluminação adequada representa um fator de elevada importância para a segurança nos espaços públicos, tendo sido colocada a questão se “A iluminação na Avenida Luísa Todi é adequada?”, metade dos entrevistados, referem existirem locais onde a iluminação não se encontra adequada, principalmente no maior parque de estacionamento no final da avenida. No que respeita à obstrução da iluminação pelas copas das árvores, também 50% são de opinião que tal dificulta a visibilidade. No entanto, 37,5% dos entrevistados referiram que a iluminação foi reforçada.

**Tabela 10** – Condições de iluminação na Avenida Luísa Todi.

| Segmentos das respostas   | Entrevistados |    |    |    |    |    |    |    | Percentagem (%) |       |
|---|---------------|----|----|----|----|----|----|----|-----------------|-------|
|   | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 |                 |       |
| <b>Questão n. °6</b>  |               |    |    |    |    |    |    |    |                 |       |
| Segmento <b>B.6.1</b><br>(A iluminação foi reforçada)                 | X             | X  | X  |    |    |    |    |    |                 | 37,5% |
| Segmento <b>B.6.2</b><br>(Iluminação desadequada no principal parque) |               |    |    | X  | X  |    | X  | X  |                 | 50%   |
| Segmento <b>B.6.3</b><br>(Copas das árvores dificultam a iluminação)  |               | X  | X  | X  | X  |    |    |    |                 | 50%   |

O facto de a CPTED ser uma teoria multidisciplinar, procurou-se saber se houve preocupação dos planeadores em fazerem um levantamento das zonas mais vulneráveis, onde metade dos entrevistados (50%) afirmaram não terem conhecimento, enquanto 37,5% afirmaram não ter sido elaborado qualquer levantamento.

**Tabela 11** – Levantamento de vulnerabilidades durante o projeto de requalificação.

| Segmentos das respostas  | Entrevistados |    |    |    |    |    |    |    | Percentagem (%) |       |
|--|---------------|----|----|----|----|----|----|----|-----------------|-------|
|  | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 |                 |       |
| <b>Questão n. °7</b>   |               |    |    |    |    |    |    |    |                 |       |
| Segmento <b>C.7.1</b><br>(Não foi realizado nenhum levantamento) | X             |    |    |    | X  |    | X  |    |                 | 37,5% |
| Segmento <b>C.7.2</b><br>(Não tem conhecimento)                  |               | X  | X  | X  |    |    |    | X  |                 | 50%   |

A fim de se obter o contributo dos entrevistados sobre as estruturas que foram criadas na Avenida Luísa Todi os entrevistados foram questionados sobre “*Quais foram as estruturas criadas para diminuir as oportunidades para a ocorrência de crimes e incividades?*”, onde 62,5% afirmaram que a implantação de quiosques e esplanadas, contribuíram para existir uma maior ocupação da placa central e assim diminuir as oportunidades para os delinquentes. Também a questão do equipamento, a requalificação e o reordenamento do espaço são apontados por 50% dos entrevistados como potenciais estruturas para a redução de oportunidades para a ocorrência de crimes e incividades. A mesma percentagem, volta a referir que as atividades criadas na avenida estimulam a atratividade e a utilização do espaço.

**Tabela 12** – Criação de estruturas para a redução de oportunidades para o crime e incividades.

| Segmentos das respostas   | Entrevistados |    |    |    |    |    |    |    | Percentagem (%) |
|---|---------------|----|----|----|----|----|----|----|-----------------|
|   | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 |                 |
| <b>Questão n. °8</b>  |               |    |    |    |    |    |    |    |                 |
| Segmento <b>B.5.1</b><br>(Foram criadas atividades para estimular a atratividade e utilização do espaço)        | X             |    | X  |    |    |    |    |    | 50%             |
| Segmento <b>C.8.1</b><br>(Criados mais quiosques e esplanadas)  | X             | X  | X  |    | X  |    |    | X  | 62,5%           |
| Segmento <b>C.8.2</b><br>(Equipamento urbano, requalificação e ordenamento permitiram reduzir as oportunidades) |               | X  |    |    |    | X  |    |    | 50%             |

A CPTED é uma estratégia de prevenção criminal que deve ser integrada com outras estratégias de prevenção e não dispensa a intervenção das forças de segurança. Assim quando questionados sobre “*Qual a sua opinião sobre a atuação das forças de segurança na Avenida Luísa Todi?*”, metade dos entrevistados (50%) disseram que existe falta de presença policial e por sua vez a ausência de policiamento de proximidade. No entanto, 37,5% dos entrevistados, referiram exercer um esforço no policiamento de proximidade e orientado, consoante as necessidades e os problemas existentes em determinados locais.

**Tabela 13** – Atuação das forças de segurança na Avenida Luísa Todi.

| Segmentos das respostas   | Entrevistados |    |    |    |    |    |    |    | Percentagem (%) |
|---|---------------|----|----|----|----|----|----|----|-----------------|
|   | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 |                 |
| <b>Questão n. °9</b>  |               |    |    |    |    |    |    |    |                 |
| Segmento <b>C.9.1</b><br>(Falta de presença policial e policiamento de proximidade) | X             | X  |    |    |    |    | X  | X  | 50%             |
| Segmento <b>C.9.2</b><br>(Realizado policiamento direcionado e de proximidade)      |               |    |    | X  | X  | X  |    |    | 37,5%           |

As características sociais foram incluídas na segunda geração da CPTED. Neste sentido tornou-se importante recolher a perceção e opinião sobre o projeto de vigilância com recurso a reformados e idosos de Setúbal, onde metade dos entrevistados (50%) foram de opinião que a atuação dos patrulheiros contribui para proteger e manter o espaço. Também metade dos entrevistados manifestaram uma opinião positiva sobre o projeto em vigor na Avenida Luísa Todi.

**Tabela 14** – Opinião sobre o programa dos patrulheiros.

| Segmentos das respostas   | Entrevistados |    |    |    |    |    |    |    | Percentagem (%) |
|---|---------------|----|----|----|----|----|----|----|-----------------|
|   | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 |                 |
| <b>Questão n. °10</b>   |               |    |    |    |    |    |    |    |                 |
| Segmento <b>C.10.1</b><br>(Contribui para proteger e manter o espaço) |               | X  | X  |    | X  | X  |    |    | 50%             |
| Segmento <b>C.10.2</b><br>(Opinião sobre o projeto é positiva)        |               |    | X  | X  |    |    | X  | X  | 50%             |

A participação das forças de segurança nos projetos urbanísticos ou nos projetos de requalificação é apontada como um fator importante. Neste sentido colocou-se a questão se “*As forças de segurança foram auscultadas na elaboração do projeto de requalificação?*”, onde metade dos entrevistados disseram não terem conhecimento se foi solicitado algum parecer às forças de segurança. No entanto, 37,5% dos entrevistados afirmaram que não foi

solicitado um parecer às forças de segurança durante a elaboração do projeto de requalificação.

**Tabela 15** – Participação das forças de segurança no projeto de requalificação.

| Segmentos das respostas  | Entrevistados |    |    |    |    |    |    |    | Percentagem (%) |
|--|---------------|----|----|----|----|----|----|----|-----------------|
|  | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 |                 |
| <b>Questão n. °11</b>  |               |    |    |    |    |    |    |    |                 |
| Segmento <b>D.11.1</b><br>(As forças de segurança não foram auscultadas) | X             |    |    |    | X  |    | X  |    | 37,5%           |
| Segmento <b>D.11.2</b><br>(Não tem conhecimento)                         |               | X  | X  | X  |    |    |    | X  | 50%             |

A CPTED destina-se a todas as pessoas que utilizam os espaços públicos, procurando conferir segurança e bem-estar. De forma a recolher a opinião dos entrevistados nesta matéria, foram questionados se “*As obras de requalificação vieram conferir mais segurança aos seus utilizadores?*”, onde 87,5% afirmaram que as obras de requalificação na avenida vieram a conferir mais segurança às pessoas. Neste seguimento, 25% dos entrevistados relacionaram esse facto com a utilização e ocupação do espaço pelas pessoas, bem como as características existente na avenida, nomeadamente quanto aos amplos campos de visão (12,5%).

**Tabela 16** – A influência da requalificação nos utilizadores da Avenida Luísa Todt.

| Segmentos das respostas  | Entrevistados |    |    |    |    |    |    |    | Percentagem (%) |
|--|---------------|----|----|----|----|----|----|----|-----------------|
|  | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 |                 |
| <b>Questão n. °12</b>  |               |    |    |    |    |    |    |    |                 |
| Segmento <b>B.3.2</b><br>(Proporciona a vigilância natural)                        |               |    |    |    |    | X  |    |    | 12,5%           |
| Segmento <b>B.3.3</b><br>(Existe utilização/ocupação pelas pessoas)                |               |    | X  |    |    | X  |    |    | 25%             |
| Segmento <b>D.12.1</b><br>(Obras de requalificação vieram conferir mais segurança) | X             | X  | X  | X  | X  | X  |    | X  | 87,5%           |

O município de Setúbal está representado no Fórum Europeu para a Segurança Urbana e preside a Assembleia-geral do Fórum Português para a Prevenção e Segurança Urbana. Como tal, foi importante perceber em que medida aquela participação tem sido importante para a segurança urbana em Setúbal e na Avenida Luísa Todi. Neste caso 40% dos entrevistados afirmaram que a participação da autarquia nestes fóruns tem sido positiva e tem permitido a troca de experiências entre cidades, quer ao nível nacional, quer ao nível europeu. Importa referir, que esta questão só foi realizada a cinco dos oito entrevistados, em virtude das forças de segurança não terem assento nos fóruns.

**Tabela 17** – Importância da participação nos Fóruns de Segurança Urbana (Europeu e Nacional).

| Segmentos das respostas  | Entrevistados |    |    |    |    |    |    |    | Percentagem (%) |
|--|---------------|----|----|----|----|----|----|----|-----------------|
|  | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 |                 |
| <b>Questão n. °13</b>  |               |    |    |    |    |    |    |    |                 |
| Segmento <b>D.13.1</b><br>(Participação tem permitido trocar experiências entre cidades) |               | X  | X  |    |    |    |    |    | 40%             |

Além das estatísticas criminais, tornou-se necessário conhecer a opinião dos entrevistados sobre o impacto da requalificação da Avenida Luísa Todi na criminalidade, tendo a maioria dos entrevistados (75%), considerado que a requalificação teve impacto na criminalidade, depreendendo-se das ideias transmitidas que terá sido um impacto positivo.

**Tabela 18** – Impacto da requalificação da Avenida Luísa Todi na criminalidade.

| Segmentos das respostas  | Entrevistados |    |    |    |    |    |    |    | Percentagem (%) |
|--|---------------|----|----|----|----|----|----|----|-----------------|
|  | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 |                 |
| <b>Questão n. °14</b>  |               |    |    |    |    |    |    |    |                 |
| Segmento <b>E.14.1</b><br>(Requalificação teve impacto na criminalidade) | X             | X  | X  |    | X  | X  |    | X  | 75%             |

Por último, pretendeu-se conhecer a perceção sobre a evolução da criminalidade na cidade de Setúbal e na Avenida Luísa Todi, tendo a maioria dos entrevistados (75%), afirmado que a criminalidade manifestou uma tendência de diminuição. Metade dos entrevistados (50%) disse que diminuiu especialmente a criminalidade violenta e grave.

**Tabela 19** – Perceção sobre a evolução da criminalidade na cidade de Setúbal e Avenida Luísa Todi.

| Segmentos das respostas   | Entrevistados |    |    |    |    |    |    |    | Percentagem (%) |
|---|---------------|----|----|----|----|----|----|----|-----------------|
|   | E1            | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 |                 |
| <b>Questão n. °15</b>   |               |    |    |    |    |    |    |    |                 |
| Segmento <b>E.15.1</b><br>(Criminalidade tem manifestado tendência de diminuição) | X             |    | X  | X  | X  | X  |    | X  | 75%             |
| Segmento <b>E.15.2</b><br>(Criminalidade violenta e grave diminuiu)               |               | X  | X  | X  | X  |    |    |    | 50%             |

#### 6.4 Síntese conclusiva

A partir dos princípios da CPTED podem ser criadas estratégias para os diferentes espaços urbanos, desde os centros urbanos às zonas habitacionais e mesmo aos espaços verdes, tal como se encontra plasmado no Manual e Boas Práticas que tem servido de referência à elaboração deste estudo.

Cada estratégia poderá prever a aplicação de um ou mais princípios, pelo que quanto mais princípios estiverem aplicados em determinado espaço maior poderá ser a probabilidade dos mesmos contribuírem efetivamente para a redução das oportunidades para o cometimento de crimes naquele local.

Da observação realizada na Avenida Luísa Todi, verificámos que as obras de requalificação promoveram a implementação destes princípios, tendo-se comprovado a sua aplicação através da *check-list* constante no anexo G.

No que tange à criminalidade de rua na Avenida Luísa Todi, a mesma representa 54,8% da criminalidade participada naquela artéria, e os crimes com maior número de participações são o furto por carteirista, o furto em veículo motorizado, o roubo a pessoas exceto por esticção e o outro dano, representando 76,7 % do total da criminalidade de rua.

Por último, das entrevistas realizadas foi possível validar os conceitos da CPTED junto de entidades especialistas na área, bem como recolher a opinião das diversas entidades da cidade de Setúbal sobre a utilidade das obras de requalificação e as questões relacionadas com a segurança.

## **Capítulo 7 – Apresentação e discussão dos resultados**

Ao longo deste capítulo, serão apresentados e discutidos os resultados da análise da criminalidade participada e de rua, conforme os dados apresentados no capítulo anterior, bem como das entrevistas de aprofundamento.

Com base nos dados estatísticos apresenta-se também a análise aos locais onde ocorreram os crimes de rua mais relevantes na Avenida Luísa Todi, bem como a comparação da criminalidade na cidade de Setúbal e na respetiva avenida.

### **7.1 A criminalidade de rua na Avenida Luísa Todi**

Da análise à criminalidade de rua na Avenida Luísa Todi, no período de 2010 a 2014, o furto por carteirista manifestou uma tendência de diminuição, tendo ocorrido essencialmente durante o período diurno com o registo de 100 ocorrências, entre sexta-feira a domingo. O furto em veículo motorizado, registou igualmente uma diminuição, tendo ocorrido na sua maioria durante o período diurno, num total de 48 ocorrências, entre quarta-feira a sábado. O roubo a pessoas na via pública exceto por esticção, manifestou uma diminuição, tendo a maioria destes crimes ocorrido no período noturno com o registo de 53 ocorrências, entre quinta-feira a domingo. Por último, o crime de outro dano, que também manteve a tendência dos crimes em análise, ocorreu essencialmente no período noturno com 23 ocorrências, entre quinta-feira a domingo. Segundo informações colhidas junto da PSP de Setúbal, os autores dos crimes de roubos a pessoas na via pública e furtos em veículos motorizados, são na sua maioria jovens, de nacionalidade portuguesa e residentes em Setúbal. No que respeita ao furto por carteirista, os autores identificados têm idades superiores, entre os 27 e 49 anos, alguns de nacionalidade estrangeira, residentes em Setúbal e outros concelhos. No crime de outros danos, os autores identificados têm entre 21 e 65 anos, de nacionalidade portuguesa, sendo na sua maioria residentes em Setúbal.

Para permitir perceber onde ocorreram estes crimes, foi necessário recorrer à georreferenciação, utilizando para o efeito as coordenadas fornecidas pela Direção Nacional da PSP, embora só tenha sido possível obter esses dados quanto aos crimes ocorridos entre 2013 e 2014. O anexo I contém uma fotografia aérea da Avenida Luísa Todi, onde constam todos os crimes de rua georreferenciados. Os mesmos estão identificados através de pontos assinalados na referida figura, tendo para o efeito sido possível identificar três áreas onde existe concentração das ocorrências. Essas três áreas foram classificadas por zonas, correspondendo a Zona A ao parque de estacionamento no

final da Avenida Luísa Todi e toda a placa central até ao Largo José Afonso. A Zona B corresponde ao Mercado Municipal do Livramento e ao estabelecimento comercial do “Pingo Doce”. A Zona C corresponde à placa central e parque de estacionamento em frente ao Fórum Luísa Todi.

Na Zona A assinalada na figura n.º 10 no anexo I, ocorreram essencialmente os seguintes crimes de rua: - Furto em veículo motorizado; - Roubo a pessoas na via pública exceto por esticção; - Furto por carteirista; - Outro dano. Observou-se também que nesta zona existem locais com incivildades, principalmente junto das zonas de diversão noturna, na placa central onde a iluminação não é suficiente e em edifícios devolutos, conforme as fotografias n.º 37 a 46 do anexo B. Na Zona B releva-se o furto por carteirista e o furto em supermercado. Na Zona C, verifica-se a ocorrência de furto por carteirista e furto em veículo motorizado.

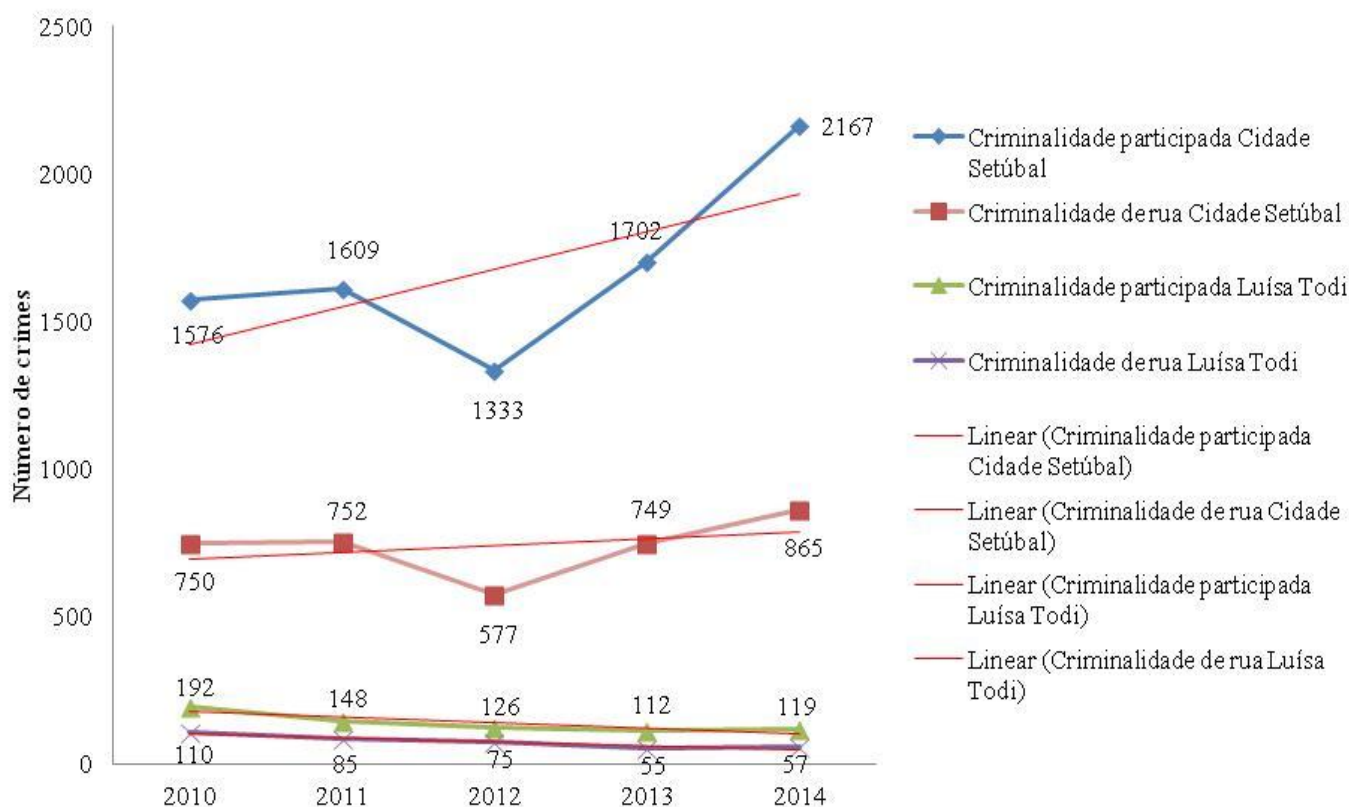
Tendo os crimes georreferenciados e identificadas as zonas onde os mesmos ocorreram, procedeu-se ao estudo desses locais, tendo para o efeito sido realizada uma reportagem fotográfica durante o período diurno e noturno (conforme o apêndice n.º 2 ao anexo I) e a observação direta tendo como referência os princípios da CPTED, conforme consta na tabela que se apresenta:

**Tabela 20** – Observação das zonas georreferenciadas à luz da CPTED.

| <b>Princípios CPTED</b>            | <b>Zonas</b> | <b>Caraterísticas observadas</b>   |
|------------------------------------|--------------|--|
| <b>Vigilância Natural</b>          | A            | A iluminação no interior do parque no final da avenida é insuficiente. Existem zonas escuras que não permitem a visibilidade do exterior. A vegetação é rasteira e a copa das árvores necessita de manutenção para permitir melhor iluminação. Na zona envolvente ao parque existem diversos estabelecimentos de diversão noturna. Na placa central existe muita arborização que pode dificultar a observação. |
| <b>Controlo Natural de Acessos</b> |              | A sinalética é adequada. O campo de visão é alargado em virtude do parque se situar ao meio da avenida. Existência também de arrumadores de veículos. Existem vários pontos de acesso aos parques com bons campos de visão.  |
| <b>Reforço Territorial</b>         |              | O parque encontra-se delimitado e os passeios públicos também. Os lugares de estacionamento encontram-se devidamente delimitados. Nos restantes parques de estacionamento, as áreas de estacionamento estão bem delimitadas e com lugares em espinha para os veículos.   |

|                                    |          |   |
|------------------------------------|----------|---|
| <b>Manutenção e Gestão</b>         |          | Inexistência de incivildades no interior do parque. Na zona pedonal contígua ao parque no final da avenida situada na placa central existem sinais de incivildades, nomeadamente grafitis. Existência de caixotes do lixo junto aos passeios. Ao longo da placa central e junto aos restantes parques as caixas da luz estão decoradas.   |
| <b>Vigilância Natural</b>          | <b>B</b> | As áreas envolventes do mercado municipal encontram-se bem iluminadas. A zona pedonal permite fluidez para a circulação dos peões. O estabelecimento “Pingo Doce” é um espaço com muito movimento de pessoas durante o período diurno que ali se deslocam para realizar compras. A visibilidade do exterior para o interior do parque de clientes é insuficiente. À noite não tem iluminação. |
| <b>Controlo Natural de Acessos</b> |          | A sinalética é adequada, existindo bons campos de visão. É possível observar do exterior para o interior do mercado e vice-versa. Existem várias entradas de acesso ao mercado.<br>A superfície comercial tem montras em vidro, permitindo a observação do interior e do exterior. Tem duas entradas principais devidamente identificadas.  |
| <b>Reforço Territorial</b>         |          | A área pública e privada encontra-se bem delimitada.<br>Espaço da área comercial devidamente delimitada e com parque de estacionamento para clientes.   |
| <b>Manutenção e Gestão</b>         |          | O Mercado Municipal encontra-se devidamente mantido, visto tratar-se de uma estrutura que foi requalificada recentemente.<br>O estabelecimento comercial está devidamente mantido e sem incivildades.   |
| <b>Vigilância Natural</b>          |          | Iluminação adequada. Vegetação rasteira e as copas das árvores permitem boa visibilidade. Zona pedonal junto parque de estacionamento. Na zona envolvente ao parque existem vários estabelecimentos comerciais, a partir dos quais é possível observar o espaço. Existência também de arrumadores de veículos.  |
| <b>Controlo Natural de Acessos</b> | <b>C</b> | A sinalética é adequada. O campo de visão é alargado em virtude do parque e a placa pedonal se situarem ao meio da avenida. O parque tem diversos acessos que permitem uma observação ampla dos mesmos.   |
| <b>Reforço Territorial</b>         |          | O parque encontra-se delimitado e os passeios públicos também. Existem áreas ajardinadas e com elementos artísticos no espaço envolvente.   |
| <b>Manutenção e Gestão</b>         |          | Espaço devidamente mantido, com ausência de incivildades. Caixotes do lixo junto às zonas pedonais. Caixas da luz decoradas.  |

Para sintetizar a análise da criminalidade na cidade de Setúbal, procedeu-se ainda à comparação da criminalidade participada e da criminalidade de rua na cidade de Setúbal e na Avenida Luísa Todi no período de 2010 a 2014. Desta comparação foi possível perceber que a criminalidade participada e de rua na cidade de Setúbal manifestaram uma tendência de aumento. Inversamente, a criminalidade participada e de rua na Avenida Luísa Todi manifestaram uma tendência de diminuição. O gráfico que se segue representa a comparação dos dois tipos de criminalidade na cidade de Setúbal e na Avenida Luísa Todi.



**Gráfico 8** – Comparação da criminalidade participada e de rua na cidade de Setúbal e na Avenida Luísa Todi.

Fonte: Direção Nacional da PSP.

## 7.2 Resultados das perceções das entidades locais

Das entrevistas foi possível verificar que a CPTED ainda não é do conhecimento de todos os entrevistados, embora admitam que se trata de um assunto do senso comum. Após terem conhecimento dos objetivos da teoria, acabaram por admitir que é uma matéria com importância na segurança urbana e na prevenção criminal.

A partir do conhecimento que os entrevistados detinham sobre a avenida, referiram a existência de amplos campos de visão e a ocupação do espaço pelas pessoas, proporcionam

a vigilância natural. A grande maioria dos entrevistados considerou também que se encontra em boas condições de manutenção, apresentando um espaço agradável onde o património público foi recuperado. Foi feito um esforço por parte da autarquia na requalificação do espaço urbano e na criação de atividades e estruturas, gerando a atratividade e a utilização pela população.

Na placa central foi destacada a criação de quiosques e esplanadas, bem como o reordenamento do espaço e a criação de estruturas culturais, permitindo desta forma a utilização pelas pessoas e a diminuição de oportunidades para a ocorrência de crimes e incivildades.

No que respeita à iluminação, foi apontada a necessidade de reforçar a iluminação ao longo da placa central e no principal parque de estacionamento, referindo ainda que as copas das árvores criam deficientes condições de iluminação.

Foi possível confirmar que durante a elaboração do projeto de requalificação da Avenida Luísa Todi não foi realizado um levantamento das zonas mais vulneráveis e que as forças de segurança não foram auscultadas na elaboração do projeto de requalificação. De referir que a maioria dos entrevistados desconhecia se tal tinha ocorrido.

De uma forma clara, os entrevistados admitiram que as obras de requalificação na avenida vieram conferir mais segurança aos seus utilizadores, não só pela melhoria do espaço, mas pelas estruturas criadas para atrair as pessoas àquele local.

Segundo a Câmara Municipal de Setúbal, a participação nos fóruns de segurança urbana tem permitido trocar experiências sobre boas práticas nas cidades europeias e nacionais, embora as forças de segurança não participem nesses espaços de reflexão.

A Câmara Municipal de Setúbal tem em curso um projeto de vigilância com recurso a reformados e idosos de Setúbal, designados por “patrulheiros”, permitindo desta forma o envolvimento ativo da população na proteção e conservação da Avenida Luísa Todi. Os entrevistados transmitiram uma opinião positiva sobre este projeto e afirmaram que o mesmo contribui para proteger e manter o espaço. Representa também uma preocupação social, visto que os voluntários para este tipo de serviço são idosos reformados, permitindo que desta forma se sintam úteis e prestem um serviço público à população.

No que respeita à criminalidade, a maioria dos entrevistados é de opinião que a requalificação teve um impacto positivo na criminalidade. Neste âmbito, disseram que a criminalidade em Setúbal tem vindo a diminuir.

### 7.3 Discussão dos resultados

Neste ponto pretende-se discutir os resultados obtidos no trabalho de campo realizado e relacioná-los com a base teórica da presente dissertação.

O presente estudo baseou-se na teoria da CPTED, que em síntese, se baseia no princípio de que a conceção e a utilização adequadas do espaço construído podem reduzir as oportunidades para comportamentos incitadores de insegurança, bem como para a redução do sentimento de insegurança. A partir de quatro princípios (Vigilância natural, Controlo Natural dos Acessos, Reforço Territorial e Manutenção e Gestão), podem ser delineadas estratégias para os espaços utilizados pelas pessoas.

Feito o enquadramento da teoria em análise, começaremos por discutir os resultados obtidos a partir da análise das estatísticas criminais. A evidência que se retira da análise da criminalidade participada e de rua na cidade de Setúbal e na Avenida Luísa Todi é que a criminalidade participada e de rua manifestaram uma tendência de diminuição na Avenida Luísa Todi e uma razão inversa na cidade de Setúbal (gráfico n.º 8). Tal poderá significar que a aplicação dos conceitos da CPTED na avenida terão exercido uma influência positiva sobre a delinquência, indo de encontro às bases da definição da CPTED. Evidentemente, que estes resultados não poderão ser vistos de uma forma isolada, dado que esta teoria é multidisciplinar e terá de ser conjugada com outras medidas de prevenção criminal.

Por outro lado, verifica-se que os crimes de rua que ocorreram mais frequentemente na Avenida Luísa Todi (Furto por carteirista, furto em veículo motorizado, roubo a pessoas na via pública exceto por esticção e o outro dano) tiveram uma maior frequência durante o final da semana e fim-de-semana. Por sua vez, o furto por carteirista ocorreu principalmente durante o período diurno e os restantes crimes durante o período noturno. Este padrão poderá ser explicado devido às atividades existentes, em virtude da restauração, as atividades culturais e o Mercado do Livramento terem uma maior afluência de pessoas durante o período diurno aos fins-de-semana, criando-se desta forma oportunidades para os delinquentes poderem atuar. Durante o período noturno e ao fim de semana, a avenida passa a ser frequentada maioritariamente por indivíduos jovens que se deslocam para as zonas de diversão noturna, podendo este facto ter influência na ocorrência dos restantes crimes.

Da observação realizada na Avenida Luísa Todi à luz dos princípios da CPTED, constatou-se que os mesmos se encontram aplicados embora exista uma concentração de crimes que ocorreram em zonas, conforme o constante na tabela n.º 20, onde existem

algumas falhas na sua aplicação. Daquilo que foi possível observar, a iluminação e a manutenção das copas das árvores são dois fatores importantes que poderão proporcionar oportunidades para a ocorrência de crimes, indo de encontro às recomendações da CPTED. Da referida observação, constatou-se também que as incivildades existentes na avenida estão concentradas nas zonas com iluminação menos adequada, em edifícios devolutos e junto das zonas de diversão noturna. Poderemos assim relacionar este quadro com as três teorias da prevenção situacional abordadas no Capítulo 2, visto que os crimes ocorrem consoante as oportunidades, as vulnerabilidades dos alvos e as características do espaço.

No que respeita às perceções das entidades locais, embora a teoria da CPTED não seja do conhecimento geral, as iniciativas realizadas pela Câmara Municipal de Setúbal e pela PSP, encontram-se em consonância com os princípios e estratégias abordados pela teoria. A aplicação dos princípios da CPTED parte também do senso comum e através da aplicação de boas práticas a nível nacional e europeu, ressaltando-se a importância dos fóruns de segurança urbana, que permitem a concretização de políticas de urbanismo e de segurança nos espaços públicos.

O programa dos “patrolheiros” representa uma medida social, a qual se relaciona com a 2ª geração da CPTED, sendo uma iniciativa original do Município de Setúbal e com um impacto positivo na população e na manutenção dos espaços públicos. Este programa proporciona a aplicação dos princípios da vigilância natural, manutenção e gestão, incutindo um sentimento de pertença do espaço público aos cidadãos, bem como a necessidade de o defender, aproximando-se das teorias defendidas por Newman e Crowe.

Verifica-se entretanto um vazio na formação na área da CPTED, a qual não foi desenvolvida por parte do Município em coordenação com as demais entidades com responsabilidades de segurança na Avenida Luísa Todi, sendo este um passo importante para a implementação da teoria em apreço, facto que também é partilhado por Neves e Silva nas entrevistas exploratórias realizadas.

Por último, as entidades locais referem que a criminalidade tem vindo a diminuir e manifestam um sentimento de segurança positivo, embora as estatísticas manifestem um ligeiro aumento na criminalidade participada e de rua na cidade de Setúbal. Por outro lado, foi possível perceber que os entrevistados manifestaram que a Avenida Luísa Todi é um local seguro, facto que pode ser explicado devido à requalificação, melhoramento e atratividade daquele espaço.

#### **7.4 Síntese conclusiva**

Da análise realizada aos dados fornecidos pela Direção Nacional da PSP, foi possível constatar que a criminalidade participada e de rua na cidade de Setúbal manifestaram uma tendência de aumento entre 2010 e 2014, enquanto na Avenida Luísa Todi estes tipos de crime diminuíram. Tal facto pode dever-se às manipulações do espaço em estudo, as quais proporcionaram a redução das oportunidades para a prática de crimes e de incivildades, influenciando desta forma também a motivação dos delinquentes face aos riscos e benefícios inerentes às práticas delituosas.

Entre os vários aspetos apurados das entrevistas de aprofundamento, destaca-se o facto da CPTED ainda ser desconhecida de muitos dos entrevistados, embora após conhecerem os seus objetivos admitam a sua utilidade. Por outro lado, todos reconhecem que a requalificação permitiu proporcionar um melhor espaço para os seus utilizadores, através da criação de atividades e estruturas que geraram atratividade naquela artéria da cidade. Reconhecem também algumas necessidades de reforço da iluminação e da manutenção dos espaços verdes ao longo da placa central.

Os entrevistados consideraram que o envolvimento ativo da população na vigilância através do programa dos patrulheiros é uma boa iniciativa, a qual contribui para a manutenção e prevenção criminal, bem como manifestaram na sua maioria que a criminalidade violenta e grave tem vindo a diminuir na cidade de Setúbal.

Importa ainda referir que o espaço por si só poderá não impedir a ocorrência de crimes, mas através da conjugação das várias estratégias da CPTED é possível evitar a ocorrência de comportamentos indesejáveis e criar um sentimento de pertença nos cidadãos, aumentando desta forma o sentimento de segurança.

## **Conclusões e Recomendações**

A parte final do presente estudo destina-se a apresentar as principais conclusões com base na teoria da CPTED e na investigação de campo. Iremos apresentar de forma sintética as conclusões retiradas ao longo do estudo, responder à questão central, às questões derivadas e apresentar as principais limitações e recomendações.

A realização da presente investigação pretendeu responder à questão central, isto é, se a requalificação urbanística da Avenida Luísa Todi, realizada no ano de 2008, teve impacto nos índices de criminalidade de rua. Para o efeito foi analisada a criminalidade participada em geral e aprofundada a criminalidade de rua, na qual foram considerados os crimes estudados pelo LNEC em 2007. No entanto a resposta à questão central será apresentada mais adiante, procurando-se para já responder às questões derivadas que foram consideradas anteriormente. Assim, podemos afirmar que os princípios da CPTED podem contribuir para existência de espaços urbanos mais seguros, o que é comprovado pelos estudos realizados por diversos autores referenciados ao longo deste trabalho. O desenho urbano tem influência na criminalidade e pode auxiliar a reduzir as oportunidades para a ocorrência de crimes. Os vários princípios e estratégias da CPTED permitem tornar os espaços urbanos mais seguros e influenciar a qualidade de vida dos cidadãos.

As oportunidades para a prática de crimes no meio urbano podem ser atenuadas ou reduzidas, se o espaço construído for pensado para as pessoas. Espaços vivenciados e ocupados pelos cidadãos podem dificultar as ações dos delinquentes, mostrando-se importante o envolvimento da população, para além das forças de segurança, na proteção dos espaços públicos. Quando falamos do espaço construído e na sua requalificação, estamos a falar da ocupação pelas pessoas, da recuperação do edificado e do espaço público, encontrando-se a questão da segurança sempre presente.

Os princípios da CPTED podem contribuir para a implementação de estratégias de prevenção criminal através da manipulação do espaço construído, tornando-o mais seguro e agradável, permitindo desta forma reduzir as oportunidades para a prática de crimes e aumentar o sentimento de segurança. Para o efeito, foi realçada a prevenção situacional, a qual incide sobre a situação, tentando influenciar os comportamentos indesejados ou ilícitos, bem como auxiliar as vítimas a lidar com o risco de vitimização. Neste âmbito, a articulação do espaço construído com as novas tecnologias poderá ser um fator preponderante na prevenção criminal e no reforço do sentimento de segurança.

A intervenção das forças de segurança no processo de planeamento urbano contribui seguramente para a segurança urbana, tal que o urbanismo e a segurança são áreas que devem ser conjugadas. As forças de segurança têm um papel preponderante, pois detêm o conhecimento do espaço e a capacidade de o observar continuamente no âmbito da sua missão. Torna-se importante a sua participação no processo urbanístico, a fim de poderem contribuir para a resolução antecipada dos problemas. Atualmente as forças de segurança continuam a ser apontadas como as principais entidades para a resolução do problema da criminalidade, mas nem todas as soluções passam pelo trabalho policial, sendo necessário o envolvimento ativo da população, de entidades públicas e privadas, para a prossecução de um bem público comum, a segurança.

Da observação efetuada na Avenida Luísa Todi e com base na verificação dos quesitos constantes no Manual de Boas Práticas da CPTED, considera-se que os princípios enunciados pela teoria estão implementados, mesmo que não tenham sido especificamente considerados no projeto de requalificação, tal como foi comprovado nas entrevistas realizadas. A avenida é um dos principais polos de atração da cidade e tem sido alvo de vários melhoramentos, quer através do programa Polis, quer com iniciativas e projetos implementados pela Câmara Municipal de Setúbal. O Município tem vindo a fazer um esforço para aproximar a cidade ao rio, através da requalificação dos espaços urbanos e da criação de atividades recreativas e culturais. A Câmara Municipal de Setúbal aprovou um programa especial, designado por Área de Reabilitação Urbana de Setúbal (ARU), com vista à redução de custos nas operações de restauro e estímulo do potencial de renovação das zonas mais antigas do concelho. Estas novas políticas de reabilitação urbana, resultantes da constatação da degradação das condições de habitabilidade e salubridade, da estética e de segurança dos edifícios no interior das cidades, tiveram como objetivo fomentar a celeridade das iniciativas de reabilitação e promover o investimento de particulares.

No que respeita à criminalidade participada, a nível nacional, distrital e do concelho, verifica-se uma tendência de diminuição principalmente após o ano de 2011. No distrito de Setúbal, a criminalidade de rua representa cerca de 75% da criminalidade participada entre 2005 e 2014, apresentando uma tendência de diminuição neste período. A cidade de Setúbal, registou um aumento da criminalidade participada desde 2010 a 2014, apresentando neste último ano um aumento da criminalidade participada em relação ao ano anterior. Quanto à criminalidade de rua na cidade de Setúbal, esta manifestou uma

---

tendência de aumento no período em análise, destacando-se o furto em veículo motorizado e de veículo motorizado, o furto em edifício comercial, o outro dano, o roubo a pessoas na via pública exceto por esticção, o roubo por esticção e o furto por carteirista.

Na Avenida Luísa Todi e durante o mesmo período, a criminalidade participada tem vindo a diminuir, o que acontece igualmente com a criminalidade de rua, destacando-se o furto por carteirista, o furto em veículo motorizado, o roubo na via pública exceto por esticção e o outro dano. Da comparação realizada entre a criminalidade participada e de rua na cidade de Setúbal e na Avenida Luísa Todi, concluiu-se que os dois tipos de crime na cidade manifestaram uma tendência de aumento, enquanto na Avenida Luísa Todi estes tipos de crime vieram a diminuir, facto que pode ser explicado devido à aplicação dos princípios da CPTED e de todo o conjunto de atividades criadas para a população.

Porém, as zonas assinaladas com maior número de ocorrências apresentam algumas falhas na aplicação dos princípios da CPTED. Através da observação direta do local em estudo e através da georreferenciação, verificou-se que a criminalidade de rua ocorreu nos locais onde se verificaram algumas falhas na aplicação dos princípios da CPTED, nomeadamente quanto às condições de iluminação, manutenção das copas das árvores, inexistência de atividades que promovam a ocupação daqueles espaços e em edifícios devolutos. Nestes locais verificou-se que existe uma iluminação pouco adequada, permitindo a existência de zonas escuras e parte da iluminação encontra-se obstruída pela copa das árvores, o que cria oportunidades para os delinquentes, nomeadamente quanto ao furto de e em veículo, o roubo a pessoas na via pública exceto por esticção e a vandalização do espaço.

Para mitigar os problemas existentes na avenida, para além de melhoramentos no espaço físico, continua a ser fundamental a atividade das forças de segurança. A segurança formal associada à CPTED poderá reduzir os principais crimes verificados, nomeadamente quanto ao furto por carteirista, furto em veículo motorizado, roubo a pessoas exceto por esticção e o outro dano. É ainda importante a adoção de medidas e estratégias de policiamento de proximidade e intervenção direcionada para os problemas específicos daquela artéria, bem como a coordenação de esforços entre as forças de segurança e os restantes entidades locais. Neste sentido, tais práticas poderão servir para diminuir a confiança dos criminosos e aumentar a dos cidadãos, as quais deverão ser consideradas nos processos de decisão e planeamento de infraestruturas naquele espaço.

A elaboração de um diagnóstico local de segurança, para análise da situação local em termos de delinquência, criminalidade, comportamentos antissociais e do sentimento de insegurança, poderia permitir um melhor conhecimento da realidade local, dos riscos e dos problemas em termos de segurança, e deste modo perceber quais os fatores que influenciam a criminalidade na cidade de Setúbal.

Os motivos que poderão explicar as oscilações da criminalidade estão dependentes de diversas variáveis, que encerram uma multiplicidade de fatores e toda uma imprevisibilidade, decorrente da mobilidade dos atores e das redes tentaculares que lhe estão associadas. A aplicação da teoria da prevenção criminal através do espaço construído depende muito do contexto, pelo que não existem soluções únicas e simplificadas, pois a teoria poderá funcionar num local e não ter o mesmo efeito noutros locais. Para o efeito, a presente teoria deverá ser adaptada de acordo com as particularidades de cada espaço.

Nas entrevistas realizadas confirmou-se através das respostas das entidades locais que o projeto de requalificação da Avenida Luísa Todi não considerou os aspetos relacionados com a segurança e que as forças de segurança não foram consultadas para a emissão de um parecer. Porquanto não existem dados concretos que permitam afirmar que as obras de requalificação na Avenida Luísa Todi diminuíram a criminalidade de rua, pois a criminalidade, tal como já referimos anteriormente, é um fenómeno complexo e não pode ser analisado de forma isolada. Podemos afirmar que a requalificação permitiu reduzir as oportunidades para os delinquentes, através da manipulação do espaço, tornando-o mais agradável e apelativo à utilização de todo um conjunto de atividades e serviços ao longo da Avenida Luísa Todi.

Foi possível confirmar que a teoria em apreço não é do conhecimento geral, mas praticamente todos os entrevistados emitiram opiniões sobre as condições da avenida e os princípios da CPTED, com base no senso comum e outros com base em conhecimentos adquiridos naquela área. Confirma-se através das entrevistas que a avenida sofreu alterações de fundo, tornando-a um espaço mais vivido, mais utilizado, gerando confiança na população. No que respeita à criminalidade, os entrevistados admitiram que as obras de requalificação poderão ter exercido influência na mesma, embora seja complexo aferir tais dados. Por último, é possível afirmar que a Câmara Municipal de Setúbal implementou medidas na Avenida Luísa Todi no âmbito da CPTED, factos comprovados através das entrevistas a responsáveis da Câmara e da verificação da *check-list* do Manual de Boas Práticas da CPTED.

---

Encontramo-nos então em condições de promover uma resposta à questão central deste estudo. Consideramos que um espaço cuidado, vivenciado, pensado para as pessoas, poderá diminuir as oportunidades para a ocorrência de crimes e incivildades. No caso da Avenida Luísa Todi, a partir de toda a análise que foi realizada, podemos afirmar que as obras de requalificação tiveram um impacto positivo na criminalidade de rua, em virtude dos índices mostrarem claramente uma tendência de diminuição dos crimes analisados. Fazendo a comparação da criminalidade de rua na avenida e na cidade de Setúbal, conseguimos perceber que naquela artéria ocorreu uma inversão da situação relativamente à cidade, pois enquanto na cidade manifestou uma tendência de aumento, na avenida a mesma veio a diminuir. Torna-se necessário conhecer todas as variáveis que possam contribuir para a ocorrência de crimes em determinado contexto. Certos crimes ocorrem porque simplesmente existiu uma oportunidade para a sua concretização e tal não significa que esteja correlacionado com o espaço físico. Estamos cientes que a Avenida Luísa Todi apresenta índices de criminalidade reduzidos, visto que a criminalidade de rua na Avenida Luísa Todi representa 10,3% da criminalidade de rua na cidade de Setúbal, e que os princípios da CPTED estão aplicados, factos que são partilhados pelos entrevistados e observáveis nos dados recolhidos. Uma situação que se verifica no local é que em termos de manutenção, existem poucos reparos a efetuar, enquanto em ruas contíguas ao local de estudo tal situação é exatamente a oposta. Demonstra-se desta forma que a aplicação dos princípios poderão contribuir para um espaço mais apresentável e seguro, potenciando a sua utilização, conservação e proteção, o qual irá também conferir um maior sentimento de segurança e de pertença aos seus utilizadores.

Em suma, a requalificação aliada a todas as restantes medidas tomadas pela Câmara Municipal de Setúbal, bem como a atuação das forças de segurança, nomeadamente a PSP, terão certamente exercido um impacto positivo nas questões relacionadas com a criminalidade de rua. Porém, as zonas assinaladas com maior número de ocorrências apresentam algumas falhas na aplicação dos princípios da CPTED. Nestes locais verificou-se que existe uma iluminação pouco adequada, permitindo a existência de zonas escuras e parte da iluminação encontra-se obstruída pela copa das árvores, o que cria oportunidades para os delinquentes, nomeadamente quanto ao furto de e em veículo e o roubo a pessoas na via pública. Por outro lado, o furto por carteirista regista-se maioritariamente nos locais com grande afluência de pessoas, como é o caso do Mercado do Livramento, facto que permite a dissimulação dos autores os crimes neste local. O roubo por esticção acontece

---

principalmente na placa central da avenida e tal pode dever-se aos locais com muita arborização e com pouca presença de pessoas. Desta forma, demonstra-se que caso os locais tivessem as condições adequadas de acordo com os princípios da CPTED, poderiam ser reduzidas as oportunidades para os delinquentes e certamente poderia ter impacto nos referidos crimes.

Outro ponto importante é o projeto de vigilância através de cidadãos reformados, designados por “patrolheiros”, o qual é apreciado pela população e simboliza o envolvimento ativo da população na proteção e manutenção do espaço. Embora não existam dados que permitam aferir a sua influência nas questões da prevenção criminal, tal iniciativa permite realizar um controlo social na avenida, mostrando-se também importante na manutenção e conservação do espaço.

Face ao exposto nos parágrafos anteriores, conclui-se que a manipulação/requalificação do espaço contribuem para a diminuição das oportunidades para a prática de comportamentos indesejados, exercendo influência sobre os potenciais delinquentes, os quais veem os riscos aumentados e os benefícios diminuídos. Neste sentido, a existência de espaços com os quais os cidadãos se identifiquem proporcionará a sua utilização, dificultando a sua ocupação, deterioração e ocorrência de comportamentos indesejáveis ou ilícitos.

No presente estudo tivemos uma limitação respeitante às estatísticas criminais, por não ter sido possível obter os dados da criminalidade na cidade e referida avenida no período compreendido entre 2005 e 2009, o que permitiria perceber a variação da criminalidade. No entanto, todos os entrevistados admitiram que a criminalidade tem vindo a diminuir na generalidade, especialmente a criminalidade violenta e grave. A outra limitação deveu-se ao facto do tempo disponível para a sua realização não ter permitido realizar um inquérito de rua aos comerciantes e aos residentes, a qual se tentou colmatar através de entrevistas às entidades representativas do comércio e serviços, à Câmara Municipal e à União de Freguesias de Setúbal.

Para finalizar passamos a apresentar algumas recomendações que provêm do estudo teórico e prático efetuado. Em primeiro lugar, apresentam-se recomendações a aplicar na avenida e em segundo lugar possíveis iniciativas para a aplicação da CPTED.

Recomenda-se a realização de uma avaliação das condições de iluminação na placa central da Avenida Luísa Todi. A partir da análise das entrevistas e da observação direta do local de estudo, vislumbra-se que existe necessidade de um reforço da iluminação,

propondo-se que seja utilizada luz branca, designada por “*led*”, a qual proporciona melhores condições de iluminação, evitando desta forma os locais com sombras. Deverá ser tido em especial atenção os parques de estacionamento ao longo da avenida, com especial enfoque no parque no final da mesma junto dos estabelecimentos de diversão noturna bem como em todas as principais zonas pedonais ao longo da placa central.

Sugere-se igualmente a melhoria na manutenção dos espaços verdes, nomeadamente das copas das árvores, que durante o período do verão tapam a iluminação e dificultam a iluminação natural da avenida, quer durante o dia, quer durante a noite.

Propõe-se a criação de atividades lúdicas ao longo da praça central, através da instalação de estações equipadas com materiais para a manutenção física, atendendo que toda a placa central se encontra inserida num percurso para a realização de atividades desportivas, o que proporcionaria mais ocupação dos espaços com menos atividades ao longo da placa central da Avenida Luísa Todi.

Considerando que o furto em interior de veículo motorizado é um dos crimes com maior número de ocorrências, recomenda-se a implementação de um sistema de videovigilância em todos os parques de estacionamento ao longo da avenida. Por outro lado, para mitigar o furto por carteirista no Mercado do Livramento, propõe-se a avaliação da implementação de um sistema de videovigilância naquele espaço e a necessidade de ser reforçada a segurança formal naquele local pela PSP ou por elementos de segurança privada.

No âmbito de atividades para promover a aplicação da CPTED, e pelo motivo da autarquia ter assento nos fóruns de segurança urbana, a nível nacional e europeu, propõe-se que seja equacionada a possibilidade da GNR e PSP serem convidadas a participar com um representante, possibilitando assim uma maior interação entre as forças de segurança e outras entidades envolvidas na segurança urbana.

No âmbito do Conselho Municipal de Segurança, a autarquia de Setúbal poderia iniciar um estudo para todo o concelho de Setúbal, a fim de estudar a criminalidade de rua e o espaço construído, de forma a promover melhoramentos em áreas problemáticas, com o contributo de todas as entidades que o integram.

No que respeita às forças de segurança em particular, recomenda-se que tanto o Comando-Geral da GNR, como a Direção Nacional da PSP, promovam a implementação de núcleos especializados na CPTED, os quais poderiam ser integrados no âmbito dos Programas Especiais, bem como a aposta na formação dos seus profissionais, através de

ações de formação e inclusão de módulos específicos nas Escolas de Formação. Importa também elaborar Diagnósticos Locais de Segurança, os quais permitirão perceber os fenómenos sociais e criminais da zona de ação de cada força de segurança. Revela-se de especial importância que as forças de segurança implementem sistemas de georreferenciação de toda a criminalidade, em virtude desta ferramenta proporcionar informação imprescindível ao nível da atividade policial. Trata-se de um meio importante para a implementação de medidas de polícia, para apoio da investigação criminal e para a área de informações policiais.

Por último, o Ministério da Administração Interna, deverá incentivar as medidas atrás referidas, propondo a sua inclusão na Lei de Política Criminal, para que a CPTED assumira uma maior dimensão nas forças de segurança e passe a ser encarada como uma estratégia de prevenção criminal. Recomenda-se também que Setúbal seja abrangido nos futuros CLS que o atual Governo prevê no seu programa, permitindo desta forma mitigar os problemas de segurança existentes.

## Bibliografia

### 1. Referências bibliográficas

Almeida, P. P., (2010). *A vitimização em Portugal: apresentação de dados de um estudo nacional*. In Jornadas de Segurança Interna, 1, Lisboa, 2010. Intervenções. Lisboa: Ministério da Administração Interna, 2010.

Alves, A. C., (2008). *Em busca de uma sociologia da polícia*. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.

Alves, A. C., (2010). *Introdução à Segurança*. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.

Angra, C., (2012). *A Criminologia – um arquipélago interdisciplinar*. Vol. 26. Universidade de Coimbra.

Atlas, R. I., (2008). *21st Century Security - Designing for Critical Infrastructure - Protection and Crime Prevention*. New York: CRC Press.

Baptista, J. J. M. (2015). *A Segurança no desenho urbano: uma abordagem CPTED*. Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre. Lisboa: Academia Militar

Bardin, L., (2000). *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70.

Brantingham, P. L. & Brantingham, P. J. (1993). *Nodes, paths and edges: Considerations on the complexity of crime and the physical environment*. Journal of Environmental Psychology, 13, pp.28-53.

Bryman, A., & Burgess, R. G. (2002). *Analyzing qualitative data*. 2.<sup>a</sup> ed. London: Taylor & Francis e-Library.

Bryman, A., (2012). *Social Research Methods*. 4.<sup>a</sup> ed. Oxford: Oxford University Press.

Carvalho, A. C. (2015). *A Segurança Urbana e o Desenho do Espaço Público: contributos para a prevenção do crime e de incivilidades*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Cerqueira, H. R. M. (2012). *A freguesia de campelo e a criminalidade de rua*. Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre. Lisboa: Academia Militar.

Clarke, R. V. (1999). *Reducing Opportunities for Crime*. USA.

Clemente, P., (2007). *As casas nascem vivem e morrem*. In: Valente, ed. *Urbanismo, Segurança e Lei - Tomo I*. Coimbra: Almedina, pp. 217-227.

Clemente, P., (2009). *O Olho D'Hórus: Segurança e Urbanismo*. In: Valente, ed. *Urbanismo, Segurança e Lei - Tomo II*. Coimbra: Almedina, pp. 121-127.

Cohen, L. & Felson, M. (1979). *Social change and crime rate trends: A routine activity approach*, *American Sociological Review*, n.º 44, pp. 588-607.

Colquhoun, I., (2004). *Design Out Crime: Creating Safe and Sustainable Communities*. Oxford: Architectural Press - Elsevier.

Cozens, P., (2005b). *Designing Out Crime: From Evidence to Action*, Sydney; Hotel Carlton Crest : Conferência subordinada ao tema - Delivering crime prevention : making the evidence work. 21-22 Novembro.

Cozens, P., Saville & Hillier, (2005a). *Crime prevention through environmental design (CPTED): a review and modern bibliography*. Emerald, n.º 5 (Property Management), pp. 328-356.

Crowe, T. D., (2000). *Crime Prevention Through Environmental Design: Applications of Architectural Design and Space Management Concepts*. 2ª ed. Reino Unido: Butterworth-Heinemann.

Dias, J. & Andrade, M., (1997). *Criminologia - O homem delinvente e a sociedade criminógena*. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora.

Direção-Geral da Administração Interna, (2009). *Manual de Diagnósticos Locais de Segurança - Uma Compilação de Normas e Práticas Internacionais*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.

Direção-Geral da Administração Interna, (2013). *CPTED – Prevenção Criminal Através do Espaço Construído – Guia de boas práticas*.

European Forum for Urban Security (2013). *Segurança, Democracia e Cidades: Manifesto de Aubervilliers e Saint-Denis*. França: Cloître Imprimeurs – Saint-Thonan.

Felson, M. & Clarke R., (1998), *Opportunity Makes the Thief: Practical theory for crime prevention*. Police Research Series Paper 98, Barry Webb Home Office, London.

Fennelly L., (2013). *Crime Prevention Through Environmental Design*. 3ª ed. Elsevier

Fernandes, D. F., (2010). *Urbanismo e Segurança Contributos da Concepção, Manutenção e Utilização do Espaço para a Prevenção Criminal. Uma abordagem ao bairro da Bela Vista, em Setúbal*. Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de

Mestre. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Fernandes, E. J., (1997). *Segurança e Sustentabilidade: Processos urbanos e criminalidade na cidade do Porto do século XX*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre, Porto: Universidade do Porto.

Fernandes, L. F., (2007). *Jacobs, Newman e C. Ray Jeffery. Contributos para a prevenção da Criminalidade*. In: Valente, ed. *Urbanismo, Segurança e Lei - Tomo I*. Coimbra: Almedina, pp. 33-60.

Ferrão, J., (2003). *Intervir na Cidade: Complexidade, Visão e Rumo*. In: Políticas Urbanas: Tendências, Estratégias e Oportunidades. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 218-225.

Ferreira, E., (2013). *Segurança e Prevenção da Criminalidade em Espaços Públicos: A dialética proativa entre o desenho e o uso seguro*, Faculdade de Arquitetura: Tese de Doutoramento em Urbanismo.

Freixo, M., (2011). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Instituto Piaget.

Giddens, A., (2007). *Sociologia*. Tradução de Figueiredo, A. et al. Sobral, J. (coord. e rev. cient.) 5.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gomes, P. V., (2007). *A prevenção criminal através do ordenamento do espaço urbano: subsídios para uma agenda nacional*. In: Valente, M. M. G., ed. *Urbanismo, Segurança e Lei - Tomo I*. Porto: Almedina, pp. 61-80.

Gouveia, J. B. (2015). *Segurança Humana*. In: Gouveia, J. B. & Santos, S. (coord.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Coimbra: Almedina, pp. 418-422.

Gouveia, J. B. (coord.), (2014). *Estudos de Direito e Segurança, Volume II*. Coimbra: Almedina.

Guerra, I. C. (2014). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncípia Editora, Lda.

Guerra, I., (2003). *Tensões do Urbanismo Quotidiano*. In: Políticas Urbanas: Tendências, Estratégias e Oportunidades. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 237-251.

Instituto de Estudos Superiores Militares (2014). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Lisboa.

Jacobs, J., (1961). *The Death and Life of Great American Cities*. Vintage Books: Nova Iorque.

Jeffery, C. R., (1971). *Crime Prevention through Environmental Design*. Califórnia, EUA, Sage Publications.

Leitão, J., (2000). *Sentimentos de insegurança*. Revista Polícia Portuguesa, n.º 125, II Série, Setembro/Outubro, pp. 2-13.

Lourenço, N., (2012). *Legitimidade e confiança nas polícias*. Revista do Ministério Público, Janeiro-Março, pp. 181-196.

Lourenço, N., (2013). *Globalização, Metropolização e Insegurança: América Latina e África*. Revista de Direito e Segurança, n.º1 janeiro-junho, pp. 87-116.

Lourenço, N., (2015a). *Criminalidade*. In Gouveia, J. B. & Santos, S. (coord.), Enciclopédia de Direito e Segurança. Coimbra: Almedina, pp. 87-94.

Lourenço, N., (2015b). *Estatísticas Criminais*. In Gouveia, J. B. & Santos, S. (coord.), Enciclopédia de Direito e Segurança. Coimbra: Almedina, pp. 197-200.

Lourenço, N., (2015c). *Sentimento de Insegurança*. In Gouveia, J. B. & Santos S. (coord.), Enciclopédia de Direito e Segurança. Coimbra: Almedina, pp. 443-444.

Lourenço, N., Lopes, A. F., Rodrigues, J. C., Costa, A., Silvério, P. (2015). *Segurança Horizonte 2025 - Um conceito estratégico de Segurança Interna*. Lisboa: Edições Colibri.

Machado, P., Álvaro, P., Craveiro, J., Santos, A., Leal, A., Guerra, R., Menezes, M., (2007a). *Metrópoles seguras: bases para uma intervenção multisectorial nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, Vol I. Relatório final*. I&D Edifícios.

Machado, P., Álvaro, P., Craveiro, J., Santos, A., Leal, A., Guerra, R., Menezes, M., (2007b). *Metrópoles seguras: bases para uma intervenção multisectorial nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, Vol II. Relatório final*. I&D Edifícios.

Monteiro, M. M., (2012). *O papel das Polícias Municipais na prevenção do crime*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Neme, C., (2005). *Violência e Segurança: Um olhar sobre a França e Brasil*. Revista de Sociologia e Política n.º 25 , pp. 123-137.

Neves, A. V., (2012). *A criminalidade de rua e o contexto*. Porto, s.n.

Newman, O., (1973). *Defensible Space: People and Design in the Violent City*. Architectural Press: Londres.

Newman, O., (1996). *Creating Defensible Space*, New Jersey: United States Department of Housing and Urban Development.

Oliveira, J. F., (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento - A emergência do policiamento de proximidade*. Coimbra: Almedina.

Pereira, M., (2007). *Setúbal, a Cidade e o Rio. Revalorizar a frente ribeirinha*. Lisboa: Cortegaça Farropas.

Poiars, N. C. L. B., (2009). *A adaptação das forças de segurança ao reordenamento do território - Breves reflexões*. In: Valente, ed. *Urbanismo, Segurança e Lei - Tomo II*. Coimbra: Almedina, pp. 97-107.

Politecnico di Milano, (2007). *Planning Urban Design and Management for Crime Prevention Handbook*. Brussels: European Commission Directorate-General Justice, Freedom and Security.

Quivy, R. & Campenhoudt, L., (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva.

Relatório Anual de Segurança Interna, (2009). Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.

Relatório Anual de Segurança Interna, (2010). Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.

Relatório Anual de Segurança Interna, (2011). Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.

Relatório Anual de Segurança Interna, (2012). Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.

Relatório Anual de Segurança Interna, (2013). Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.

Relatório Anual de Segurança Interna, (2014). Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.

Ribeiro, A. J., (2011). *Arquitetura e Urbanismo como factores de Segurança Pública: Crime Prevention through Environmental Design CPTED*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Schneider, R. & Kitchen, T., (2007). *Crime prevention and the built environment*. Oxon: Routledge.

Silva, C. V. S. P., (2014). *Segurança Urbana, A arquitetura ao serviço da diversidade: Olhares paralelos entre Portugal e o Brasil*. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa: Dissertação de Doutoramento em Arquitetura.

Silva, N. M. P., (2015). *Entre o Militar e o Policial. As reformas da Administração Pública*. Lisboa: Diário de Bordo.

Silva, N. M. P., (2010). *Cidadania e Segurança: Uma Análise Prospectiva*. I Congresso Nacional de Segurança e Defesa. Centro de Congressos de Lisboa, 24 e 25 de Junho de 2010. Lisboa: CCL.

United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), (2010). *Handbook on the Crime Prevention Guidelines: Making them Work*. New York: United Nations.

Valente, M. M. G., (2007). *A legislação urbanística: Lacuna da intervenção prévia das forças de segurança*. In: Valente, ed. *Urbanismo, Segurança e Lei - Tomo I*. Coimbra: Almedina, pp. 123-135.

Valente, M. M. G., (2009). *As Novas Tecnologias de Prevenção Criminal e o Urbanismo: O caso da videovigilância*. In: *Urbanismo, Segurança e Lei - Tomo II*. Coimbra: Almedina, pp. 39-58.

Valente, M. M. G., (2012). *Teoria Geral do Direito Policial*. 3ª ed. Coimbra: Almedina.

Vilelas, J., (2009). *Investigação: O Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

Welsh, B. & Farrington, D., (2009). *Making Public Places Safer: Surveillance and Crime Prevention*. Oxford: Oxford University Press.

Wilson, J.Q. & Kelling, G. (1982). *Broken Windows*. *Atlantic Monthly*.

## **2. Documentos oficiais**

Assembleia da República, (2005). *Constituição da República Portuguesa*. (Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de agosto – 7ª revisão constitucional), Lisboa: Diário da República.

Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de setembro (Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial).

Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro (Regime jurídico da urbanização e edificação).

Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro (Regula a utilização de câmaras de vídeo).

Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro (Reorganização administrativa do território das freguesias).

Lei n.º 56/2012 de 08 de novembro (Reorganização administrativa de Lisboa).

Lei n.º 9/2012, de 23 de fevereiro (Terceira alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, que regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum).

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, (1997). *Adoção de um conjunto de normas técnicas básicas de eliminação de barreiras arquitetónicas em edifícios públicos, equipamentos coletivos e via pública para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada* (Decreto-lei n.º 123/1997 de 22 de maio), Lisboa: Diário da República.

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, (2006). *Regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais*. (Decreto-lei n.º 163/2006 de 08 de agosto), Lisboa: Diário da República.

Ministério Público (2015). Diário da República, II Série. *Diretivas e Instruções Genéricas para Execução da Lei da Política*, pp. 36689 - 36691.

Município de Setúbal (2013). Diário da República, II Série: *Aviso n.º 8580/2013*, pp. 21261-21266.

### 3. Documentos eletrónicos

Association of Chief Police Officers (ACPO), (2015). *Secured by Design*. [Em linha] Disponível em: <http://www.securedbydesign.com/professionals/designing-out-crime.aspx> [Acedido em 03 de março de 2015].

Câmara Municipal de Setúbal. *Fórum de Segurança Urbana*. [Em linha] Disponível em: <http://www.mun-setubal.pt/pt/pagina/forum-de-seguranca-urbana/306> [Acedido em 24 de fevereiro de 2015].

Câmara Municipal de Setúbal. *Município Participado*. [Em linha] Disponível em: <http://www.mun-setubal.pt/pt/pagina/forum-de-seguranca-urbana/306> [Acedido em 10 de fevereiro de 2015].

Correio da Manhã, (2012). *Criminalidade violenta aumentou*. [Em linha] Disponível em: [http://www.cmjornal.xl.pt/cm\\_ao\\_minuto/detalhe/criminalidade-violenta-aumentou.html](http://www.cmjornal.xl.pt/cm_ao_minuto/detalhe/criminalidade-violenta-aumentou.html) [Acedido em 28 de outubro de 2015].

Cozens, P., (2008). *Crime Prevention Through Environmental Design in Western Australia: Planning for sustainable urban futures*. [Em linha] Disponível em: <http://www.witpress.com/elibrary/sdp-volumes/3/3/353> [Acedido em 13 de março de 2015].

Design Out Crime Association (DOCA), (1999). *Designing Out Crime Association*. [Em linha] Disponível em: <http://www.doca.org.uk/> [Acedido em 4 de março de 2015].

Design Out Crime, s.d. *Designing Out Crime*. [Em linha] Disponível em: <http://www.designingoutcrime.com/> [Acedido em 04 de março de 2015].

Designing Out Crime Association (2014). *E-DOCA*. Obtido em 02 de junho de 2015, de <http://www.veilig-ontwerp-beheer.nl/netwerk/e-doca/>.

Diário de Notícias, (2009). *Criminalidade mais elevada em Lisboa, Porto e Setúbal*. [Em linha] Disponível em: <http://www.dn.pt/portugal/interior/criminalidade-mais-elevada-em-lisboa-porto-e-setubal-1182444.html> [Acedido em 28 de outubro de 2015]

Direção Geral da Política de Justiça, (2015). *Estatísticas da Justiça*. [Em linha] Disponível em: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica> [Acedido em 11 de março de 2015].

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, (2009). *Governância e participação na gestão territorial*. [Em linha] Disponível em: [http://politicadecidades.dgotdu.pt/docs\\_ref/Documents/Pol%C3%ADtica%20de%20Cidades/S%C3%A9rie%20Pol%C3%ADtica%20de%20Cidades/serie\\_politica\\_de\\_cidades-5.pdf](http://politicadecidades.dgotdu.pt/docs_ref/Documents/Pol%C3%ADtica%20de%20Cidades/S%C3%A9rie%20Pol%C3%ADtica%20de%20Cidades/serie_politica_de_cidades-5.pdf) [Acedido em 25 de fevereiro de 2015].

Direção Geral do Território, (2015). *Ordenamento do Território e Cidades*. [Em linha]. Disponível em [http://www.dgterritorio.pt/ordenamento\\_e\\_cidades/projetos\\_em\\_curso/reforma\\_do\\_quadro\\_legal\\_ot\\_u/lei\\_de\\_bases\\_da\\_politica\\_de\\_solos\\_de\\_ot\\_urbanismo/apresentacao/](http://www.dgterritorio.pt/ordenamento_e_cidades/projetos_em_curso/reforma_do_quadro_legal_ot_u/lei_de_bases_da_politica_de_solos_de_ot_urbanismo/apresentacao/). [Acedido em 25 de fevereiro de 2015].

Esri Portugal - Sistemas e Informação Geográfica, (2013). [Em linha] Disponível em: <http://www.esriportugal.pt/> [Acedido em 19 de fevereiro de 2015].

Europeias, C. d. C., s.d. *EUR-Lex*. [Em linha] Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52004DC0165> [Acedido em 26 de fevereiro de 2015].

Governo de Portugal, (2015). *Programa do XXI Governo*. [Em linha] Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/prog-gc21/20151127-programa.aspx> [Acedido em 15 de dezembro de 2015].

Le vif/L'Express, (2015). *Dix villes sûres pour voyager seul(e)*. [Em linha] Disponível em: <http://weekend.levif.be/lifestyle/voyage/dix-villes-sures-pour-voyager-seul-e-en-images/diaporama-normal-363365.html> [Acedido em 29 de junho de 2015].

Ministério da Agricultura e do Ordenamento do Território, (2015). *Portal da Política das Cidades*. [Em linha] Disponível em: <http://politicadecidades.dgotdu.pt/polis/o%20que%20C3%A9/Paginas/default.aspx> [Acedido em 23 de fevereiro de 2015].

Ministério da Justiça, (2015). *CITIUS. Leis Criminais, de Processo Criminal e Prisionais*. [Em linha] Disponível em: <https://www.citius.mj.pt/portal/consultas/LeisJustica.aspx> [Acedido em 09 março de 2015].

Office of Crime Prevention (s.d.). *What is Designing Out Crime?* [Em linha] Disponível em: <http://goodbyegraffiti.wa.gov.au/wp-content/uploads/What-is-Designing-Out-Crime.pdf> [Acedido em 02 de setembro de 2015].

Porto Editora, (2003-2015). *Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Setúbal*. [Em linha] Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$setubal](http://www.infopedia.pt/$setubal) [Acedido em 06 de março 2015].

Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna Interna, (2014). *Sistemas de Informação*. [Em linha] Disponível em: <http://www.sg.mai.gov.pt/Tecnologias/SistemasInformacao/Paginas/default.aspx> [Acedido em 08 março de 2015].

Setúbal na Rede, (2015). *Setúbal: Área de Reabilitação Urbana – alteração de limites*. [Em linha] Disponível em: <http://setubalnarede.pt/breves/setubal-area-de-reabilitacao-urbana-alteracao-de-limites-6998/> [Acedido em 25 agosto de 2015].



# **Anexo A**

Fotografia aérea da Av. Luísa Todi



Figura 5 – Fotografia aérea da Avenida Luísa Todi. Fonte: Google Earth.



# **Anexo B**

Reportagem fotográfica de pormenor da Av. Luísa Todi

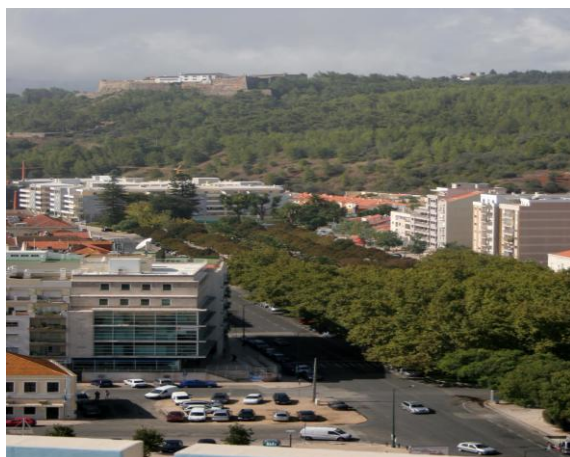
## 1. Avenida Luísa Todi antes da requalificação (ano de 2007)<sup>81</sup>



1



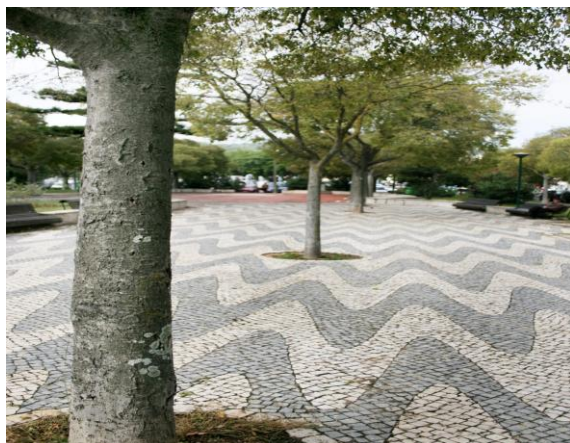
2



3



4



5



6

Figura 6 (1 a 6) – Vista geral da avenida, zonas verdes e pedonais, 2007.

<sup>81</sup> Imagens cedidas pela Divisão de Comunicação e Imagem da Câmara Municipal de Setúbal.



7



8



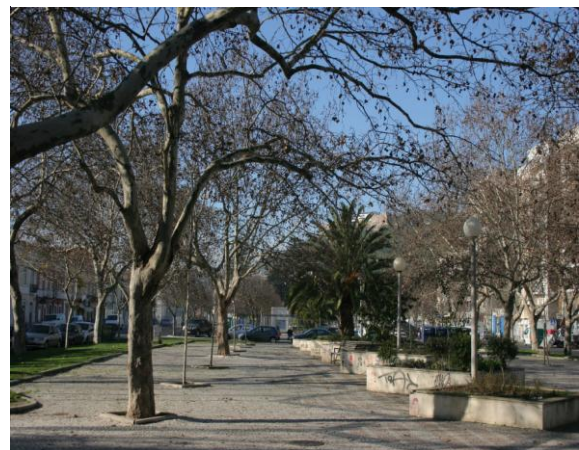
9



10



11



12

**Figura 7 (7 a 12) – Zonas pedonais e parques de estacionamento, 2007.**

## 2. As obras de requalificação (ano de 2008)<sup>82</sup>



13



14



15



16



17



18

**Figura 8 (13 a 18) –Obras de requalificação em toda a extensão da Avenida Luísa Todi, 2008.**

<sup>82</sup> Imagens cedidas pela Divisão de Comunicação e Imagem da Câmara Municipal de Setúbal.

### 3. Avenida Luísa Todi após as obras de requalificação (atualidade)<sup>83</sup>



19



20



21



22



23



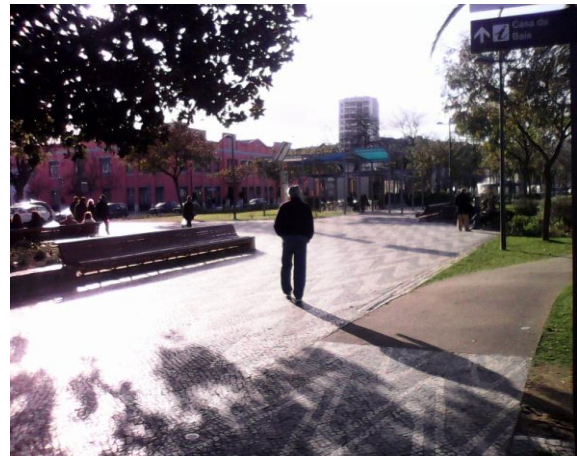
24

**Figura 9 (19 a 24) – Vias de circulação automóvel, zonas pedonais e parques de estacionamento, 2015.**

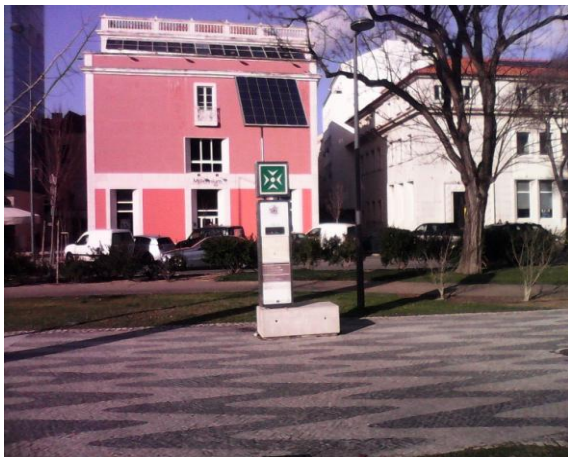
<sup>83</sup> Imagens de autoria própria.



25



26



27



28



29



30

**Figura 10 (25 a 30) – Zonas de lazer, pontos de encontro e ciclovias, 2015.**



31



32



33



34



35



36

Figura 11 (31 a 36) – Monumentos e sinalética, 2015.



37



38



39



40



41



42

Figura 12 (37 a 42) - Áreas degradadas, incivildades e falta de manutenção, 2015.



43



44



45



46



47



48

Figura 13 (43 a 48) – Áreas degradadas e falta de manutenção, 2015.



49



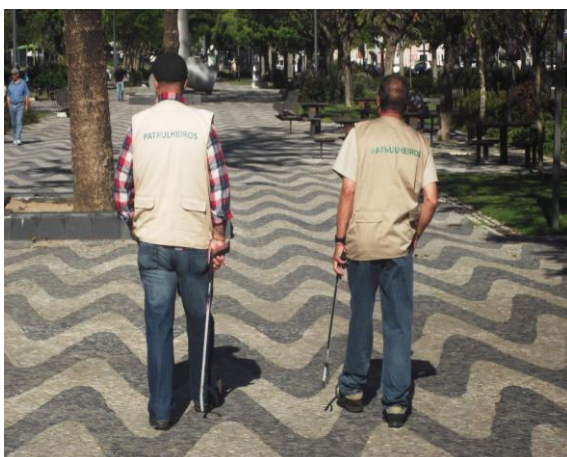
50



51



52



53



54

Figura 14 (49 a 54) – Manutenção, atividades e programa de vigilância através de reformados, 2015.



# Anexo C

## Ocupação do edificado

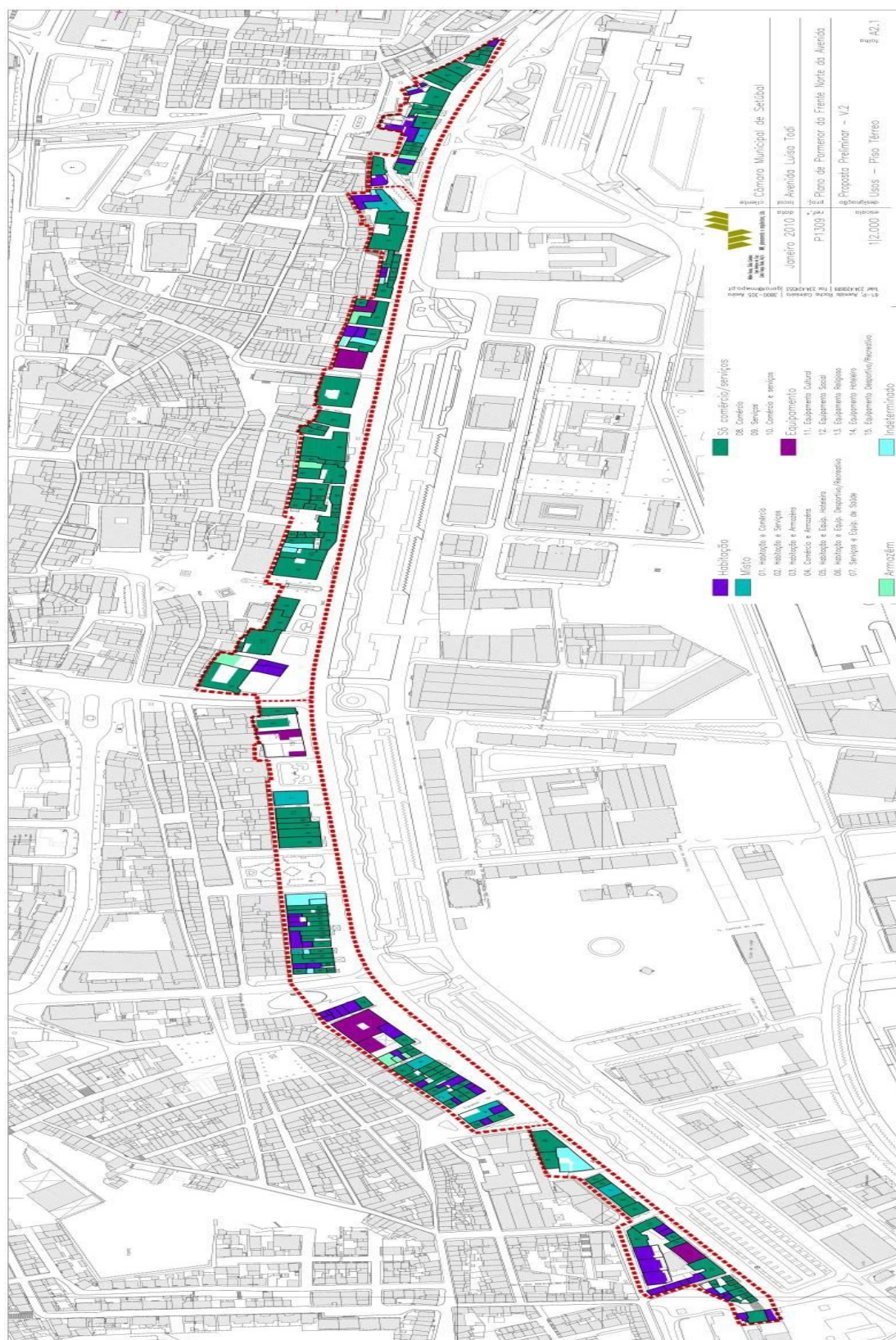


Figura 15 – Ocupação do edificado na Avenida Luísa Todi. Fonte: Câmara Municipal de Setúbal.



# Anexo D

Uso de pisos térreos



**Figura 16** – Uso de pisos térreos na Avenida Luísa Todi. Fonte: Câmara Municipal de Setúbal.



# Anexo E

## Ordenamento

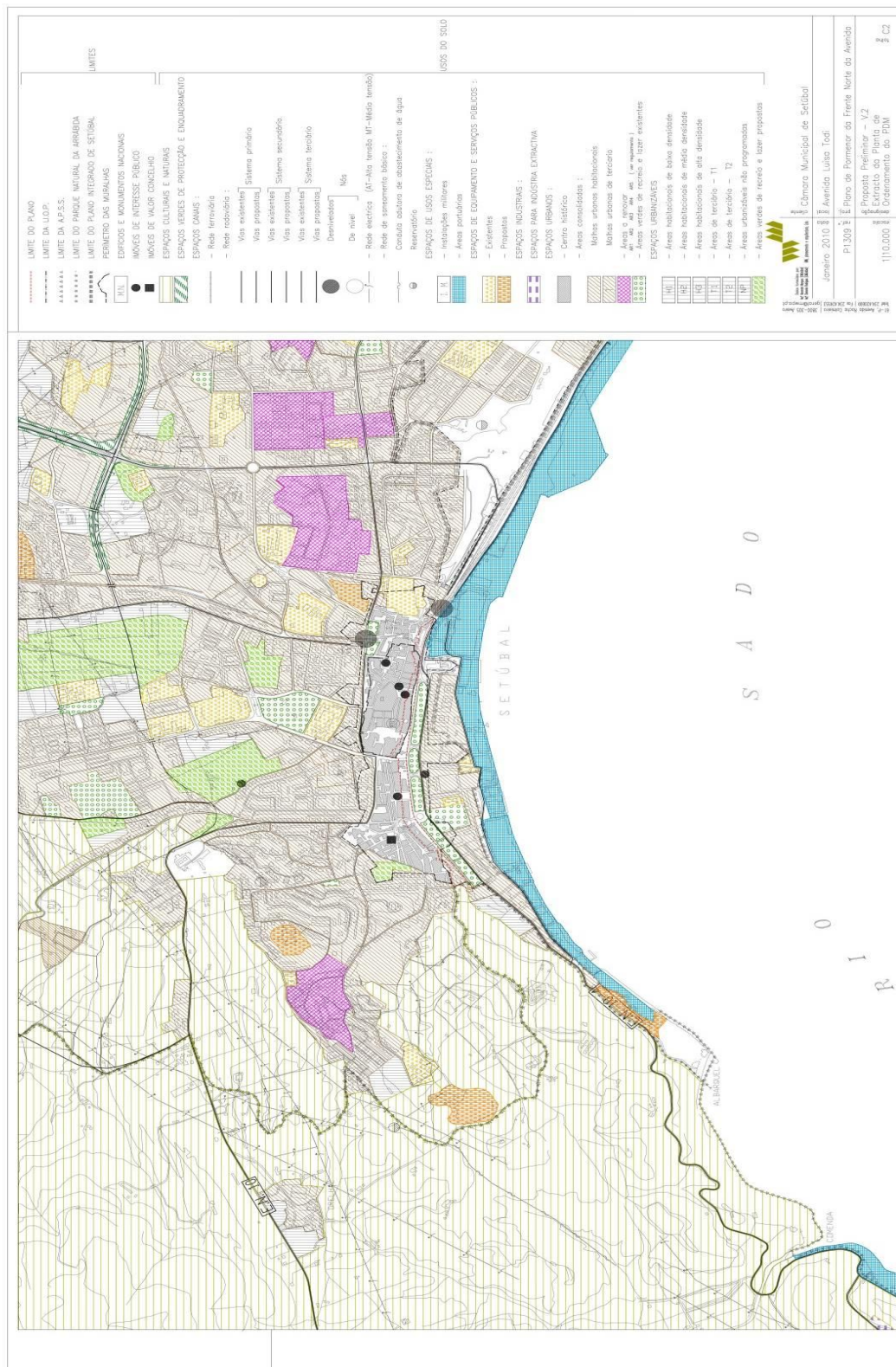


Figura 17 – Ordenamento da cidade de Setúbal. Fonte: Câmara Municipal de Setúbal.



# **Anexo F**

Plano de atuação da Câmara Municipal de Setúbal



Figura 18 – Plano de atuação na Avenida Luísa Todi. Fonte: Câmara Municipal de Setúbal.



# Anexo G

Soluções da CPTED na Avenida Luísa Todi – *Check-List*

Apresentadas as possíveis estratégias da CPTED no espaço urbano no Capítulo 6, foi avaliada a Avenida Luísa Todi em Setúbal, utilizando para o efeito uma *checklist* com a integração dos quesitos constantes nos anexos A, B e C do Manual de Boas Práticas, para verificar se a referida artéria obedece aos requisitos enunciados neste trabalho.

**Tabela 21** – *Check-list* aplicada na Avenida Luísa Todi.

| <b>Check-list aplicada na Avenida Luísa Todi</b>  |                    |     |   |
|---|--------------------|-----|---|
| <b>Estratégia</b>   | <b>Verificação</b> |     | <b>Observações</b>  |
|   | Sim                | Não |   |
| <b>1. Ampliação dos campos de visão</b>   |                    |     |   |
| As esquinas com oportunidades de criar um efeito surpresa por parte dos delinquentes podem ser modificadas ou requalificadas?                                 | x                  |     |   |
| O <i>design</i> permite amplos campos de visão nas áreas desejadas?   | x                  |     | A avenida proporciona amplos campos de visão em toda a sua extensão.  |
| Os locais de maior preocupação como escadas, entradas (receções) ou edifícios altos têm campos de visão amplos?   | x                  |     |   |
| Se os campos de visão estiverem obstruídos, é possível proceder-se à instalação de materiais transparentes ou mesmo espelhos, bem como câmaras de vigilância? | x                  |     |   |
| O <i>design</i> possibilita que o crescimento da vegetação impeça futuramente a visibilidade ou um amplo campo de visão?                                      |                    | x   | A copa das árvores durante o verão diminui a qualidade da iluminação, gerando zonas com sobras. A vegetação existente é rasteira. |
| Os acessos às áreas mais vulneráveis como passagens subterrâneas ou parques de estacionamento têm amplos campos de visão?                                     | x                  |     |   |
| Os equipamentos ao longo da rua promovem e reforçam atividades que fomentem o uso pedonal?  | x                  |     | Os passeios laterais são largos e a placa central permite a sua utilização para a realização de atividades ao ar livre.           |
| Existe visibilidade no ambiente pedonal?  | x                  |     |   |
| O desenho de passeios permite boa visibilidade à volta de esquinas acentuadas?  | x                  |     |   |
| A vigilância natural é promovida pela criação de oportunidades para atividades pedonais?  | x                  |     | Realizam-se semanalmente diversas atividades na avenida, nomeadamente a feira do livro e a feira de velharias.                    |
| <b>2. Iluminação adequada</b>   |                    |     |   |
| É necessária iluminação mesmo nos percursos ou locais que não são frequentados à noite?   |                    | x   |   |

|  |   |   |  |
|--|---|---|--|
| As condições de iluminação permitem que uma pessoa reconheça outra a uma distância de 10 metros?   | x |   | A avenida tem uma iluminação adequada e tem sido reforçada em alguns locais ao longo da placa central.   |
| A iluminação fornece uma visibilidade uniforme e reduz o contraste entre as áreas iluminadas e com sombras?  |   | x | O facto da utilização da luz amarela faz com que se verifiquem locais com sombras.   |
| A luminosidade é demasiado brilhante ao ponto de perder a sua eficácia?  |   | x |  |
| Os dispositivos de iluminação fornecem a visibilidade ideal para os percursos pedonais e para as zonas de maior insegurança?                             |   | x | Não se pode afirmar que forneçam a visibilidade ideal. Existem zonas com necessidade de melhoramentos.   |
| A iluminação ao nível pedonal é adequada para o usufruto dos percursos?  | x |   | É adequada, mas necessita de ser reforçada.  |
| Os dispositivos de iluminação estão protegidos contra o vandalismo ou são concebidos com materiais resistentes ao vandalismo?                            |   | x | Não estão protegidos contra o vandalismo mas foram concebidos com materiais resistentes a essas práticas.  |
| A iluminação utilizada durante a noite é adequada, por exemplo nos parques de estacionamento, junto aos edifícios habitacionais?                         |   | x | No principal parque de estacionamento a iluminação encontra-se obstruída pela copa das árvores, existindo locais com fraca iluminação.                                       |
| A iluminação nas traseiras das habitações é obrigatória/existente?   | x |   |  |
| <b>3. Locais recônditos ou isolados</b>  |   |   |  |
| Os caminhos pedonais isolados como passagens aéreas ou subterrâneas, podem ser eliminados?   | x |   | Não existem ao longo da avenida.   |
| As zonas vulneráveis estão entre 50 a 100 metros (do fim) de um percurso isolado ou recôndito?   | x |   | Não existem ao longo da avenida.   |
| Existe um percurso alternativo que evite passar por estes locais vulneráveis?  | x |   | A avenida proporciona diversos percursos devidamente iluminados.   |
| Se um frequentador do espaço não conseguir ver o fim de um percurso isolado ou recôndito, pode ser melhorada a vigilância natural através da iluminação? | x |   | A iluminação tem sido reforçada ao longo da avenida de forma a evitar zonas escuras.   |
| O percurso isolado ou recôndito encontra-se uniformemente iluminado?   | x |   | Não existem ao longo da avenida.   |
| Existe vigilância natural proporcionada por pessoas ou pelas atividades que resultam da variedade de utilização do espaço?                               | x |   | Ao longo de toda a avenida existem esplanadas dos restaurantes, quiosques, espaços comerciais na placa central e locais de lazer.  |
| Existe vigilância formal (forças de segurança/outra)?  | x |   | Na avenida encontra-se o Comando Distrital e a 1. <sup>a</sup> Esquadra da PSP de Setúbal.   |
| A informação sobre localização dos alarmes, telefones de emergência e sinalética em geral, está acessível?   | x |   | A avenida é servida de sinalética adequada. Ao longo da avenida existem pontos de encontro com possibilidade de ligação à central de protecção civil em casos de emergência. |

| <b>4. Zonas vulneráveis / perigosas / inseguras</b>   |   |   |  |
|---|---|---|--|
| Existe alguma área vulnerável e esta pode ser eliminada?  | x |   | A zona mais vulnerável foi verificada no principal parque de estacionamento e as condições podem ser melhoradas.   |
| As áreas vulneráveis podem ser encerradas após o período de utilização?   |   | x | O parque é ao ar livre e encontra-se permanentemente aberto ao público.  |
| A área vulnerável está visível através de vigilância formal ou natural?   | x |   | A área é patrulhada pela PSP, pelos patrulheiros e rodeada de estabelecimentos de diversão noturna.  |
| O <i>design</i> contemplou a utilização de percursos alternativos?  | x |   | Ao longo da avenida existem várias opções para os peões.   |
| <b>5. Parques de estacionamento</b>   |   |   |  |
| As linhas de visão ao nível do solo estão livres de vegetação densa, cercas sólidas e painéis de anúncios que bloqueiam a visibilidade?   | x |   |  |
| As linhas de visão são amplas?  | x |   |  |
| Nos estacionamentos ao longo das vias na frente de lojas, existem pequenas cercas de ferro forjado (não mais de 1 metro de altura), balizadores e arbustos de baixo crescimento e pouca manutenção? | x |   |  |
| Estão iluminados de forma a possibilitar a identificação do rosto de outros a uma distância de 10 metros?   |   | x | O principal parque de estacionamento tem fracas condições de iluminação. As copas das árvores tapam a iluminação e existe dificuldade em identificar pessoas que estejam nessas zonas escuras. |
| Os elementos de iluminação estão protegidos contra a destruição?  |   | x |  |
| A iluminação sobre superfícies de parques de estacionamento é adequada e uniformemente distribuída para evitar sombras?   | x |   | Na generalidade sim, com a exceção acima identificada.   |
| Os edifícios adjacentes têm janelas e outras aberturas?   | x |   |  |
| Foram integradas atividades pedonais ao nível da rua?   | x |   | Além das zonas de lazer com bancos de jardim, existem pequenos estabelecimentos na placa central, quiosques e feiras semanais.   |
| Conseguem ser vistos a partir de lojas ou por residentes?   | x |   |  |
| <b>6. Paragens de transportes públicos</b>  |   |   |  |
| Os passageiros dos transportes públicos são, tanto quanto possível, bem visíveis a partir da rua e de edifícios.  | x |   | As paragens são feitas de material transparente e não têm obstáculos à observação.   |
| A publicidade nestes locais garante a visibilidade dos passageiros?   | x |   |  |
| Existe informação disponível relativamente a horários dos meios de transporte?  | x |   |  |
| Existem paragens de autocarro ou de táxi perto de áreas isoladas?   |   | x |  |

|   |   |   |   |
|---|---|---|---|
| O desenho das paragens assegura que não existe nenhum espaço escondido no interior ou no exterior das mesmas?   | x |   |   |
| São utilizados encostos em vez de bancos para evitar que a utilização indevida do espaço?   |   | x |   |
| Os materiais de construção e acabamentos são antivandalismo?  | x |   |   |
| As áreas adjacentes às paragens de autocarro ou táxi são bem iluminadas?  | x |   |   |
| Encontram-se em bom estado de manutenção?   | x |   |   |
| As paragens estão numeradas?  | x |   |   |
| Existem contactos afixados para reportar problemas de manutenção?   |   | x | Apenas existem os contactos normais da empresa de transporte.   |
| <b>7. Isolamento</b>  |   |   |   |
| O <i>design</i> contempla vigilância natural?   | x |   |   |
| As áreas inseguras como percursos isolados e parques de estacionamento permitem vigilância natural?   | x |   |   |
| Na inexistência de vigilância natural estão acessíveis alarmes, telefones de emergência, ou outras formas de pedido de auxílio?                                 | x |   | Como já foi referido, existe um sistema de protecção civil espalhado ao longo da avenida, através de pontos de encontro, que permitem a comunicação com uma central em caso de necessidade.                     |
| São desenvolvidas atividades compatíveis com o objetivo de aumentar a utilização do espaço?   | x |   | Feiras semanais, requalificação de espaços culturais e de usufruto pelo público, tais como: O Fórum Luísa Todi, a Casa da Baía, a Casa da Cultura, o anfiteatro do Largo José Afonso e o Mercado do Livramento. |
| <b>8. Uso misto</b>   |   |   |   |
| Os diferentes usos do espaço são compatíveis?   | x |   |   |
| Os usos dos espaços com maior probabilidade de situações de insegurança (bares, pubs, discotecas), podem ser localizados onde os impactes sejam mais reduzidos? | x |   | Encontram-se localizados na extremidade da avenida, onde o número de residentes é diminuto.   |
| O uso misto variado, tais como cafés de rua, quiosques, entretenimento de rua e vendedores ambulantes que geram atividades pedonais estão incluídos?            | x |   | Já referido em pontos anteriores.   |
| <b>9. Geradores de atividades</b>   |   |   |   |
| Podem ser providenciados os usos complementares que promovam a vigilância natural?  | x |   |   |
| O <i>design</i> proporciona o desenvolvimento de usos complementares?   | x |   |   |
| O <i>design</i> contribui para reforçar as atividades?  | x |   |   |

|   |   |   |   |
|---|---|---|---|
| A área possibilita ou contribui para o desenvolvimento de eventos e atividades variadas?  | x |   |   |
| Os usos comerciais e de recreio no período noturno, têm presença ativa ao nível da rua?   | x |   | Principalmente na restauração e estabelecimentos de diversão noturna.   |
| As variadas funções do espaço apoiam a atividade pretendida no mesmo?   | x |   |   |
| O <i>design</i> (ao nível da superfície/solo) está em conformidade com o objetivo daquele espaço?   | x |   |   |
| As áreas podem ser concebidas de forma a facilitar um aumento das atividades?   | x |   |   |
| Existem atividades culturais e de entretenimento?   | x |   |   |
| O <i>design</i> permite o reforço territorial?  | x |   |   |
| O <i>design</i> contempla uma fácil manutenção?   |   | x | A manutenção da vasta área arborizada ao longo da avenida, principalmente durante a época do verão, não proporciona uma fácil manutenção.   |
| Existe sinalética e informação de fácil acesso para reportar necessidades de manutenção pelos utentes?  | x |   |   |
| A gestão do espaço dá prioridade à manutenção, designadamente à remoção de grafitis ofensivos à reparação de mobiliário urbano vandalizado, manutenção da vegetação, e operações de limpeza dos pavimentos e revestimentos? | x |   | Na generalidade foram verificados poucos grafitis e os bancos de jardim encontram-se em bom estado. A avenida é limpa diariamente, para a qual também é importante o contributo dos patrulheiros. |
| Os passeios encontram-se regularmente limpos e com manutenção?  | x |   |   |
| Os edifícios encontram-se com boas condições de manutenção?   | x |   | Na sua generalidade sim. Encontram-se alguns edifícios expostos ao abandono com más condições de manutenção.  |
| Existem falhas de manutenção na via pública?  |   | x |   |
| <b>10. Sinalética e informação</b>  |   |   |   |
| A sinalética está visível e é legível?  | x |   |   |
| A sinalética transmite a informação de forma clara?   | x |   |   |
| A informação é adequada?  | x |   |   |
| A sinalética está estrategicamente localizada de forma a maximizar a visibilidade?  | x |   | Nos principais pontos de circulação de peões e de veículos.   |
| A sinalética está bem conservada?   | x |   |   |
| Existem mapas de orientação em áreas amplas como passagens subterrâneas, espaços verdes?  | x |   |   |
| A sinalética contempla o horário de funcionamento dos espaços?  |   | x |   |

| 11. Conceção global   |   |   |   |
|---|---|---|---|
| A qualidade e a estética dos espaços construídos põem em causa a segurança dos espaços?           |   | x |   |
| A escala de construção é consistente com os espaços adjacentes para evitar áreas de vazio urbano? | x |   |   |
| O <i>design</i> do espaço construído é facilmente perceptível e acolhedor?                        | x |   |   |
| Existem espaços que se podem tornar em zonas mortas / sem vida?                                   | x |   | Ao longo da placa central da avenida existem zonas sem atividades, as quais naturalmente não têm muito movimento. |
| O espaço é adequadamente utilizado durante o período noturno?                                     | x |   |   |
| Os materiais de construção utilizados contribuem para a segurança?                                | x |   |   |



# Anexo H

Estatísticas criminais respeitantes à criminalidade participada e de rua a nível nacional, distrital, concelhio e da cidade de Setúbal

## 1. Criminalidade participada a nível nacional e de rua

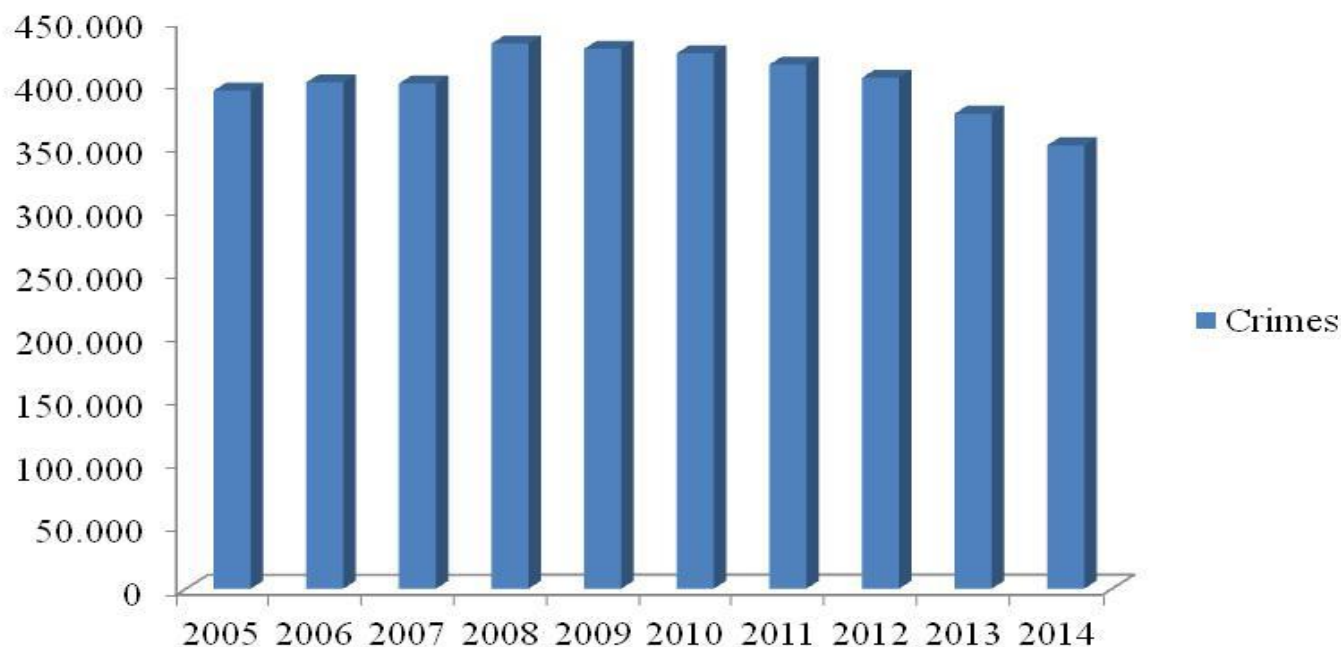


Gráfico 9 – Criminalidade participada a nível nacional. Fonte: DGPJ.

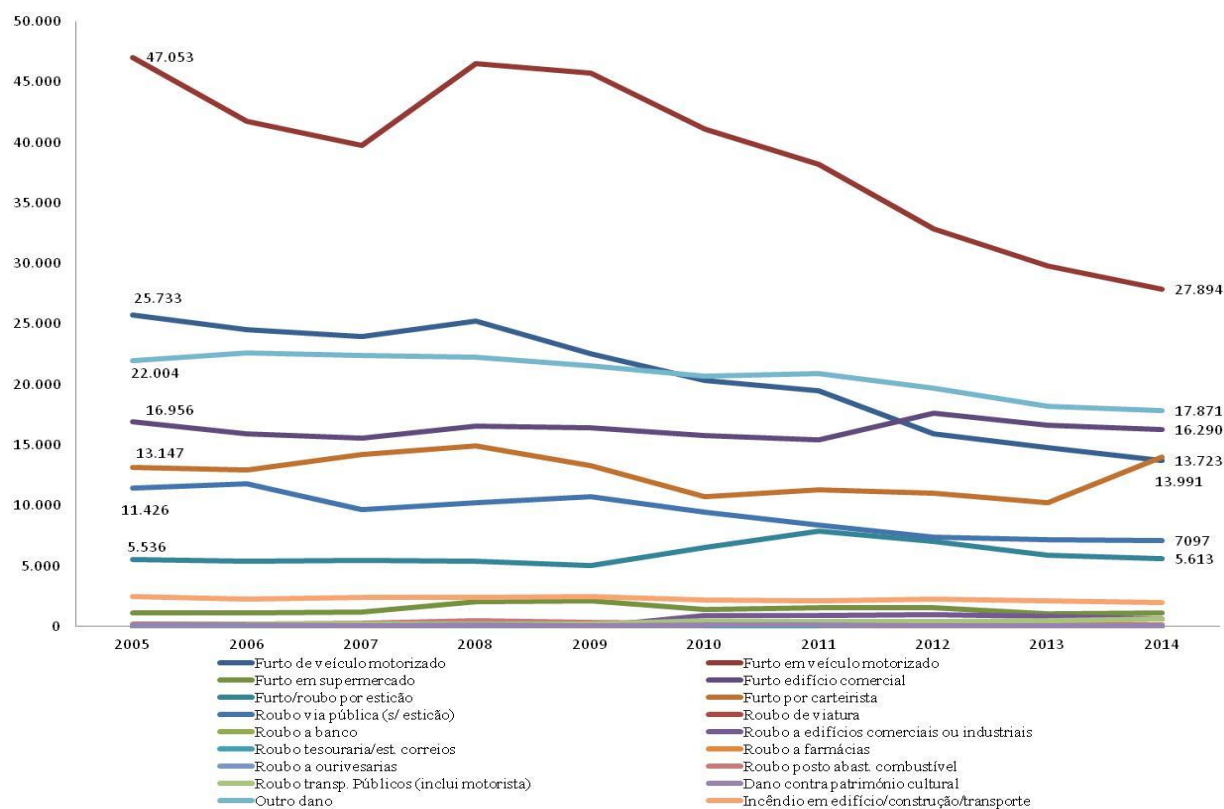


Gráfico 10 – Criminalidade de rua a nível nacional. Fonte: DGPJ.

## 2. Criminalidade participada e de rua no distrito de Setúbal

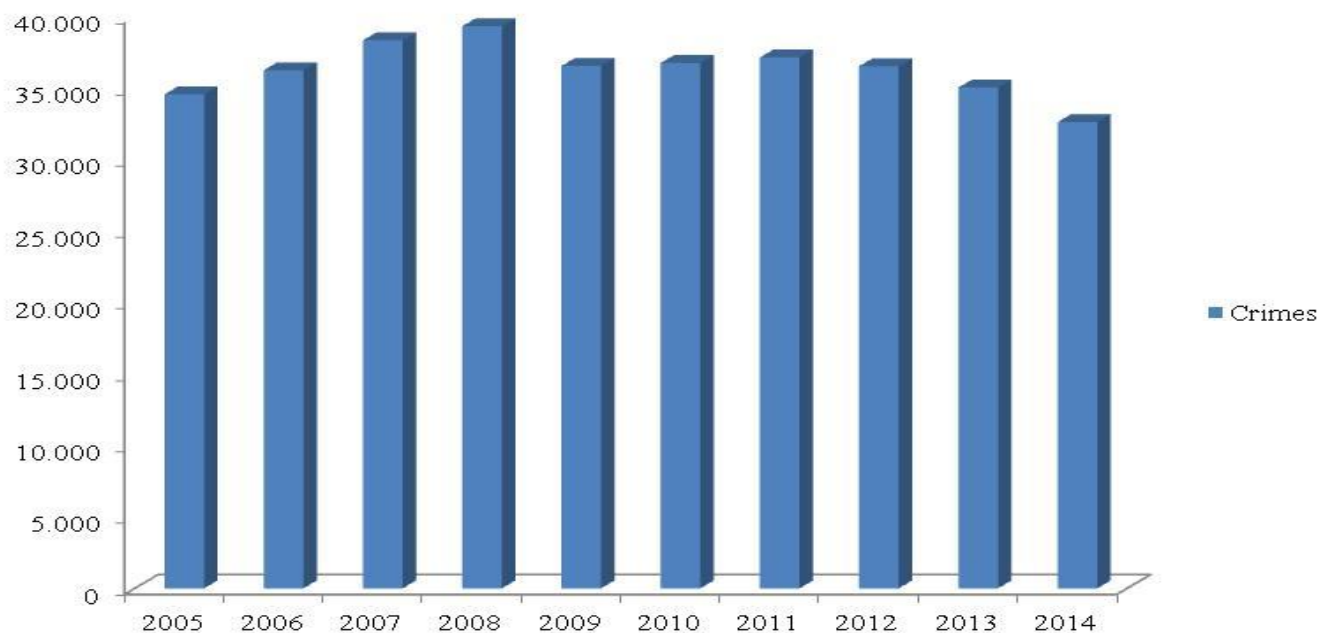


Gráfico 11 – Criminalidade participada no distrito de Setúbal. Fonte: DGPIJ.

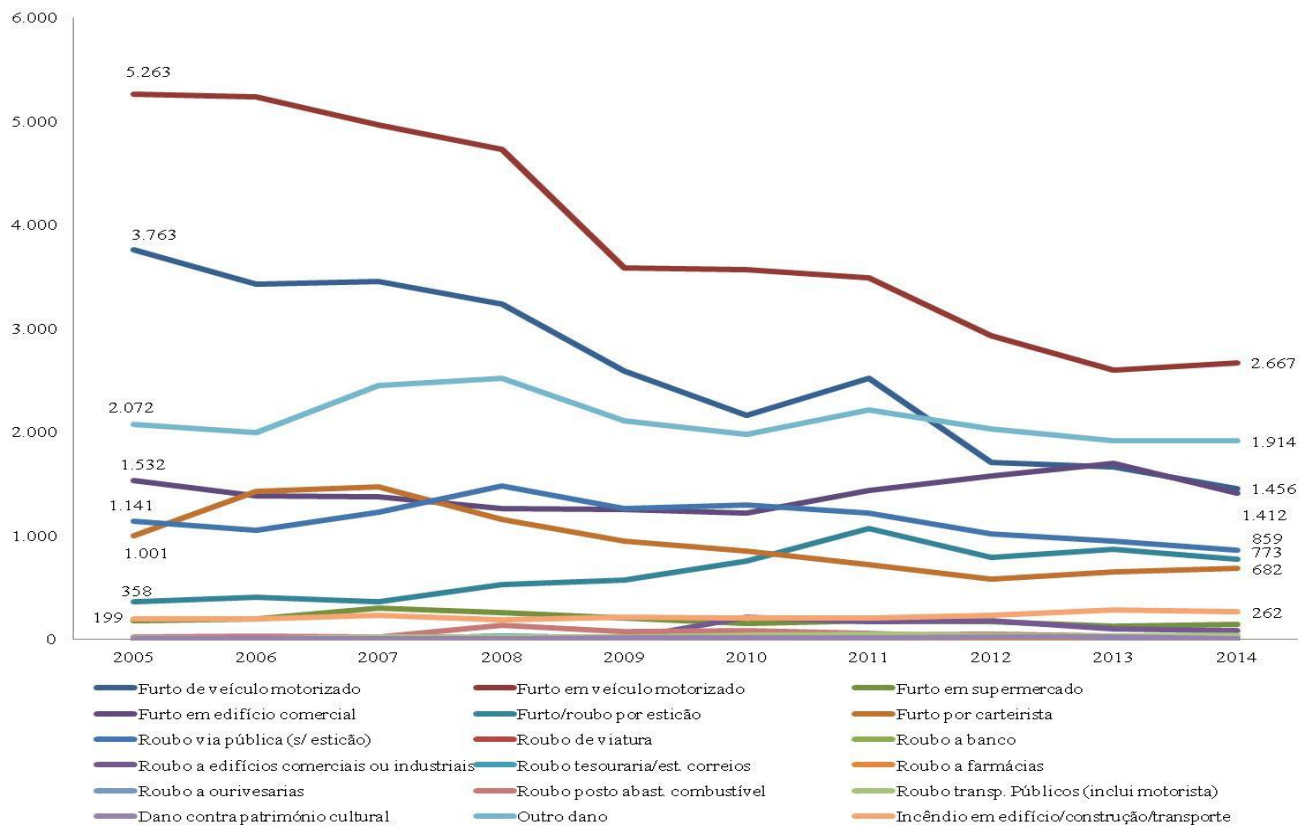


Gráfico 12 – Criminalidade de rua no distrito de Setúbal. Fonte: DGPIJ.

**Tabela 22** – Comparação entre criminalidade participada e de rua mais relevante no distrito de Setúbal.  
Fonte: DGPI

| <b>Criminalidade Distrito Setúbal 2005-2010</b> |              |          |
|---|--------------|----------|
|   | <b>Total</b> | <b>%</b> |
| <b>Participada</b>                              | 363297       | 100%     |
| <b>De Rua</b>                                   | 134066       | 36,90%   |
| <b>Furto de veículo motorizado</b>              |              |          |
|   | 25964        | 19,30%   |
| <b>Furto em veículo</b>                         |              |          |
|   | 39014        | 29,10%   |
| <b>Furto em edifício comercial</b>              |              |          |
|   | 14150        | 10,50%   |
| <b>Roubo por esticção</b>                       |              |          |
|   | 6471         | 4,82%    |
| <b>Furto por carteirista</b>                    |              |          |
|   | 9492         | 7,08%    |
| <b>Roubo via pública s/ esticção</b>            |              |          |
|   | 11509        | 8,58%    |
| <b>Outro dano</b>                               |              |          |
|   | 21187        | 15,80%   |

### 3. Criminalidade geral e de rua no concelho de Setúbal

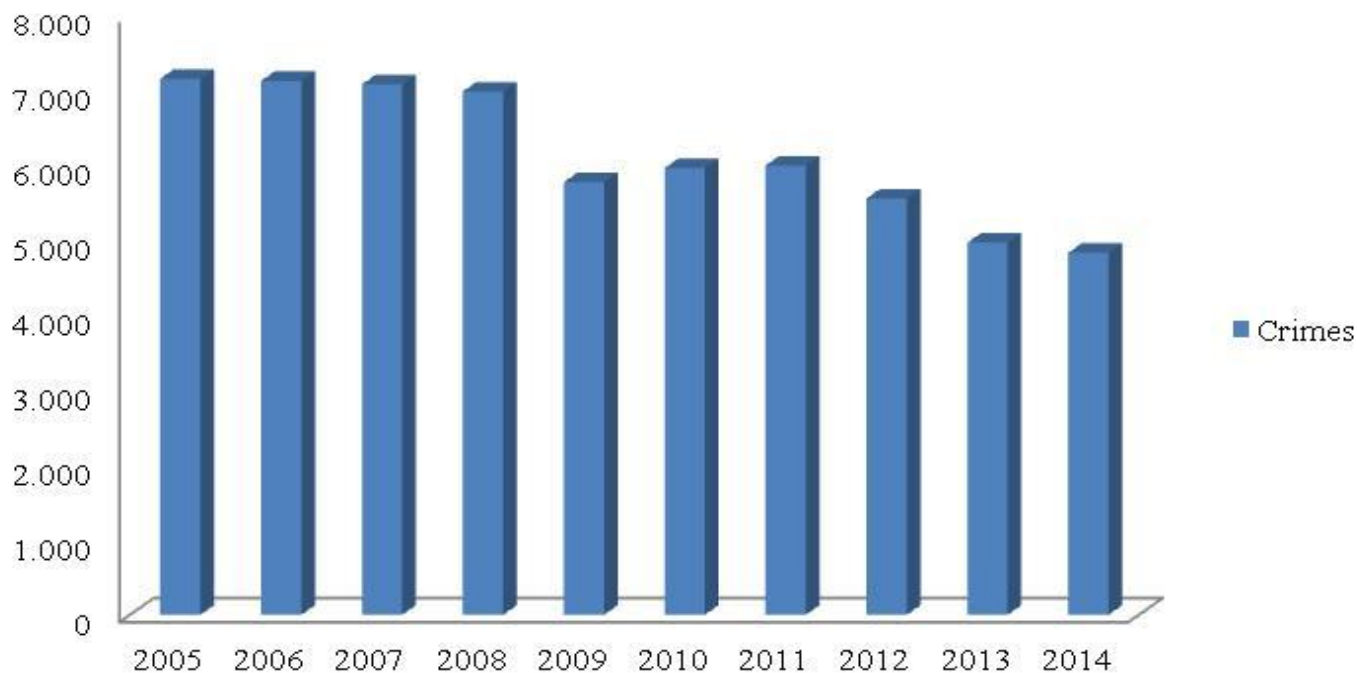


Gráfico 13 – Criminalidade participada no concelho de Setúbal. Fonte: DGPJ.

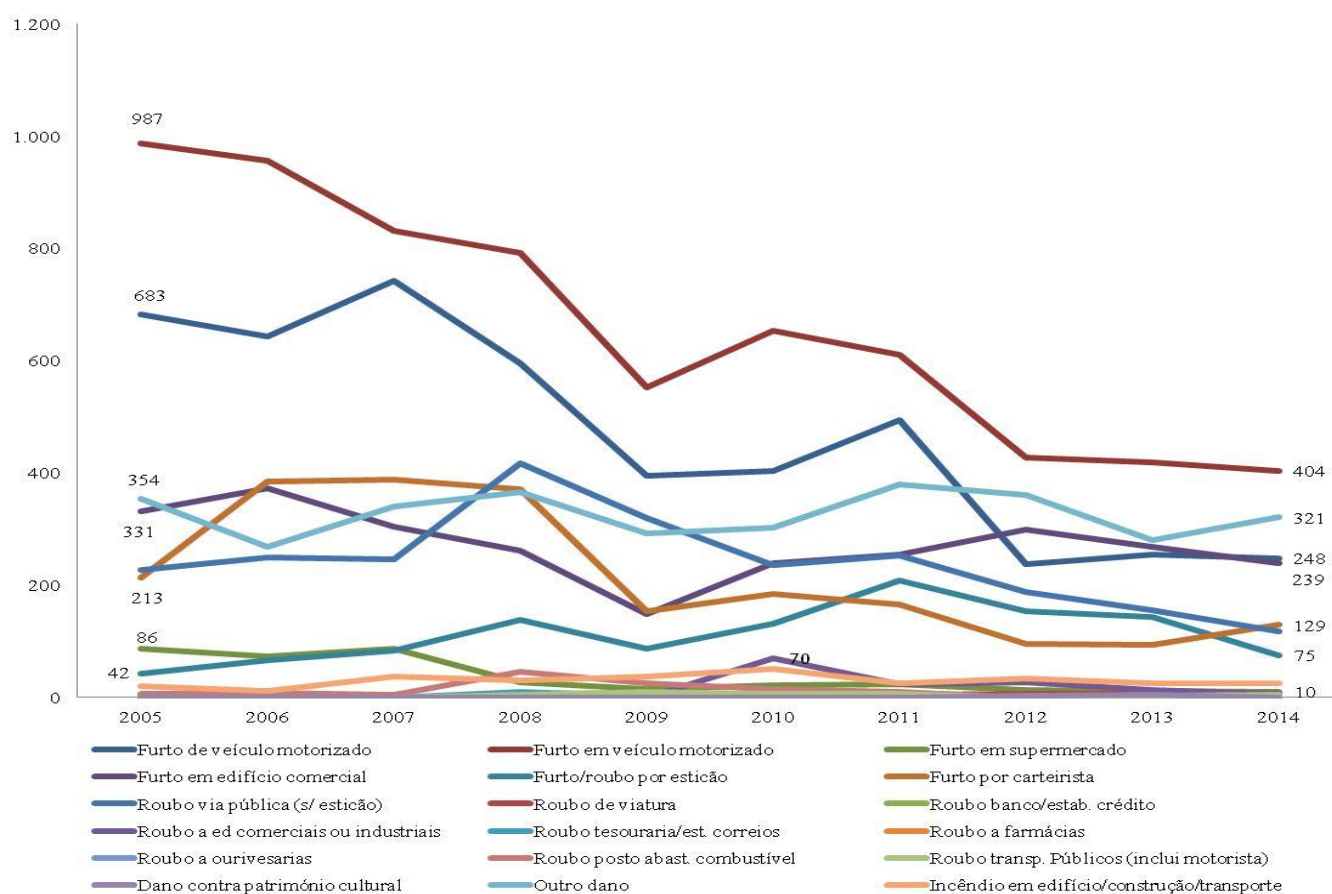
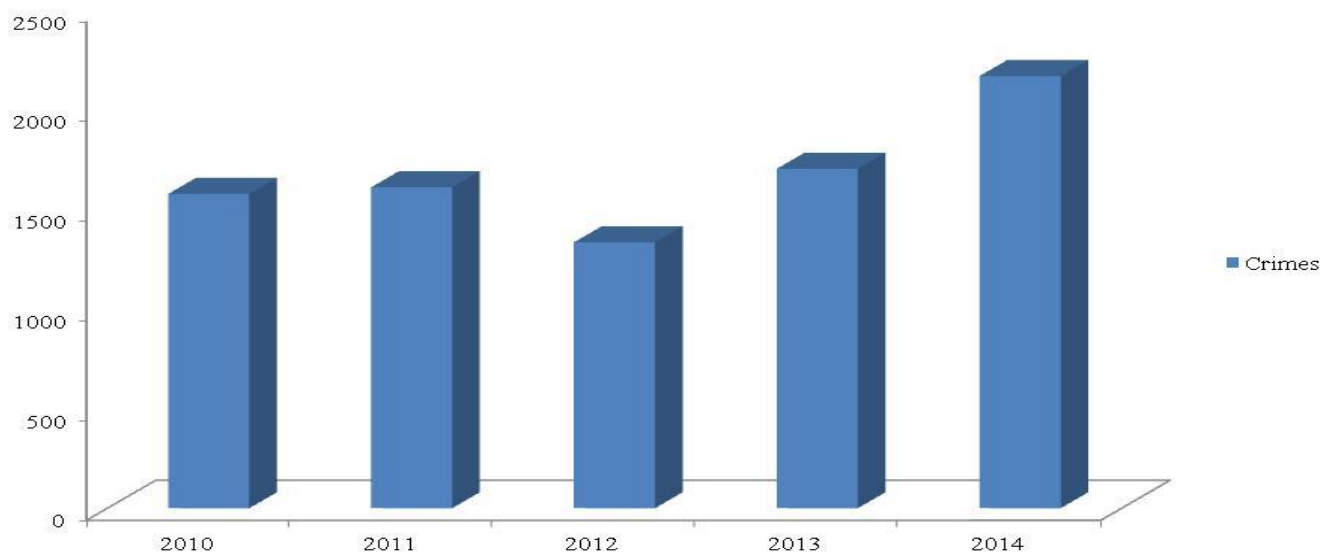


Gráfico 14 – Criminalidade de rua no concelho de Setúbal. Fonte: DGPJ.

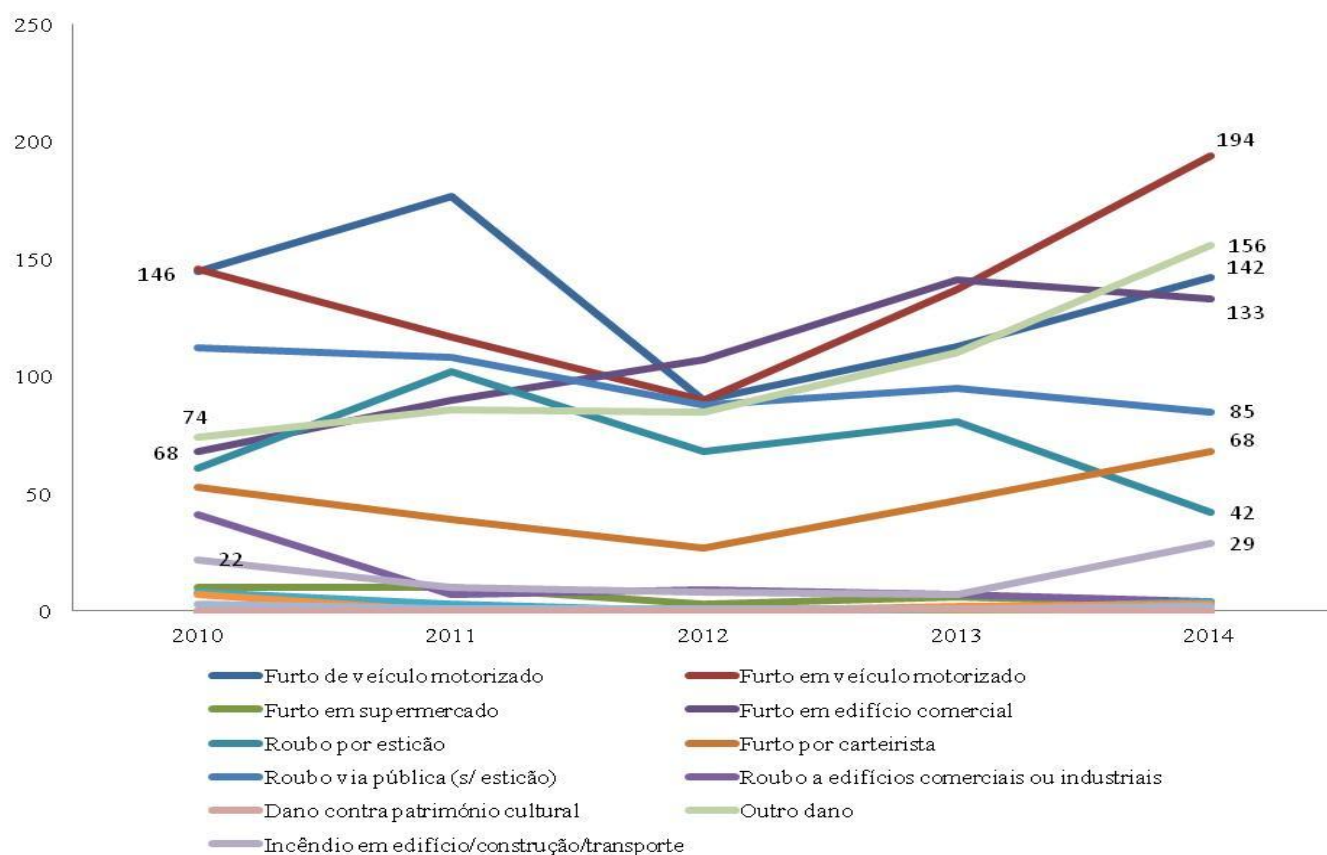
**Tabela 23** – Comparação entre a criminalidade participada e de rua mais relevante no concelho de Setúbal.  
Fonte: DGPJ

| <b>Criminalidade Concelho Setúbal 2005-2010</b> |              |          |
|---|--------------|----------|
|   | <b>Total</b> | <b>%</b> |
| <b>Participada</b>                              | 64191        | 100%     |
| <b>De Rua</b>                                   | 24074        | 19,50%   |
| <b>Furto de veículo motorizado</b>              |              |          |
|   | 4697         | 19,50%   |
| <b>Furto em veículo</b>                         |              |          |
|   | 6638         | 27,60%   |
| <b>Furto em edifício comercial</b>              |              |          |
|   | 2719         | 11,30%   |
| <b>Roubo por esticção</b>                       |              |          |
|   | 1129         | 4,70%    |
| <b>Furto por carteirista</b>                    |              |          |
|   | 2177         | 9,00%    |
| <b>Roubo via pública s/ esticção</b>            |              |          |
|   | 2410         | 10,00%   |
| <b>Outro dano</b>                               |              |          |
|   | 3262         | 13,50%   |

#### 4. Criminalidade participada e de rua na cidade de Setúbal



**Gráfico 15** – Criminalidade participada na cidade de Setúbal. Fonte: Direção Nacional da PSP.



**Gráfico 16** – Criminalidade de Rua na cidade de Setúbal. Fonte: Direção Nacional da PSP.

**Tabela 24** – Comparação entre a criminalidade participada e de rua mais relevante na cidade de Setúbal.  
Fonte: PSP.

| <b>Criminalidade Cidade Setúbal 2010-2014</b> |              |          |
|---|--------------|----------|
|   | <b>Total</b> | <b>%</b> |
| <b>Participada</b>                            | 8387         | 100%     |
| <b>De Rua</b>                                 | 3693         | 44,03%   |
| <b>Furto de veículo motorizado</b>            |              |          |
|   | 667          | 18,06%   |
| <b>Furto em veículo</b>                       |              |          |
|   | 684          | 18,50%   |
| <b>Furto em edifício comercial</b>            |              |          |
|   | 539          | 14,60%   |
| <b>Roubo por esticção</b>                     |              |          |
|   | 354          | 9,34%    |
| <b>Furto por carteirista</b>                  |              |          |
|   | 234          | 6,30%    |
| <b>Roubo via pública s/ esticção</b>          |              |          |
|   | 488          | 13,20%   |
| <b>Outro dano</b>                             |              |          |
|   | 511          | 13,80%   |



# Anexo I

Georreferenciação da criminalidade de rua na Av. Luísa Todi



Zona A – Parque a Oeste da Av. Luísa Todt e placa central.

Zona B – Mercado Municipal e Supermercado “Pingo Doce”.

Zona C – Parque a Este da Av. Luísa Todt e placa central.

Figura 19 – Criminalidade de rua georreferenciada na Av. Luísa Todt. Fonte: Direção Nacional da PSP.



# **Apêndice n.º 1 ao Anexo I**

## Metodologia utilizada na georreferenciação

## Metodologia utilizada na georreferenciação

Para a georreferenciação da criminalidade de rua na Avenida Luísa Todi, foi utilizado o *software* ArcMap 10.2.1. Este software faz parte do ArcGIS, o qual se trata de um conjunto de *softwares* de sistema de informação geográfica produzido pela empresa ESRI. O ArcMap constitui uma aplicação central do ArcGIS, onde é possível trabalhar com dados geográficos.

Na georreferenciação foi utilizada uma tabela em formato de ficheiro Excel, a qual continha os crimes de rua da Avenida Luísa Todi e as respetivas coordenadas geográficas. Neste processo foi também utilizado o *Google Earth*, no qual foi obtida a fotografia aérea da Avenida Luísa Todi onde foram georreferenciados os crimes.

A figura n.º 20 exemplifica o funcionamento do *software*:

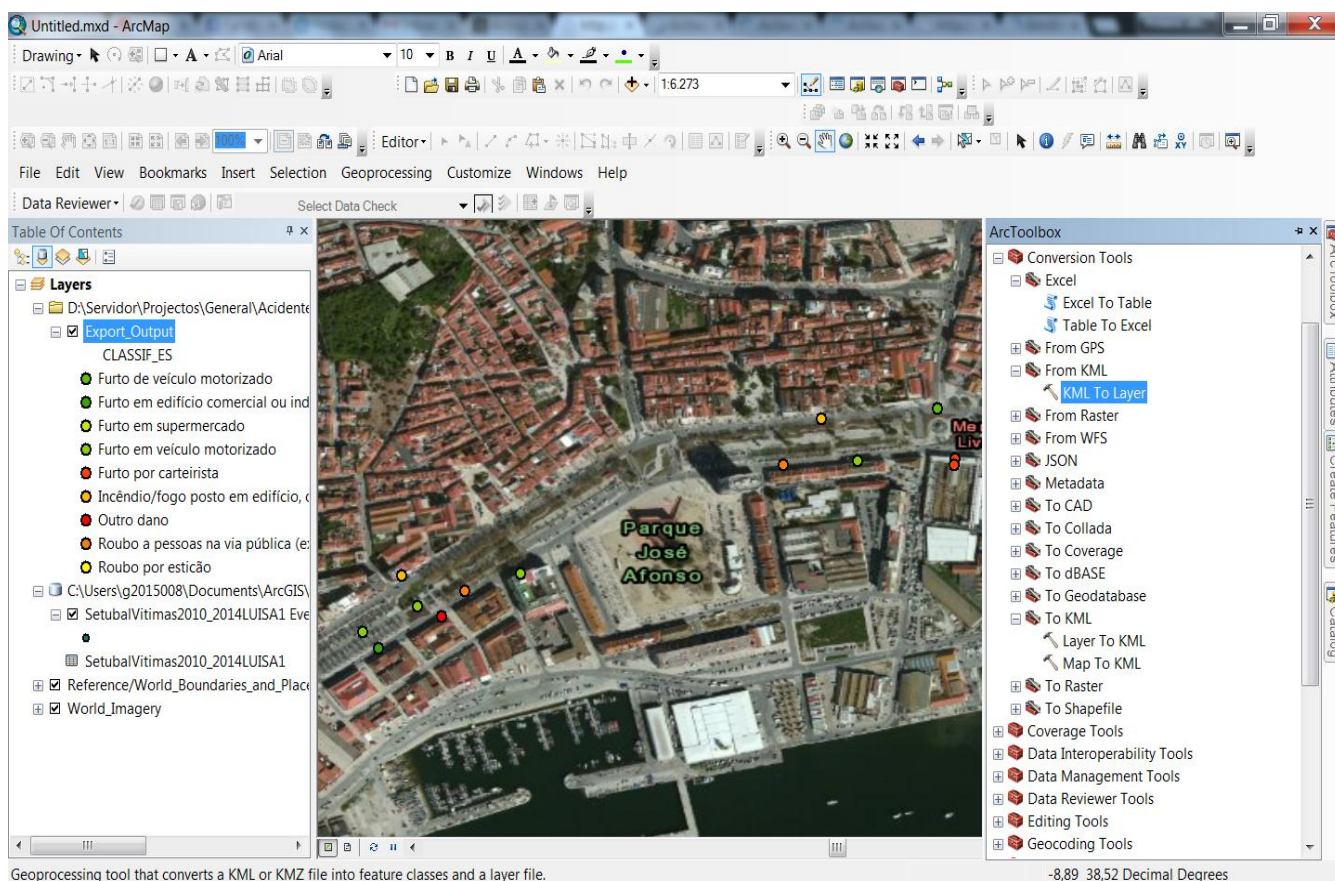


Figura 20 – Processo de georreferenciação no *software* ArcMap 10.2.



# **Apêndice n.º 2 ao Anexo I**

Reportagem fotográfica dos espaços georreferenciados

## 1. Zona A – Parque de Estacionamento a Oeste da Av. Luísa Todi



1



2



3



4



5

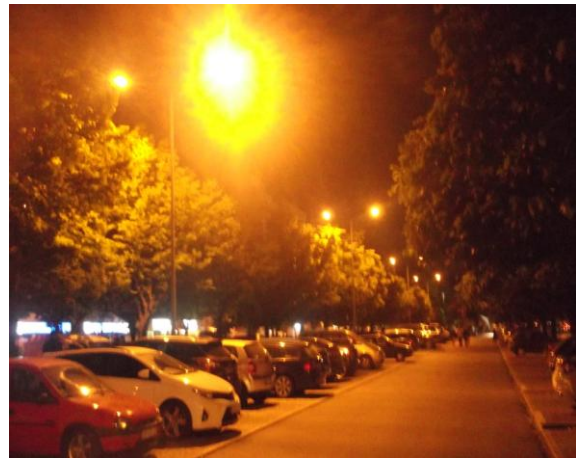


6

Figura 21 (1 a 6) – Fotografias da zona A durante o período diurno, 2015.



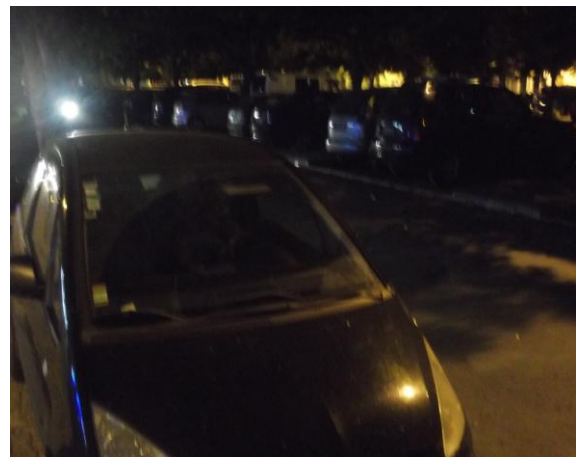
7



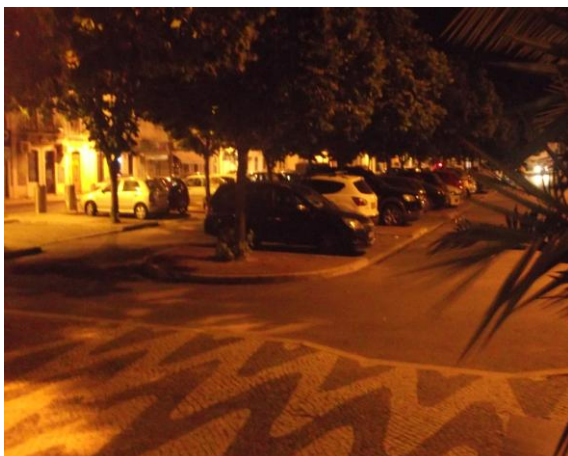
8



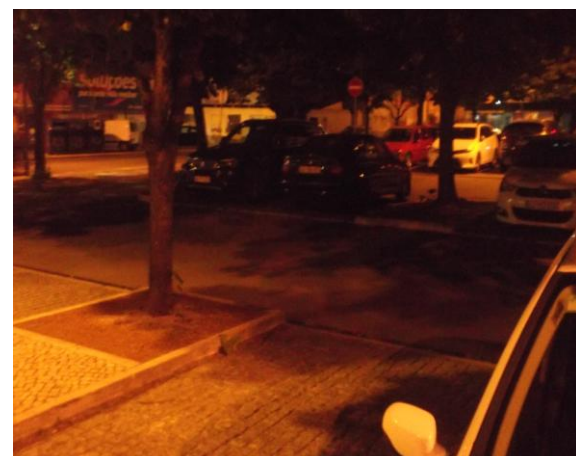
9



10



11



12

**Figura 22 (7 a 12)** – Fotografias da zona A durante o período noturno, 2015.

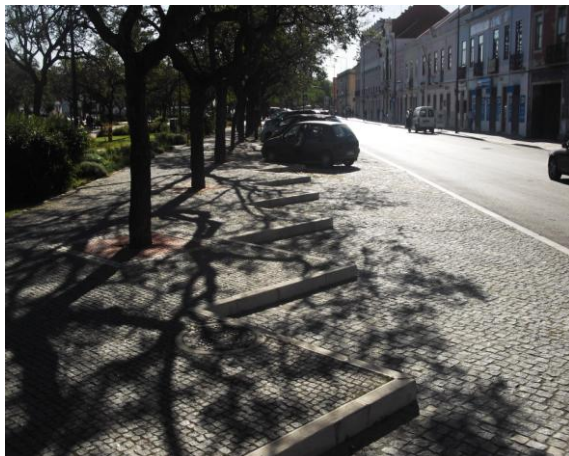
## 2. Zona A – Parque de estacionamento na zona central da Av. Luísa Todi



1



2



3



4

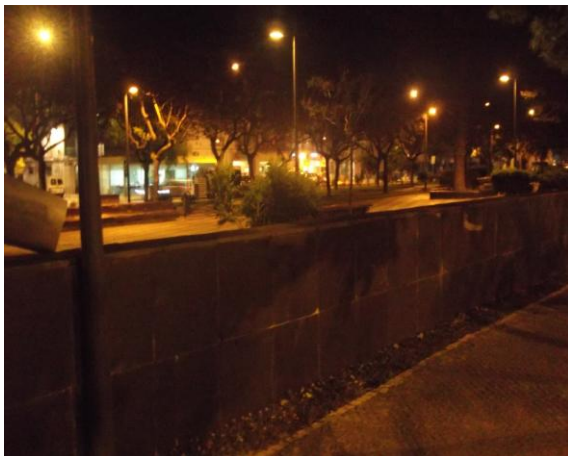


5



6

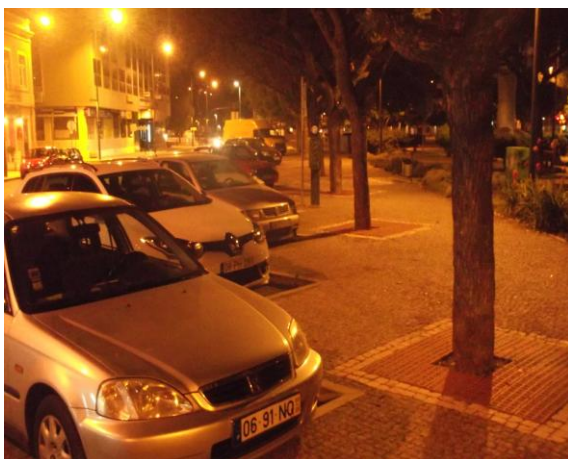
Figura 23 (1 a 6) – Fotografias da zona A, durante o período diurno, 2015.



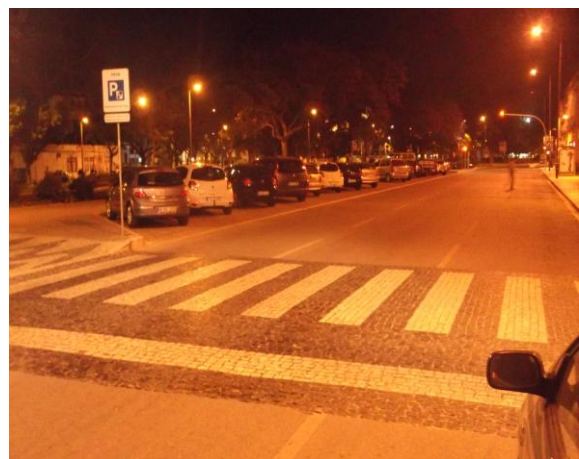
7



8



9



10



11



12

**Figura 24 (7 a 12) - Fotografias da zona A, durante o período noturno, 2015.**

### 3. Zona B - Mercado Municipal e superfície comercial



1



2



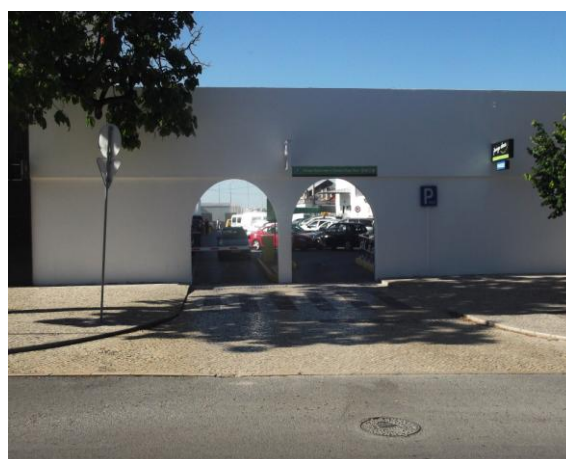
3



4



5



6

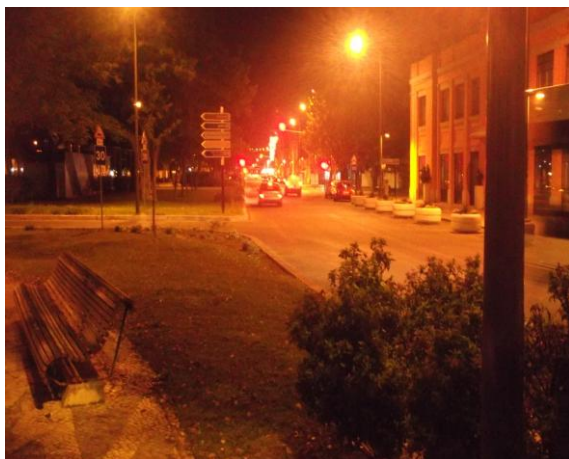
Figura 25 (1 a 6) – Fotografias da zona B durante o período diurno, 2015.



7



8



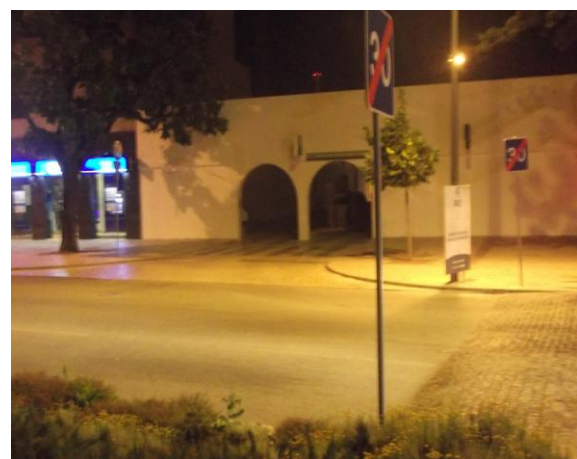
9



10



11



12

**Figura 26 (7 a 12) - Fotografias da zona B durante o período noturno, 2015.**

#### 4. Zona C - Parque de estacionamento a este da Av. Luísa Todi



1



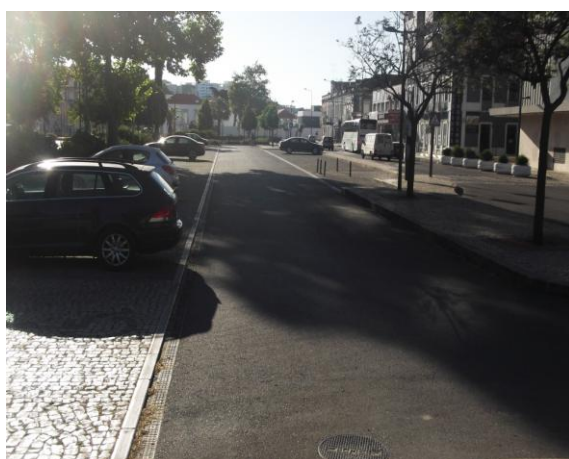
2



3



4



5



6

Figura 27 - (1 a 6) - Fotografias da zona C durante o período diurno, 2015.



7



8



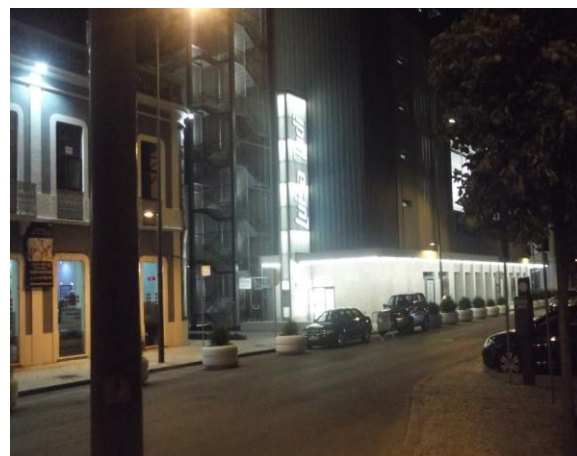
9



10



11



12

**Figura 28 (7 a 12) – Fotografias da zona C durante o período noturno, 2015.**



# **Anexo J**

Codificação dos segmentos e análise de conteúdo das entrevistas

Tabela 25 – Codificação dos segmentos das respostas dos entrevistados (E1 a E8).

| <b>Questão n.º 1</b>   |   |
|------------------------|---|
| <b>Segmento A.1.1</b>  | Conhece a teoria.   |
| <b>Segmento A.1.2</b>  | Não conhece a teoria.   |
| <b>Questão n.º 2</b>   |   |
| <b>Segmento A.2.1</b>  | A teoria é considerada importante na segurança urbana.  |
| <b>Segmento A.2.2</b>  | Considerada também importante na prevenção.   |
| <b>Questão n.º 3</b>   |   |
| <b>Segmento B.3.1</b>  | A Avenida Luísa Todi tem uma estrutura ampla e aberta.  |
| <b>Segmento B.3.2</b>  | A avenida proporciona a vigilância natural.   |
| <b>Segmento B.3.3</b>  | Existe utilização e ocupação pelas pessoas.   |
| <b>Questão n.º 4</b>   |   |
| <b>Segmento B.4.1</b>  | O património foi requalificado.   |
| <b>Segmento B.4.2</b>  | Encontra-se em boas condições de conservação.   |
| <b>Questão n.º 5</b>   |   |
| <b>Segmento B.5.1</b>  | Foram criadas atividades para estimular a atratividade e utilização do espaço.  |
| <b>Segmento B.5.2</b>  | A restauração e os estabelecimentos de diversão noturna atraem pessoas para o local.  |
| <b>Questão n.º 6</b>   |   |
| <b>Segmento B.6.1</b>  | A iluminação foi reforçada.   |
| <b>Segmento B.6.2</b>  | Existem zonas com a iluminação desadequada, principalmente no principal parque de estacionamento.                           |
| <b>Segmento B.6.3</b>  | As copas das árvores dificultam a iluminação.   |
| <b>Questão n.º 7</b>   |   |
| <b>Segmento C.7.1</b>  | Não foi feito nenhum levantamento.  |
| <b>Segmento C.7.2</b>  | Não tem conhecimento.   |
| <b>Questão n.º 8</b>   |   |
| <b>Segmento C.8.1</b>  | Foram criados mais quiosques e esplanadas na avenida.   |
| <b>Segmento C.8.2</b>  | O equipamento, a requalificação e reordenamento do espaço permitiram diminuir as oportunidades para o crime e incivildades. |
| <b>Questão n.º 9</b>   |   |
| <b>Segmento C.9.1</b>  | Falta de presença policial e policiamento de proximidade.   |
| <b>Segmento C.9.2</b>  | Policiamento direcionado e de proximidade.  |
| <b>Questão n.º 10</b>  |   |
| <b>Segmento C.10.1</b> | Contribui para proteger e manter o espaço.  |
| <b>Segmento C.10.2</b> | A opinião sobre o projeto é positiva.   |
| <b>Questão n.º 11</b>  |   |
| <b>Segmento D.11.1</b> | As forças de segurança não foram auscultadas.   |
| <b>Segmento D.11.2</b> | Não tem conhecimento.   |
| <b>Questão n.º 12</b>  |   |
| <b>Segmento D.12.1</b> | As obras de requalificação vieram conferir mais segurança.  |

| <b>Questão n.º 13</b>  |   |
|------------------------|---|
| <b>Segmento D.13.1</b> | A participação tem permitido trocar experiências entre cidades. |
| <b>Questão n.º 14</b>  |   |
| <b>Segmento E.14.1</b> | Considerado que a requalificação teve impacto na criminalidade. |
| <b>Questão n.º 15</b>  |   |
| <b>Segmento E.15.1</b> | A criminalidade tem manifestado uma tendência de diminuição.    |
| <b>Segmento E.15.2</b> | A criminalidade violenta e grave diminuiu.                      |

**Tabela 26** – Codificação alfanumérica das questões aos entrevistados (E1 a E8).

| <b>Tópico</b>   | <b>Questões</b>   |
|---|---|
| <b>A</b>  |   |
| Teoria da prevenção criminal através do espaço construído       | <ol style="list-style-type: none"><li>1. Conhece a teoria da prevenção criminal através do espaço construído?</li><li>2. Considera que essa teoria é importante em matéria de segurança urbana?</li></ol>   |
| <b>B</b>  |   |
| Aplicação dos princípios da CPTED na Avenida Luísa Todi.        | <ol style="list-style-type: none"><li>3. A estrutura da Avenida Luísa Todi proporciona a “vigilância informal” por parte dos seus utilizadores?</li><li>4. A Avenida encontra-se em boas condições de conservação?</li><li>5. Foram criadas atividades para incentivar a utilização da Avenida pela população?</li><li>6. A iluminação na Avenida Luísa Todi é adequada?</li></ol>  |
| <b>C</b>  |   |
| Medidas de prevenção criminal e envolvimento ativo da população | <ol style="list-style-type: none"><li>7. Durante a elaboração do projeto de requalificação da Avenida Luísa Todi foi realizado um levantamento das zonas mais vulneráveis que podem potenciar a prática de atos criminosos?</li><li>8. Quais foram as estruturas criadas para diminuir as oportunidades para a ocorrência de crimes e incivildades?</li><li>9. Qual a sua opinião sobre a atuação das forças de segurança na Avenida Luísa Todi?</li><li>10. Na sua opinião, de que forma o projeto de vigilância com recurso a reformados e idosos de Setúbal tem contribuído para a prevenção criminal?</li></ol> |

| <b>D</b>   |  |
|--|--|
| Estratégias para a Avenida Luísa Todi no âmbito da segurança urbana. | <p><b>11.</b> As forças de segurança foram auscultadas na elaboração do projeto de requalificação?</p> <p><b>12.</b> As obras de requalificação vieram conferir mais segurança aos seus utilizadores?</p> <p><b>13.</b> O Município de Setúbal está representado no Fórum Europeu para a Segurança Urbana e preside a Assembleia-geral do fórum Português para a Prevenção e Segurança Urbana. Em que medida tem sido importante para a segurança urbana em Setúbal e na Avenida Luísa Todi em particular?</p> |
| <b>E</b>   |  |
| Criminalidade na Cidade de Setúbal e na Avenida Luísa Todi           | <p><b>14.</b> A requalificação da Avenida Luísa Todi teve algum impacto na criminalidade?</p> <p><b>15.</b> Qual a sua perceção sobre a evolução da criminalidade na cidade de Setúbal e na Avenida Luísa Todi?</p>  |

**Tabela 27** – Análise de conteúdo às entrevistas de aprofundamento (E1 a E8).

| Entrevistado | Excerto da resposta  | Segmento identificado   |
|--------------|--|-------------------------|
|              | <b>1. Conhece a teoria da prevenção criminal através do espaço construído?</b>   |                         |
| 1            | <i>Não tenho propriamente conhecimento sobre a teoria, mas já ouvi falar.</i>  | A.1.2                   |
| 2            | <i>Conheço esta teoria e outras.</i>   | A.1.1                   |
| 3            | <i>A teoria em si não.</i>   | A.1.2                   |
| 4            | <i>Não é muito abrangente o conhecimento que tenho sobre esta teoria.</i>  | A.1.2                   |
| 5            | <i>Já conhecia.</i>  | A.1.1                   |
| 6            | <i>Sim.</i>  | A.1.1                   |
| 7            | <i>Conheço.</i>  | A.1.1                   |
| 8            | <i>Não. Não conhecia.</i>  | A.1.2                   |
|              | <b>2. Considera que essa teoria é importante em matéria de segurança urbana?</b>   |                         |
| 1            | <i>Quando falamos da regeneração urbana, estamos a falar da ocupação pelas pessoas, da recuperação do edificado e do espaço público (...) a questão da segurança está sempre presente.</i>   | A.2.1                   |
| 2            | <i>É cada vez mais importante em termos de planeamento de proteção civil, no qual é também importante o estudo do espaço urbano, para que o próprio espaço público dentro do espaço urbano, seja ele cada vez mais inibidor e desmotivador de violência.</i> | A.2.1                   |
| 3            | <i>A minha experiência diz que um espaço qualificado e um espaço vivenciado com qualidade, cria condições para atenuar e dificultar comportamentos criminais.</i>  | A.2.1<br>A.2.2          |
| 4            | <i>(...) a teoria se baseia em aplicar medidas de prevenção criminal (...); (...) não tanto para evitar os crimes mas sim as incivildades, que por vezes aumentam o sentimento de insegurança por parte da população.</i>                                    | A.2.2                   |
| 5            | <i>É uma questão importante na prevenção (...)</i>   | A.2.2                   |
| 6            | <i>Sim.</i>  | A.2.1                   |
| 7            | <i>Obviamente que sim. É importantíssimo porque é uma matéria essencial para com menos custos ser-se mais eficaz.</i>  | A.2.1                   |
| 8            | <i>Eu penso que sim (...) Se o espaço não é vivido e não existem pessoas, permite que outros o ocupem.</i>   | A.2.1                   |
|              | <b>3. A estrutura da Avenida Luísa Todi proporciona a “vigilância informal” por parte dos seus utilizadores?</b>   |                         |
| 1            | <i>(...) anteriormente as pessoas utilizavam a Avenida Luísa Todi para passar do centro histórico para a zona ribeirinha, e com este projeto as pessoas passaram a circular ao longo da Avenida Luísa Todi.</i>  | B.3.2<br>B.3.3          |
| 2            | <i>Sim. A avenida hoje é muito mais aberta (...) é um espaço que capta as pessoas e havendo ocupação humana, ocupação social, não há muito espaço para a delinquência ou para atos de vandalismo.</i>  | B.3.1<br>B.3.2<br>B.3.3 |
| 3            | <i>Sim, sobretudo por causa da atividade imensa à volta da Luísa Todi.</i>   | B.3.2                   |

|   |  |                              |
|---|--|------------------------------|
| 4 | <i>A teoria na Avenida Luísa Todi foi bem conseguida (...)é uma avenida bastante ampla (...)bem iluminada (...); (...) o que faz com que se consiga efeito na prevenção criminal e no aumento do sentimento de segurança por parte dos cidadãos.</i>   | <b>B.3.1</b>                 |
| 5 | <i>(...)facilita imenso a vigilância natural, embora seja vasta e diversificada, diremos que facilita a vigilância natural e é uma mais valia (...)</i>  | <b>B.3.1</b>                 |
| 6 | <i>Proporciona em parte.</i>   | <b>B.3.1</b>                 |
| 7 | <i>A própria Avenida Luísa Todi é muito difícil em controlo de acessos. É uma avenida demasiado aberta para ser eficaz em termos de segurança.</i>   | <b>B.3.1</b>                 |
| 8 | <i>Eu acho que a avenida tem visibilidade, as copas das árvores são altas (...); É uma avenida bastante aberta (...) uma das avenidas mais largas do país.</i>   | <b>B.3.1</b>                 |
|   | <b>4. A avenida encontra-se em boas condições de conservação?</b>  |                              |
| 1 | <i>O trabalho que tem vindo a ser realizado pela Câmara Municipal de Setúbal, não é aquele trabalho “tradicional” (...)A Câmara fez ainda candidaturas em equipamentos urbanos, destacando-se a recuperação do Mercado do Livramento. (...) a intervenção em todos os arruamentos do centro histórico.</i> | <b>B.4.1</b>                 |
| 2 | <i>(...) acho que foi um espaço bem requalificado e bastante atrativo do ponto de vista de trazer as pessoas para ali. Temos uma Avenida nova no espaço central, mas também em toda a sua extensão, visto que a maioria dos edifícios estão em bom estado de conservação e recuperação.</i>                | <b>B.4.1</b><br><b>B.4.2</b> |
| 3 | <i>A Avenida enquanto Avenida parece-me bastante bem, nunca esteve tão bem em termos de requalificação.</i>  | <b>B.4.2</b>                 |
| 4 | <i>Penso que a avenida está em boas condições.</i>   | <b>B.4.2</b>                 |
| 5 | <i>(...) tem merecido a atenção da autarquia na limpeza, na requalificação de património danificado, na colocação de ecopontos, das papeleiras, etc. No geral está bastante cuidada (...) Não é um dos lugares mais preocupantes em termos de incividades.</i>   | <b>B.4.1</b><br><b>B.4.2</b> |
| 6 | <i>Razoável.</i>   | <b>N/I*</b>                  |
| 7 | <i>Os comerciantes deveriam ser mais protegidos nos seus interesses, pois desde o mobiliário urbano aos acessos pedonais, deveria haver mais eficácia. (...) verificando-se um esquecimento desde as Câmaras até aos Governos destes conceitos.</i>  | <b>N/I*</b>                  |
| 8 | <i>Acho que sim. (...) Em termos de manutenção está bem.</i>   | <b>B.4.2</b>                 |
|   | <b>5. Foram criadas atividades para incentivar a utilização da avenida pela população?</b>   |                              |
| 1 | <i>A forma como a avenida é ocupada hoje, influenciou também a maneira como os quiosques estão espalhados, a nova iluminação, a nova arborização, existindo estacionamento próprio ao longo da avenida. (...)As iniciativas têm passado em trazer as pessoas para a rua (...)</i>                          | <b>B.5.1</b><br><b>B.3.3</b> |
| 2 | <i>No centro da avenida existem muito mais esplanadas (...); Todos os equipamentos ao longo da avenida foram recuperados nos últimos anos. (...) Mercado do Livramento, o Quartel do 11, o Fórum Luísa Todi, a Casa da Cultura, a Casa da Baía, o</i>  | <b>B.4.1</b><br><b>B.5.1</b> |

|  |  |  |
|--|--|--|
|  | <i>próprio Largo Zeca Afonso, o antigo Banco de Portugal (...).</i>  |  |
| 3  | <i>Hoje temos várias galerias, vários espaços culturais que não tínhamos e hoje é possível oferecer e criar condições de atratividade associado à lógica de intervenção turística. (...) Quartel do 11, o Fórum Luísa Todi, o antigo Banco de Portugal, Mercado do Livramento a Casa da Baía, a Casa da Cultura. Temos ainda espaços muito vivenciados, que se associa a um crescimento da intervenção privada, em relação a bares e restaurantes. (...) a feira do livro, a feira do artesanato, a feira de velharias, o urban marquet, entre outras.</i> | <b>B.3.3</b><br><b>B.5.1</b><br><b>B.5.2</b> |
| 4  | <i>As associações locais, principalmente nos meses de verão, realizam algumas actividades (...); (...) as zonas de diversão nocturna que acabam por atrair muitos jovens à cidade, para além da restauração, que atrai muitas pessoas de fora.</i>   | <b>B.5.2</b>                                 |
| 5  | <i>Sim. Têm existido uma série de eventos, que têm levado as pessoas a usar mais o espaço (...)</i>  | <b>B.3.3</b><br><b>B.5.1</b>                 |
| 6  | <i>Sim.</i>  | <b>B.5.1</b>                                 |
| 7  | <i>Temos de falar num problema estratégico em que viemos a regredir nos últimos anos. Antes as associações como a nossa emitiam um parecer não vinculativo sobre cada sector do comércio (...); Atualmente tal não acontece, os novos empresários encontram-se desaconselhados e existe um livre arbítrio, fazendo com que as empresas abram falência.</i>   | <b>NI*</b>                                   |
| 8  | <i>Temos os cafés, esplanadas e o coreto que proporcionam a utilização da avenida. (...) A restauração (...); O Quartel do 11 com a Escola de Turismo, o museu, o antigo Banco de Portugal, a Casa da Cultura, a Praça do Bocage, a Casa da Baía, o Mercado do Livramento, o Largo José Afonso, são polos de atratividade e de cultura que funcionam. Concluiu-se que foram cridas atividades.</i>   | <b>B.4.1</b><br><b>B.5.1</b>                 |
| <b>6. A iluminação na Avenida Luísa Todi é adequada?</b> |  |  |
| 1  | <i>A iluminação foi reforçada (...) (...) existem algumas situações que devem ser melhoradas.</i>  | <b>B.6.1</b>                                 |
| 2  | <i>A iluminação pública foi toda reformulada, mas agora temos um problema, ou queremos árvores, ou queremos iluminação. No inverno funciona muito bem, mas no verão temos as copas das árvores; (...) a avenida tem muito mais luz do que aquilo que tinha (...) (...) as esplanadas dos restaurantes iluminam muito mais daquilo que iluminavam.</i>  | <b>B.6.1</b><br><b>B.6.3</b>                 |
| 3  | <i>(...) fizemos um esforço e recentemente até <b>houve um reforço de iluminação</b> e estamos a utilizar iluminação mais barata. A ciclovia não tem iluminação de momento (...) As copas das árvores também tapam a luz e também existem locais onde parecem que escolheram o local onde o candeeiro fica tapado.</i>   | <b>B.6.1</b><br><b>B.6.3</b>                 |
| 4  | <i>A iluminação para a estrada peso que estará ótima (...)no final da avenida, junto aos estabelecimentos de diversão noturna, a placa central da avenida, tendo em conta o arvoredo vasto que ali existe, dificulta a iluminação (...); (...) o Largo José Afonso, onde a iluminação não é a melhor ocorrem essencialmente roubos, naquela zona.</i>  | <b>B.6.2</b><br><b>B.6.3</b>                 |
| 5  | <i>Tem boa iluminação, embora a <b>parte final da Avenida junto ao parque e zonas de diversão noturna</b>, bem como os parques da</i>  | <b>B.6.2</b><br><b>B.6.3</b>                 |

|   |  |                |
|---|--|----------------|
|   | <i>zona central não estejam bem iluminados. As árvores tapam a iluminação. (...) junto ao Largo José Afonso poderá ser melhorada visto terem existido crimes naquele local.</i>  |                |
| 6 | <i>Adequada.</i>   | N/I*           |
| 7 | <i>Não. A iluminação é fraca. (...) está desadaptada às necessidades do dia-a-dia. (...) tinha de ser eficaz, estudada e adaptada aos locais.</i>  | B.6.2          |
| 8 | <i>Acho que a avenida devia ter mais iluminação (...); Acho que existe a necessidade de reforçar a iluminação (...) ao fundo da Avenida Luísa Todi, no parque de estacionamento e na placa central seja necessário mais iluminação.</i>  | B.6.2          |
|   | <b>7. Durante a elaboração do projeto de requalificação da Avenida Luísa Todi foi realizado um levantamento das zonas mais vulneráveis que podem potenciar a prática de atos criminosos?</b>   |                |
| 1 | <i>Não foi feito nenhum levantamento (...); Acredita no entanto que avaliaram as envolventes (...)</i>   | C.7.1          |
| 2 | <i>Não tenho conhecimento disso.</i>   | C.7.2          |
| 3 | <i>Não tenho conhecimento.</i>   | C.7.2          |
| 4 | <i>Não tenho conhecimento.</i>   | C.7.2          |
| 5 | <i>Julgo que da parte da segurança não houve nenhum levantamento(...)</i>  | C.7.1          |
| 6 | <i>Deduzo que sim.</i>   | N/I*           |
| 7 | <i>Estive inserido no Projeto Polis. Não foi tido em conta. Não foi considerada qualquer questão de segurança (...)</i>  | C.7.1          |
| 8 | <i>Não tenho conhecimento.</i>   | C.7.2          |
|   | <b>8. Quais foram as estruturas criadas para diminuir as oportunidades para a ocorrência de crimes e incivildades?</b>   |                |
| 1 | <i>(...) Foram chamadas mais pessoas para o espaço público; (...) Criadas melhores condições para as pessoas viverem esses espaços; (...) Implementação de quiosques no espaço público; (...) Reforço da iluminação e substituição por luz “led” (...)</i>   | B.5.1<br>C.8.1 |
| 2 | <i>Mais espaço verde e principalmente a criação das esplanadas na faixa central. (...) A iluminação e a disposição do próprio mobiliário urbano e todo o tipo de equipamentos também veio diminuir as oportunidades. (...) a abertura que a Avenida tem (...) inibe determinados comportamentos.</i>   | C.8.1<br>C.8.2 |
| 3 | <i>Todas a estruturas que lhe falei anteriormente (...); (...) os quiosques que aumentaram no centro da Avenida (...) a qualificação das esplanadas dos restaurantes permitem olhar de fora para dentro, mas também de dentro para fora. Estas estruturas associadas às atividades de rua que acontecem sistematicamente acabam por ser importantes.</i> | B.5.1<br>C.8.1 |
| 4 | <i>(...) acredito que essas medidas tenham sido tomadas, quer na parte estética, quer na parte da segurança.</i>   | N/I*           |
| 5 | <i>(...) o espaço está muito mais vivenciado. Os quiosques e cafés na placa central foram uma mais-valia. (...) já existiam anteriormente espaços de convívio e estabelecimentos. Os espaços culturais recentemente criados podem ter alguma influência.</i>   | C.8.1          |

|   |   |                  |
|---|---|------------------|
| 6 | <i>A requalificação do edificado e reordenamento/caraterização espacial.</i>  | C.8.2            |
| 7 | <i>Não foi criado absolutamente nada, sendo uma das coisas com que sempre nos debatemos.</i>  | N/I*             |
| 8 | <i>O aparecimento dos cafés na placa central e a requalificação do espaço tornaram-no mais agradável, com mais utilização pelas pessoas, a construção da ciclovia.</i>  | C.8.1            |
|   | <b>9. Qual a sua opinião sobre a atuação das forças de segurança na Avenida Luísa Todi?</b>   |                  |
| 1 | <i>(...) a polícia praticamente não existe, tal como existia antigamente a presença física na rua, o polícia a fazer a ronda (...)</i>  | C.9.1            |
| 2 | <i>A PSP está na avenida, quer o Comando Distrital, quer a 1.ª Esquadra. (...) a PSP poderia ter uma atitude mais pedagógica e não tão repressiva (...); (...) <b>Têm pouca visibilidade dentro da avenida (...)</b></i>  | C.9.1            |
| 3 | <i>Eu não conheço a atuação da PSP na Avenida.</i>  | N/I*             |
| 4 | <i><b>Temos as nossas equipas de proximidade (...)</b> nos meses de verão temos ciclo-patrolhas.(...) ao fim de semana, a partir das <b>noites de quinta para sexta-feira até à noite de domingo para segunda, um policiamento direcionado para a avenida</b>, visto que é nesse período que existem os maiores ilícitos criminais. Existe também uma boa relação com os comerciantes da zona, no que respeita à colaboração e apoio.</i> | C.9.2            |
| 5 | <i>Temos feito incidir o <b>policiamento de visibilidade durante o dia</b>. Temos também a mais-valia do patrulhamento ciclo. Durante a noite <b>direcionamos o patrulhamento mais para as zonas de diversão noturna</b>.</i>   | C.9.2            |
| 6 | <i>Implementação de modalidades de ação de natureza preventiva (<b>policiamento orientado/direcionado</b>).</i>   | C.9.2            |
| 7 | <i>Em 2008 quando houveram mais assaltos, o Comando Distrital teve um plano bastante razoável, com polícias à civil e um reforço da segurança, existindo um combate à marginalidade eficaz. A partir daí, <b>houve um regredir de segurança</b> na baixa (...); Seguidamente <b>houve um aumento da criminalidade</b> e não houve um combate eficaz a essa criminalidade.</i>   | C.9.1            |
| 8 | <i>As pessoas mais idosas referem que <b>há pouco policiamento (...)</b>; As pessoas referem muito que agora <b>só existem carros e não fazem as patrulhas a pé (...)</b>; Achei interessantes as patrulhas em bicicletas (...); Talvez a pessoa se sinta mais próxima do polícia que anda de bicicleta do que daquele que anda de carro.</i>   | C.9.1            |
|   | <b>10. Na sua opinião, de que forma o projeto de vigilância com recurso a reformados e idosos de Setúbal tem contribuído para a prevenção criminal?</b>   |                  |
| 1 | <i>(...) É uma forma de levarmos as pessoas mais idosas a dar o seu contributo para a cidade (...)</i>  | N/I*             |
| 2 | <i>São dissuasores de muita delinquência juvenil ou irreverência juvenil (...); (...) é um <b>projeto que tem contribuído para a imagem da cidade, para a segurança e para a limpeza</b>.</i>   | C.10.1           |
| 3 | <i>É um projeto muito interessante e de grande valor que resolve vários problemas. Tem um papel que <b>tem sido muito elogiado</b></i>  | C.10.1<br>C.10.2 |

|   |   |   |
|---|---|---|
|   | <i>(...) é uma <b>componente cívica</b> (...) Tem uma outra <b>componente que é física</b>, que é a de detetar o <b>banco partido</b>, a <b>calçada que falta</b>, a <b>luz que está apagada</b>, um <b>parapeito que se estragou</b> (...).</i>                  |   |
| 4 | <i>Penso que tem sido <b>positivo</b> (...) Só saberemos o verdadeiro resultado se algum dia os patrulheiros forem retirados, mas é <b>positiva a sua presença</b> porque entram em contacto conosco e informam sobre atividades estranhas.</i>                   | <b>C.10.2</b>                                 |
| 5 | <i>Tem <b>contribuído ao nível dos equipamentos</b>, no sentido de <b>preservar os espaços</b>, de <b>evitar as incivildades e o pequeno dano</b>. (...)É difícil aferir a <b>prevenção</b> (...)</i>   | <b>C.10.1</b>                                 |
| 6 | <i>Ajuda a <b>mitigar o problema da violência</b>, onde se enquadra a criminalidade, ou as incivildades, a maximizar o sentimento de segurança e a <b>corresponsabilizar os diversos atores</b> neste espaço em concreto.</i>                                     | <b>C.10.1</b>                                 |
| 7 | <i>O <b>conceito é bom</b>, mas estão fora de horas, porque durante o dia é o cidadão que faz esse efeito preventivo. O horário não é o mais aconselhado, tem que ser à noite, pois é quando eles fazem falta.</i>  | <b>C.10.2</b>                                 |
| 8 | <i>(...) de certo modo as <b>pessoas reconhecem este serviço</b>; (...) tem contribuído para a manutenção, para o controlo de comportamentos irreverentes dos jovens (...); Acho que o <b>contributo é positivo</b> (...)</i>                                     | <b>C.10.2</b>                                 |
|   | <b>11. As forças de segurança foram auscultadas na elaboração do projeto de requalificação?</b>   |   |
| 1 | <i>Não.</i>   | <b>D.11.1</b>                                 |
| 2 | <i>Não sei.</i>   | <b>D.11.2</b>                                 |
| 3 | <i>Não tenho conhecimento.</i>  | <b>D.11.2</b>                                 |
| 4 | <i>Não tenho conhecimento.</i>  | <b>D.11.2</b>                                 |
| 5 | <i>Daquilo que conheço <b>não foram auscultadas</b> (...)</i>   | <b>D.11.1</b>                                 |
| 6 | <i>Devem. Presumo que sim. Acresce que cabe às forças de segurança contribuir, formal e informalmente, para a arquitetura e consequente boa gestão do espaço/ambiente/contexto públicos.</i>  | <b>N/I*</b>                                   |
| 7 | <i><b>Não foram</b>, porque eu falei com o Comandante Bastos Leitão, na altura Comandante Distrital da PSP de Setúbal, e não foram de maneira nenhuma ouvidos.</i>  | <b>D.11.1</b>                                 |
| 8 | <i><b>Não tenho conhecimento.</b></i>   | <b>D.11.2</b>                                 |
|   | <b>12. As obras de requalificação vieram conferir mais segurança aos seus utilizadores?</b>   |   |
| 1 | <i>Sim. Acho que sim.</i>   | <b>D.12.1</b>                                 |
| 2 | <i>Seguramente.</i>   | <b>D.12.1</b>                                 |
| 3 | <i>Sim. Sobretudo porque as obras estão sempre associadas à ocupação humana.</i>  | <b>B.3.3</b><br><b>D.12.1</b>                 |
| 4 | <i>Eu creio que sim.</i>  | <b>D.12.1</b>                                 |
| 5 | <i>Acho que sim. O espaço urbano está mais apelativo e dá mais confiança às pessoas para o poderem utilizar.</i>  | <b>D.12.1</b>                                 |
| 6 | <i>A “<b>inversão</b>” da degradação urbana, a <b>qualificação urbanística</b>, o ordenamento arquitetónico, a <b>ocupação do espaço influenciam e condicionam</b>, desde logo, a prática delituosa, dado o <b>potencial incremento do controlo informal</b>.</i> | <b>B.3.2</b><br><b>B.3.3</b><br><b>D.12.1</b> |
| 7 | <i><b>Não funcionou absolutamente nada</b>. As obras da Luísa Todi,</i>   | <b>N/I*</b>                                   |

|   |  |        |
|---|--|--------|
|   | <i>que eu saiba, consistiram na troca de algum mobiliário, a ciclovia, que o material está a degradar-se e pouco mais.</i>   |        |
| 8 | <i>Sim (...); (...) uma senhora que atendi (...) disse que até já passeava à noite a pé na avenida com uma amiga até ao Parque Urbano de Albarquel, manifestando que era agradável e que já não tinha medo.</i>  | D.12.1 |
|   | <b>13. O município de Setúbal está representado no Fórum Europeu para a Segurança Urbana e preside a Assembleia-geral do fórum Português para a Prevenção e Segurança Urbana. Em que medida tem sido importante para a segurança urbana em Setúbal e na Avenida Luísa Todi em particular?</b>  |        |
| 1 | <i>Aqui estamos a falar de outro tipo de segurança, embora as coisas não sejam desligadas (...) A participação de Setúbal tem mais peso na área industrial, centro histórico, edificado degradado, catástrofes naturais (...)</i>  | N/I*   |
| 2 | <i>(...) temos tentado estar nessas reuniões <b>para adquirir conhecimento e trocar experiências entre cidades</b>. Nestes fóruns existem sempre coisas novas, experiências novas, e é bom saber o que está a ser feito pela Europa.</i>   | D.13.1 |
| 3 | <i>Eu sou o presidente da assembleia geral. O Fórum Europeu de Segurança Urbana tem refletido e produzido orientações sobre experiências em várias cidades europeias. Têm sido feitas recomendações sucessivas que nós temos acolhido, também na área da proteção e socorro. (...) foi abordado nesse fórum a questão do turismo associado à segurança urbana. (...) É muito importante a participação, sobretudo quanto ao olhar que é dado à segurança, que não é o olhar securitário, nem é o olhar policial.<br/>(...) Acho importante que as forças policiais estivessem representadas nestes fóruns.</i> | D.13.1 |
| 4 | <i>Não aplicado. As forças de segurança apenas estão representadas nos Conselhos Municipais de Segurança realizados pelas autarquias.</i>  | N/I*   |
| 5 | <i>Não aplicado. As forças de segurança apenas estão representadas nos Conselhos Municipais de Segurança realizados pelas autarquias.</i>  | N/I*   |
| 6 | <i>Não aplicado. As forças de segurança apenas estão representadas nos Conselhos Municipais de Segurança realizados pelas autarquias.</i>  | N/I*   |
| 7 | <i>O fórum em que o Município está representado seria importante se fosse usado em prol dos habitantes. O Município se lá está é por uma razão institucional, que ninguém ganha com isso. Eles não aplicam os conceitos europeus em termos de segurança.</i>   | N/I*   |
| 8 | <i>Não tenho conhecimento (...)</i>  | N/I*   |
|   | <b>14. A requalificação da Avenida Luísa Todi teve algum impacto na criminalidade?</b>   |        |
| 1 | <i>Acho que sim. Aquilo que tem sido feito em Setúbal não se encontra noutros locais.</i>  | E.14.1 |
| 2 | <i>Sim, deixou de existir. (...) não há notícia de furtos nos restaurantes (...); Não têm existido, nem grandes, nem pequenos desacatos na vida noturna.</i>   | E.14.1 |

|  |  |                  |
|--|--|------------------|
| 3  | <i>Eu acho que teve, mas não tenho dados que me permitam dizer isso. A perceção que eu tenho é que tenha tido um impacto positivo.</i>   | E.14.1           |
| 4  | <i>Não tenho conhecimento.</i>   | N/I*             |
| 5  | <i>Teve um impacto positivo em determinados tipos de crimes. Por outro lado, com uma maior utilização do espaço pode ter potenciado outros crimes.</i>   | E.14.1           |
| 6  | <i>As características do espaço/território influenciam (atenuando ou potenciando) a prática delituosa, daí que, no caso concreto e noutros, as políticas públicas (integradas) atenuam grandemente a emergência da anomia e de fatores disruptivos.</i>  | E.14.1           |
| 7  | <i>Não. Não foi considerado esse campo.</i>  | N/I*             |
| 8  | <i>(...) sem dúvida que a requalificação deve ter tido um impacto na criminalidade.</i>  | E.14.1           |
| <b>15. Qual a sua perceção sobre a evolução da criminalidade na cidade de Setúbal e na Avenida Luísa Todi?</b> |  |                  |
| 1  | <i>(...) os dados que são conhecidos são de que baixou significativamente a criminalidade (...)</i>  | E.15.1           |
| 2  | <i>(...) existiu uma grande diminuição da grande criminalidade (...); A pequena criminalidade não tem sido expressiva.</i>   | E.15.2           |
| 3  | <i>Tenho conhecimento que houve uma redução de todo o tipo de criminalidade (...); Há uma grande redução da criminalidade em Setúbal, superior à média nacional.</i>   | E.15.1<br>E.15.2 |
| 4  | <i>A criminalidade registada tem vindo a diminuir bem como a criminalidade violenta e grave. (...) este ano têm vindo a aumentar alguns roubos a pessoas e roubos por esticção na avenida, essencialmente nos períodos da noite (...); (...) têm-se verificado ao fundo da avenida junto das zonas de diversão noturna e também junto ao largo José Afonso (...)</i>   | E.15.1<br>E.15.2 |
| 5  | <i>A criminalidade na cidade tem vindo a diminuir, principalmente a criminalidade violenta e grave. O furto de veículo e em interior de veículo tem vindo a aumentar.</i>  | E.15.1<br>E.15.2 |
| 6  | <i>Os indicadores tendem para uma diminuição. Acresce, contudo e não é despidendo frisar, que o problema da insegurança/criminalidade encerra uma multiplicidade de fatores e toda uma imprevisibilidade, decorrente da mobilidade dos atores, das redes tentaculares que lhe estão associadas.</i>  | E.15.1           |
| 7  | <i>Entre 2007 e 2008 foram dos piores anos da criminalidade em Setúbal. Éramos o terceiro Distrito com maior criminalidade, e entre 2008 e 2010 as coisas melhoraram muito. Atualmente vê-se um certo retrocesso (...) está no estágio de 2006/2007. No inverno alguns comerciantes têm mais receio em ter as lojas abertas a partir das 17H00, e fecham as lojas mais cedo com receio de serem assaltados (...)</i> | N/I*             |
| 8  | <i>Eu penso que existem menos crimes na avenida e que na cidade tem diminuído. Por exemplo, nunca mais se ouviu falar negativamente do Bairro da Bela Vista, onde a Câmara fez um trabalho incrível que ajudou imenso.</i>   | E.15.1           |

\*N/I – Não identificado.



# **Apêndice n.º 1 ao Anexo J**

Análise da entrevista de aprofundamento ao entrevistado n.º 9

No seguimento das entrevistas de aprofundamento, foi ainda realizada uma entrevista à pessoa com representatividade dos reformados de Setúbal, nomeadamente o presidente da associação de reformados de Setúbal, da qual são selecionados os patrulheiros para a vigilância da Avenida Luísa Todi e do Parque Urbano de Albarquel. O objetivo geral da entrevista foi conhecer o serviço prestado pelos patrulheiros e recolher a sua sensibilidade quanto ao serviço prestado e quanto às questões de segurança na Avenida Luísa Todi.

Assim, quanto à questão *“Como e quando nasceu o projeto dos patrulheiros?”* o entrevistado respondeu que a sua génese foi com a abertura do Parque Urbano de Albarquel, tendo posteriormente o serviço sido alargado à Avenida Luísa Todi. Quanto à segunda questão *“Como são selecionados?”*, referiu que os reformados preenchem um impresso na Associação e que posteriormente a seleção é feita pela Câmara Municipal de Setúbal. Quando questionado *“Quais são as funções atribuídas aos patrulheiros?”*, referiu que essencialmente se resumem à manutenção do espaço e também no controlo de comportamentos menos adequados. Ao nível dos equipamentos utilizados, foi-lhe colocada a questão *“Quais os equipamentos disponibilizados para o serviço?”*, tendo referido que os patrulheiros usam um colete identificativo, um telemóvel de serviço e uma pinça para recolher papéis e outros dejetos da via pública. Quanto à reação da população ao serviço prestado pelos patrulheiros, foi questionado *“Qual a reação das pessoas ao serviço prestado pelos patrulheiros?”*, ao qual respondeu que o serviço é apreciado pela população, não existindo problemas de relacionamento. No âmbito das questões de segurança, foi-lhe questionado *“Quais são os principais problemas detetados nos locais onde fazem serviço, com especial interesse na Avenida Luísa Todi?”*, informou que não têm existido situações graves. Ainda neste tema foi-lhe questionado *“Segundo os relatos dos patrulheiros, a Avenida Luísa Todi é segura?”*, o qual manifestou que é segura e que as pessoas deslocam-se à vontade na mesma. No âmbito da requalificação da avenida, foi-lhe colocada a questão *“As obras de requalificação em 2008 tiveram impacto na criminalidade?”*, ao qual respondeu que as obras melhoraram a avenida e que tiveram um impacto para melhor.

Por último foi questionado *“Qual a sua opinião sobre a evolução da criminalidade na Avenida Luísa Todi?”*, tendo manifestado preocupação quanto às zonas de diversão noturna, embora mais uma vez tenha vindo a afirmar que as pessoas se sentem protegidas.

**Tabela 28** – Análise qualitativa da entrevista de aprofundamento ao entrevistado n.º 9.

| Problemáticas                       | Dimensões   |
|-------------------------------------|---|
| Envolvimento ativo da população     | Envolvimento dos cidadãos na proteção do espaço construído. |
|                                     | Reconhecimento da população no serviço prestado.            |
| Criminalidade na Avenida Luísa Todi | Segurança dos cidadãos na Avenida Luísa Todi.               |

**Tabela 29** – Sinopse da entrevista de aprofundamento (E9).

| Entrevistado   | Excerto da resposta  |
|--|--|
| <b>1. Como e quando nasceu o projeto dos patrulheiros?</b>   |  |
| 9  | <i>O projeto teve início com a abertura do parque de Albarquel e a Câmara pensou colocar lá pessoas responsáveis para cuidar do espaço. Com as obras na Avenida Luísa Todi, a Câmara alargou o serviço a essa Avenida.</i> |
| <b>2. Como são selecionados?</b>   |  |
| 9  | <i>Dirigem-se à associação para levantar um formulário (...); É a Câmara que faz a seleção dos candidatos.</i>   |
| <b>3. Quais são as funções atribuídas aos patrulheiros?</b>  |  |
| 9  | <i>Evitar que as pessoas danifiquem os locais, controlar os parques de estacionamento e outros comportamentos menos próprios.</i>  |
| <b>4. Quais os equipamentos disponibilizados para o serviço?</b>   |  |
| 9  | <i>Um colete com identificação, um telefone e uma pinça para apanhar o lixo do chão.</i>   |
| <b>5. Qual a reação das pessoas ao serviço prestado pelos patrulheiros?</b>  |  |
| 9  | <i>As pessoas respeitam os patrulheiros (...) têm gostado do serviço dos patrulheiros e sempre existe mais respeito quando eles estão presentes.</i>   |
| <b>6. Quais são os principais problemas detetados nos locais onde fazem serviço, com especial interesse na Avenida Luísa Todi.</b> |  |
| 9  | <i>Não existe conhecimento de situações graves. (...) na Avenida Luísa Todi não têm existido problemas de maior.</i>   |
| <b>7. Segundo os relatos dos patrulheiros, a Avenida Luísa Todi é segura?</b>  |  |
| 9  | <i>As pessoas andam à vontade e não existem relatos de problemas graves.</i>   |
| <b>8. As obras de requalificação em 2008 tiveram impacto na criminalidade?</b>   |  |
| 9  | <i>As obras melhoraram a Avenida. Tiveram um impacto para melhor.</i>  |
| <b>9. Qual a sua opinião sobre a evolução da criminalidade na Avenida Luísa Todi?</b>  |  |
| 9  | <i>(...) que tenha conhecimento não têm existido assaltos na Avenida. O maior problema na Avenida é a zona dos bares. Eu acho que as pessoas sentem-se mais protegidas e andam à vontade.</i>                              |



# **Apêndice n.º 2 ao Anexo J**

## Análise das entrevistas exploratórias

Passaremos a apresentar os resultados das entrevistas exploratórias, por áreas problemáticas e respetivas dimensões realizadas aos dois peritos no âmbito da CPTED, pelo que em relação aos resultados da primeira questão de investigação da problemática da aplicação da CPTED em Portugal, *“Na sua opinião os princípios da abordagem da CPTED têm sido implementados em Portugal?”*, existe uma posição divergente. O entrevistado n.º 1 (E1) entende que em Portugal os princípios têm começado a ter aplicação, enquanto o entrevistado n.º 2 (E2) entende que é um projeto que não teve continuidade, existindo a falta de aplicação da teoria e dos seus princípios.

Em relação à segunda questão de investigação no âmbito da mesma problemática, *“As entidades responsáveis pelo planeamento urbanístico em Portugal têm tido em consideração os princípios da abordagem da CPTED?”*, apenas o E1 defende que os profissionais do urbanismo têm aplicado a CPTED, considerando o E2 que os responsáveis por esta área não têm em atenção a segurança urbana quando elaboram os projetos.

Na problemática do espaço construído e a insegurança urbana, em resposta à terceira questão *“De que forma é que a relação entre o crime e o desenho urbano podem contribuir para a redução da insegurança urbana?”* ambos os entrevistados concordaram que o espaço construído influencia o crime e a insegurança. Ainda nesta problemática e respeitante à quarta questão *“Quais as principais medidas que podem ser implementadas no espaço urbano de forma a diminuir as oportunidades para o cometimento de crimes e incivildades?”*, verificou-se também que os entrevistados consideraram que a aplicação da CPTED depende do contexto, o qual deverá ser adequado aos locais e à questão social.

Na problemática da criminalidade de rua em resposta à quinta questão *“Na sua opinião, quais são as principais causas da criminalidade de rua?”*, ambos os entrevistados são de opinião que o crime de rua se relaciona com as pessoas e o espaço, assumindo que esse tipo de crime gera sentimento de insegurança, sendo esta a resposta à sexta questão *“Quais são os crimes que mais preocupam os cidadãos?”*. Neste caso também foi possível apurar que o mais preocupante para as pessoas são os crimes de que são vítimas, principalmente aqueles que são seguidos de agressão.

Na problemática do papel das forças de segurança na CPTED, no âmbito da sétima questão *“Na sua opinião qual será o papel que as forças de segurança podem desempenhar no âmbito da CPTED?”*, ambos os entrevistados foram de opinião que ainda existe falta de envolvimento das forças de segurança nesta temática, mostrando-se necessário mais conhecimento sobre a segurança urbana e um trabalho em conjunto com

outras entidades. No entanto, quando questionados “*Qual será a mais-valia da envolvimento das forças de segurança no planeamento urbanístico?*” admitiram que o seu contributo é fundamental, pois têm o conhecimento da realidade criminal nas suas zonas de atuação, complementando desta forma a CPTED.

Na problemática da utilização das novas tecnologias na prevenção criminal, quanto à nona questão “*Qual a importância da videovigilância em espaços públicos?*”, a posição entre os entrevistados também foi divergente, pois o E1 foi de opinião que a videovigilância pode funcionar como meio de prevenção, enquanto o E2 afirmou que tal poderá não ser a solução para o problema, admitindo porém, que poderá ajudar na descoberta dos autores dos crimes após a sua consumação. Por último, quanto à décima questão “*De que forma a georreferenciação poderá contribuir para a aplicação da CPTED?*”, os dois entrevistados relevaram a sua importância para a CPTED, tornando-se necessária a utilização de sistemas de georreferenciação que permitam georreferenciar todos os crimes. As tabelas que se seguem, resumem de forma esquemática os conteúdos das entrevistas de aprofundamento.

**Tabela 30** – Análise qualitativa das entrevistas exploratórias (E1 e E2).

| <b>Problemáticas</b>                                     | <b>Dimensões</b>   | <b>Frequência</b> |
|--|--|-------------------|
| A CPTED em Portugal                                      | Considerado que existe falta de políticas para aplicação da CPTED em Portugal            | E2                |
|  | A CPTED é aplicada pelos profissionais do urbanismo                                      | E1                |
| O espaço construído e a insegurança urbana.              | Considerado que o espaço construído influencia o crime e a insegurança.                  | E1; E2            |
|  | Entendido que a aplicação da CPTED depende do contexto                                   | E1; E2            |
| A criminalidade de rua.                                  | Entendido como uma realidade que se relaciona com as pessoas e o espaço                  | E1; E2            |
|  | Considerado como um tipo de crime que gera sentimento de insegurança                     | E1; E2            |
| O papel das forças de segurança na CPTED.                | Considerado que ainda existe falta de conhecimento das forças de segurança sobre o CPTED | E1; E2            |
|  | Considerado que o conhecimento policial percecionado como um complemento da CPTED        | E1; E2            |
| A utilização de novas tecnologias na prevenção criminal. | Considerada a videovigilância como um meio de prevenção                                  | E1                |
|  | A georreferenciação é vista com importância em todos os crimes                           | E1; E2            |

Tabela 31 – Sinopse das entrevistas exploratórias (E1 e E2).

| Entrevistado  | Excerto da resposta  |
|---|--|
| <b>1. Na sua opinião os princípios da abordagem da CPTED têm sido implementados em Portugal?</b>  |  |
| 1   | <i>Em 2014 Portugal passou a integrar o projeto europeu COST TU1032013 que é um projeto de atividade que ocorrem no estrangeiro que divulgam o que é o CPTED e como se faz. A estratégia nacional da habitação integrou pela primeira vez a abordagem CPTED nos projetos com caráter preferencial na atribuição dos fundos de reabilitação urbana.<br/>A GEVALDIS em Portugal está a integrar o CPTED nos projetos.</i>      |
| 2   | <i>Não. Acho que foi um trabalho desenvolvido pela DGAI, que está na gaveta. Até no meio académico, o meu desejo é que fosse uma disciplina obrigatória.</i>   |
| <b>2. As entidades responsáveis pelo planeamento urbanístico em Portugal têm tido em consideração os princípios da abordagem da CPTED?</b>                          |  |
| 1   | <i>As entidades com responsabilidade nos projetos urbanísticos já começam a ter sensibilidade para integrar os princípios (...); Falta a comunicação com as forças de segurança, pois estas são os olhos que estão na rua (...)</i>  |
| 2   | <i>Tenho a mesma opinião. Acho que na altura de projetar um projeto urbano, os responsáveis não têm em consideração a segurança urbana.</i>  |
| <b>3. De que forma é que a relação entre o crime e o desenho urbano podem contribuir para a redução da insegurança urbana?</b>                                      |  |
| 1   | <i>O espaço induz comportamentos. O crime não ocorre em qualquer lado, existem determinadas características que facilitam ou promovem comportamentos indesejados e as soluções podem funcionar num sítio e não funcionar noutra (...)</i>  |
| 2   | <i>O espaço construído e a insegurança urbana é uma fonte direta (...) as pessoas não o vêem como importante.</i>  |
| <b>4. Quais as principais medidas que podem ser implementadas no espaço urbano de forma a diminuir as oportunidades para o cometimento de crimes e incividades?</b> |  |
| 1   | <i>A manutenção dos espaços é fundamental, para que se perceba que o espaço está cuidado e que está lá alguém. As características mais importantes são a manutenção do espaço e o controlo social. Depende do contexto (...)</i>   |
| 2   | <i>Eu começaria por analisar toda a área envolvente de um determinado espaço público e tentar perceber que elementos ali possibilitam a ação criminosa. (...) começamos a construir cidades para as pessoas, com mais ciclovias, mais espaços pedonais, com melhor iluminação. Tem de haver um diagnóstico não só do arquiteto, mas também o policial, o do usuário, de um psicólogo que trabalha a parte social urbana.</i> |
| <b>5. Na sua opinião, quais são as principais causas da criminalidade de rua?</b>   |  |
| 1   | <i>Importa perceber que os crimes de rua ocorrem quando têm que ocorrer. Depende dos tipos de crime. Porque não há vigilância natural, isolamento, falta de visibilidade, pouca iluminação. Estes tipos de crime ocorrem essencialmente pela ausência do controlo (...)</i>  |
| 2   | <i>Acho que é uma questão de educação, que envolve uma escala muito maior. Para mim a raiz do problema, em qualquer parte do mundo, está na falta de educação.</i>   |
| <b>6. Quais são os crimes que mais preocupam os cidadãos?</b>   |  |
| 1   | <i>(...) são os crimes em que elas próprias são as vítimas e todos se sentem mal quando são alvo de um crime.</i>  |
| 2   | <i>É o assalto seguido de agressão.</i>  |

|   |  |
|---|--|
| <b>7. Na sua opinião qual será o papel que as forças de segurança podem desempenhar no âmbito da CPTED?</b> |  |
| 1   | <i>As forças de segurança deveriam mostrar interesse nesta área (...) As forças de segurança devem contribuir para a CPTED através da formação e as autarquias deveriam solicitar ajuda às forças de segurança, embora tenham dificuldade em tomar essa posição. Projetos multidisciplinares e holísticos (...); (...) o policiamento de proximidade que permite ter informação sobre o território e seria interessante envolver os olhos da rua porque as câmaras e os arquitetos não sabem aquilo que se passa na rua.</i> |
| 2   | <i>(...) em primeiro lugar têm de conhecer profundamente o que é e o que envolve a segurança urbana, e isso ainda não acontece (...) É preciso trabalhar em conjunto com todos os outros atores (...); (...) as forças policiais poderiam ter um representante nos fóruns de segurança urbana</i>  |
| <b>8. Qual será a mais-valia da envolvência das forças de segurança no planeamento urbanístico?</b>         |  |
| 1   | <i>O envolvimento das forças de segurança é uma mais-valia, pois o projeto deixa de ser feito em gabinete e passa a ser mais realista.</i>   |
| 2   | <i>A mais valia seria total. A meu ver nunca poderiam estar fora de um estudo como esse. (...) qualquer projeto ou estudo urbanístico, teria que passar obrigatoriamente pela polícia, pelo crivo de estudiosos com essa visão da segurança na perspetiva policial e urbana. (...)Deveria haver um polícia na divisão do urbanismo (...)</i>   |
| <b>9. Qual a importância da videovigilância em espaços públicos?</b>  |  |
| 1   | <i>A videovigilância permite perceber o “modus operandi” do crime e se percebermos como os crimes ocorrem poderemos conseguir evitá-los. É uma mais-valia e um complemento ao CPTED (...)</i>  |
| 2   | <i>Podíamos passar a ser o “Big Brother”, embora a solução não passe por aí. (...) o facto de se espalhar câmaras por todo o lado, não vejo isso como um fator positivo. A privacidade das pessoas é invadida. Pode não diminuir a criminalidade mas ajudar um pouco depois do crime ser cometido na descoberta do autor.</i>  |
| <b>10. De que forma a georreferenciação poderá contribuir para a aplicação do CPTED?</b>                    |  |
| 1   | <i>A georreferenciação é importante para saber onde os crimes ocorrem e tem toda a sua utilidade. É pela georreferenciação que se identifica os “hot spots” e as características para que aqueles crimes ocorram naqueles locais. É fundamental a georreferenciação de todos os crimes. (...) levou tempo a ser integrada e as forças de segurança levaram muito tempo a perceberem a importância da georreferenciação</i>   |
| 2   | <i>A questão da georreferenciação é fundamental, para permitir aos diferentes atores atuarem em determinados locais. É uma ferramenta extremamente importante para o trabalho ser desenvolvido.</i>  |



# **Apêndice n.º 3 ao Anexo J**

**Transcrição das entrevistas em suporte digital (CD)**

